

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia
Mestrado Profissional em Biblioteconomia

Ana Carolina de Souza Caetano

DISCUSSÃO DE UMA AGENDA PÚBLICA PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS
FEDERAIS: O FOCO NA PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PELO OLHAR MINEIRO

Rio de Janeiro

2014

Ana Carolina de Souza Caetano

DISCUSSÃO DE UMA AGENDA PÚBLICA PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS
FEDERAIS: O FOCO NA PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PELO OLHAR MINEIRO

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Biblioteconomia do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do título de Mestre em Biblioteconomia.

Linha de pesquisa: Biblioteconomia, cultura e sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes.

Rio de Janeiro

2014

C127a Caetano, Ana Carolina de Souza.

Discussão de uma agenda pública para bibliotecas universitárias federais: o foco na pós-graduação e pesquisa pelo olhar mineiro. – Rio de Janeiro, 2014. 191 f. : il. - Referências: f.126-137.

Orientador: Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia)-
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,
2014.

1. Formação de agenda. 2. Bibliotecas universitárias. 3. Pós-graduação e pesquisa. 4. Papel da biblioteca universitária. 5. Políticas públicas. I. Fernandes, Geni Chaves.

Ana Carolina de Souza Caetano

DISCUSSÃO DE UMA AGENDA PÚBLICA PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS
FEDERAIS: O FOCO NA PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PELO OLHAR MINEIRO

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Biblioteconomia do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do título de Mestre em Biblioteconomia.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes (Orientadora) – Membro interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio

Prof. Dr. Alberto Calil Júnior – Membro interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio

Profa. Dra. Márcia Heloísa Tavares de Figueiredo Lima – Membro externo
Universidade Federal Fluminense – UFF

Profa. Dra. Miriam Gontijo de Moraes – Membro suplente interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio

Prof. Dra. Lídia Silva de Freitas – Membro suplente externo
Universidade Federal Fluminense – UFF

AGRADECIMENTOS

"Eu agradeço o vosso amor, vossa verdade, porque fizestes muito mais que prometestes; naquele dia em que gritei, vós me escutastes e aumentastes o vigor da minha alma." (Sl 137)

A minha orientadora, profa Dra. Geni Chaves Fernandes, sempre engraçada e gentil, pelos preciosos conselhos e momentos de partilha.

Aos membros da banca examinadora de qualificação e de defesa, prof. Dr. Alberto Calil Júnior e profa. Dra. Márcia Heloísa Tavares de Figueiredo Lima, pelas ótimas contribuições.

As que são exemplo de docência, profa. Dra. Eliane Alves Serrão Mey e profa. Dra. Icléia Thiesen.

Aos colegas da primeira turma do Mestrado Profissional em Biblioteconomia do PPGB/Unirio pela partilha, auxílio e companheirismo frente a tantas dificuldades que passamos ao sermos a turma inaugural deste Programa.

Aos colegas da UFJF que participaram da pesquisa de campo da disciplina BCS III.

A Daniel Ribeiro dos Santos, Daniel Santos, Maria Helena Sleutjes e Jailza Oliveira por terem me auxiliado a pensar o instrumento do estudo investigativo; a Ana Carolina Storani e Livia Coutinho Alonso por me ajudarem na escolha do *software* usado neste; a Ana Paula Evangelista de Almeida pela leitura crítica.

Aos amigos e familiares, de perto e de longe, que acompanharam e torceram por mim ao longo dessa exaustiva jornada.

Ao meu noivo, Jaiyson Luiz de Oliveira, que me conheceu durante essa empreitada e manteve a paciência e docilidade, sempre me apoiando e dando força em todos os momentos.

*Aos bibliotecários que lutaram e lutam pelas
bibliotecas universitárias no Brasil.*

RESUMO

Trata do levantamento de temas para a formação de uma agenda pública para as bibliotecas universitárias federais brasileiras, no que concerne ao atendimento das necessidades informacionais da pós-graduação e da pesquisa. Utilizou-se por método a revisão bibliográfica do tema das políticas públicas para as bibliotecas universitárias, recuperando a visão dos bibliotecários e a dos pesquisadores sobre estas no prisma abordado, e também um estudo investigativo que teve por subdivisão as áreas de fontes de informação e seu acesso, atendimento da biblioteca, planejamento e ação da biblioteca e formação de agenda. Os participantes da pesquisa foram alunos, professores e bibliotecários de três áreas do conhecimento e de dez universidades federais mineiras. Foram identificados e analisados os principais problemas que a biblioteca universitária sofre atualmente para atender a pós-graduação e a pesquisa e se construiu uma proposta de agenda baseada nesse panorama. Mapearam-se como possíveis ações para minorar a problemática, com alguns indicativos de sua efetivação, a capacitação dos bibliotecários, a constituição de infraestrutura para construção de repositórios institucionais acadêmicos, a elaboração de critérios para avaliação de bibliotecas acadêmicas, o desenvolvimento de coleções para pesquisa e pós-graduação, o planejamento de serviços, a capacitação de usuários, o registro de políticas da biblioteca e meios de quantificação de seus efeitos.

Palavras-chave: Formação de agenda política. Bibliotecas universitárias. Função da biblioteca universitária. Função do bibliotecário. Pós-graduação e pesquisa. Políticas públicas.

ABSTRACT

This survey of the themes for the formation of a public agenda for Brazilian federal university libraries in regard to meeting the information needs of graduate studies and research. Method used by the bibliographic review of public policies for university libraries, recovering the vision of librarians and researchers on these approached the prism, and also had an investigative study by subdividing the areas of information sources and their access, call the library, planning and action library and training agenda. Survey participants were students, teachers and librarians three knowledge areas and ten mining federal universities. Were identified and analyzed the main problems that the university library currently suffer to meet the postgraduate and research and built a proposed schedule based on these figures. Is mapped as possible actions to alleviate the problem, with some indications of its effectiveness, the training of librarians, the creation of infrastructure for construction of academic institutional repositories, the development of criteria for evaluating academic libraries, collection development for research and graduate, planning services, user training, registration of library policies and means of quantifying their effects.

Keywords: Formation of political agenda. University libraries. Function of the university library. Role of the librarian. Postgraduate and research. Public policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 01 – Evolução de instituições e matriculados no ensino superior brasileiro: de 1970 a 2011	12
Tabela 02 – Quantitativo de instituições de ensino superior brasileiras	14
Tabela 03 – Levantamento bibliográfico para identificação de demandas da biblioteca universitária	21
Figura 01 – Ciclo das políticas públicas	30
Figura 02 – Constituição do problema social	34
Figura 03 – Variáveis e atores sociais na influência da agenda pública	36
Quadro 01 – Histórico do SNBU	53
Quadro 02 – PNBU: eixos e diretrizes	55
Tabela 04 – Temas da agenda para bibliotecas universitárias à luz da pós-graduação e pesquisa	98
Tabela 05 – Dados gerais do estudo investigativo	99
Quadro 03 – Identificação dos temas: correspondência na literatura no estudo investigativo	115
Quadro 04 – Ações e meios para uma discussão	117
Figura 04 – Proposta de adequação do ciclo das políticas públicas ao contexto das bibliotecas universitárias federais	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Fontes de informação mais usadas	71
Gráfico 02 – Existência do repositório institucional	72
Gráfico 03 – Importância do repositório na visibilidade da produção científica	72
Gráfico 04 – Setor da universidade para encaminhar demandas de aquisição	73
Gráfico 05 – Participação em capacitação para identificar fontes de informação	73
Gráfico 06 – Existência atual de capacitação para com as fontes de informação	73
Gráfico 07 – Atendimento da biblioteca	74
Gráfico 08 – Estudo de usuários	74
Gráfico 09 – Ações da biblioteca para atendimento da pós-graduação e pesquisa	76
Gráfico 10 – Avaliação específica da biblioteca	77
Gráfico 11 – Possíveis grupos/instituições participantes da avaliação das bibliotecas	78
Gráfico 12 – Situação ideal de atendimento para a pós-graduação e a pesquisa	79
Gráfico 13 – Fontes de informação mais usadas	80
Gráfico 14 – Existência do repositório institucional	81
Gráfico 15 – Importância do repositório na visibilidade da produção científica	82
Gráfico 16 – Gestão do repositório institucional	82
Gráfico 17 – Participação em capacitação para identificar fontes de informação	83
Gráfico 18 – Existência atual de capacitação para com as fontes de informação	83
Gráfico 19 – Atendimento da biblioteca	84
Gráfico 20 – Estudo de usuários	84
Gráfico 21 – Ações da biblioteca para o atendimento da pós-graduação e da pesquisa	85
Gráfico 22 – Avaliação específica da biblioteca	86
Gráfico 23 – Possíveis grupos/instituições participantes da avaliação das bibliotecas	87
Gráfico 24 – Situação ideal de atendimento à pós-graduação e a pesquisa	88
Gráfico 25 – Fontes oferecidas pela biblioteca	89
Gráfico 26 – Existência de Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) formalizada	90
Gráfico 27 – Necessidades informacionais da pós-graduação e pesquisa contempladas na PDC formalizada	90
Gráfico 28 – Existência do repositório institucional	90
Gráfico 29 – Gestão do repositório institucional	91
Gráfico 30 – Grupos identificados para o atendimento da pós-graduação e da pesquisa	91

Gráfico 31 – Atendimento com base em estudos de usuários	92
Gráfico 32 – Especialização do bibliotecário de referência	92
Gráfico 33 – Capacitação para identificar fontes de informação	93
Gráfico 34 – Recebimento de queixas sobre os serviços e produtos da biblioteca	93
Gráfico 35 – Estudos de necessidades de informação com base no conhecimento dos projetos de pesquisa, ementas e disciplinas	94
Gráfico 36 – Ações da biblioteca para o atendimento da pós-graduação e da pesquisa	95
Gráfico 37 – Possíveis grupos/instituições participantes da avaliação das bibliotecas	97

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS	18
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS	21
2.1 DEMANDAS E QUESTÕES ATUAIS PARA A BIBLIOTECA	21
2.2 ESTUDO INVESTIGATIVO	22
3 AGENDA E BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: MARCOS TEÓRICOS	27
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ÂMBITO BIBLIOTECONÔMICO	27
3.1.1 O ciclo das políticas públicas	28
3.1.2 A formação da agenda política	32
3.2 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	40
3.2.1 As bibliotecas no atual contexto universitário	41
3.2.2 Bibliotecas como garantia de difusão de bens públicos (conhecimento)	43
4 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	51
4.1 O PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (PNBU)	51
4.2 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS DESDOBRAMENTOS DO PNBU	56
5 ESTADO DA ARTE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	60
5.1 PERSPECTIVA DOS PESQUISADORES DA LITERATURA	60
5.2 PERSPECTIVA DOS BIBLIOTECÁRIOS	65
6 ESTUDO INVESTIGATIVO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	69
6.1 DESCRIÇÃO DA COLETA DE DADOS	70
6.2 DESCRIÇÃO DOS DADOS POR AGENTES SOCIAIS	70
6.3 ANÁLISE CONJUNTA DOS DADOS EMPÍRICOS	99
7 PROPOSTAS PARA UMA AGENDA PÚBLICA DE DISCUSSÕES	112
8 CONCLUSÃO	120
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICES	138

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe temas relativos à pesquisa e a pós-graduação, a fim de agendar discussões em vista da construção de uma política pública para bibliotecas de instituições federais de ensino superior.

Logo, parte-se de três perspectivas: a) identificação de carências de diretrizes frente ao quadro de transformações amplas no ambiente onde tais bibliotecas se encontram; b) identificação de inadequações e lacunas destas bibliotecas no atendimento à formação de pesquisadores e na produção de novos conhecimentos pela pesquisa do ponto de vista de seus interessados mais diretos; c) apresentação de temas relevantes no debate sobre meios adequados e possíveis para adequar estas bibliotecas a seu papel de coprodutoras de conhecimento no ambiente acadêmico atual.

As universidades brasileiras, aliás, como quaisquer outras, necessitam de uma infraestrutura mínima para seu funcionamento. Nos documentos oficiais brasileiros esse mínimo se repete em torno de ambiente adequado ao estudo e ensino, laboratórios para aulas ou pesquisas, recursos humanos qualificados e em número suficiente, ambiente propício à interação cultural e social.

As bibliotecas das instituições federais de ensino superior (IFES) têm cumprido a relevante função de monitorar, buscar e ofertar recursos informacionais que contemplem o tripé universitário brasileiro, a saber, as atividades de ensino, pesquisa e extensão. A responsabilidade de formar profissionais, pesquisadores e inserir a comunidade em geral em seus projetos, ofertando-lhes oportunidades relativas à cidadania e participação social atribuída às IFES é de dimensões ímpares e de grande impacto social.

O Plano Nacional da Educação (PNE) destaca a ciência e a tecnologia como bases do desenvolvimento produtivo e sua influência na dinâmica das atuais sociedades. Em sua última edição, 2001-2011, a palavra “biblioteca” é citada onze vezes, das quais três se referem ao ensino superior¹. Considerando a importância do conhecimento na sociedade, este mesmo documento postula que a produção é base do desenvolvimento científico e tecnológico e influencia na dinâmica das sociedades atuais (INEP, 2001, p.65). Por outro lado, o atual PNE, 2011-2020, cita a “biblioteca” em três momentos, todos se referindo à educação básica (INEP, 2010). Acreditamos que esses dados denunciam quão apagada está a biblioteca nas diretrizes estatais da educação em seus diferentes níveis.

¹ Estão incluídos nesse número os que se referem ao ensino tecnológico e profissionalizante que são oferecidos em IES federais.

O papel de centralidade atribuído ao conhecimento e à informação em todas as esferas da produção humana, aliado a meios mais potentes e velozes para suas difusões e acessos, afetou e contribuiu para a transformação dos diversos setores pelos quais se organiza a sociedade contemporânea, especialmente a educação em todos os seus níveis de ensino e suas instituições, incluindo as bibliotecas.

A provisão da educação superior brasileira encontra-se hoje dividida entre os setores público e privado. Seu desenvolvimento, desde a década de 60, deu-se de tal forma que cada um destes setores passou a responder preponderantemente a demandas sociais associadas, mas ao mesmo tempo distintas. O primeiro responde pela maior parcela das pesquisas acadêmicas e pela grande parte da formação em pós-graduação, enquanto o segundo é responsável pela maior parcela na formação em nível superior de graduação. É por esta conformação que Suzana Mueller (2006, p.33), quando trata da comunicação científica, afirma que o grande financiador da produção científica brasileira é o Estado, desde a formação do pesquisador até a aquisição da publicação científica pela biblioteca.

O princípio de ampliação do ensino superior em nível de graduação se deu preponderantemente pelo setor privado. Jacques Schwartzman e Simon Schwartzman (2002) evidenciaram em estudo feito ao Censo do Ensino Superior do ano 2000, demonstrando que já no início do século a educação superior vinha se consolidando como setor econômico. Sua rentabilidade atrai o capital privado, já que as demandas por formação para o mercado de trabalho são crescentes. O número de ingressantes em faculdades e universidades privadas acompanhou esse crescimento, concentrando cerca de 75% dos estudantes do ensino superior, em 2011, o que é indicativo de sua rentabilidade (INEP, 2011 ; SAMPAIO, 2011).

Tabela 1 - Evolução de instituições e matriculados no ensino superior brasileiro: de 1970 a 2011

ANO	INSTITUIÇÕES					MATRICULADOS NA GRADUAÇÃO				
	Total	Públicas	Part.	Privadas	Part.	Total	Públicas	Part.	Privadas	Part.
1970	619	184	30%	435	70%	425.478	210.613	50%	214.864	50%
1980	882	200	23%	682	77%	1.377.286	492.232	36%	885.054	64%
1990	918	222	24%	696	76%	1.540.080	578.625	38%	961.455	62%
1994	851	218	26%	633	74%	1.661.034	690.450	41%	970.584	59%
2000	1.180	176	15%	1.004	85%	2.694.245	887.026	33%	1.807.219	66%
2005	2.168	231	11%	1.937	89%	4.453.156	1.192.189	27%	3.230.967	73%
2011	2.365	284	12%	2.081	88%	6.739.689	1.773.315	26%	4.966.374	74%

Fontes: (INEP, 1996, 2005, 2011; RIGOTTO; SOUZA, 2005).

Aliado a este aspecto econômico, considera-se que a educação é um dos pilares da construção das grandes nações contemporâneas. Entretanto, o aumento quantitativo não é necessariamente diretamente proporcional ao qualitativo. Tal panorama traz ao Governo Federal desafios de regulação jurídica e qualitativa, evidenciado pelos documentos legislativos promulgados em prol desse controle nesse primeiro decênio do século XXI, pelas próprias estatísticas de concluintes dos cursos e de sua avaliação.

Um dos projetos implantados pelo Governo Federal para concretização da ampliação do ensino superior é o Programa Universidade para Todos (PROUNI). O PROUNI objetiva financiar, através de bolsas (parciais ou integrais), alunos comprovadamente de baixa renda, que tenham estudado em escola pública², portadores de deficiência e docentes da rede pública de ensino ou bolsistas integrais da rede particular de ensino (BRASIL, 2005c). IES que aderem ao programa recebem, conforme disposto no Artigo 8 da Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005, isenções fiscais. A verba destinada ao custeio do PROUNI é oriunda do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) pertencente ao MEC, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDO, [2014]).

Hilu e Gisi (2011, p.5667-5670), em análise feita ao Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010, indicam que a produção científica brasileira está concentrada em universidades públicas federais. Os cursos de pós-graduação são muito mais expressivos quantitativamente nestas do que em instituições privadas.

O relatório “Indicadores da ciência, tecnologia e inovação em São Paulo - 2010”, publicado anualmente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), incluiu estudo da produção científica mundial, a partir de periódicos especializados, cujas estatísticas são anunciadas pela *Thomson Reuters* através da base *Web of Science*. Nessa seção apresentam-se as áreas do conhecimento, locais geográficos e instituições que mais produziram. No caso brasileiro, o crescimento da produção acadêmica concentra-se nas áreas de Ciências Biológicas, da Saúde, seguidas pelas Engenharias, e concentradas em universidades públicas federais da Região Sudeste (ANÁLISE..., 2011, p.4/15, 4/19, 4/22, 4/24). Assim, no âmbito das universidades públicas incentivou-se a qualificação e titulação dos docentes com os graus de mestres e doutores, além do fomento à pesquisa ter sido intensificado.

² Apesar da concepção teórica do PROUNI ser interessante, o programa carece de sustentação nos ensinos fundamental e médio. A lei nº 12.711 de 2012 também estabelece que a partir de 2013 as universidades públicas federais deverão reservar pelo menos 50% de suas vagas para estudantes que realizaram todo ensino médio em estabelecimentos públicos (BRASIL, 2012).

Atualmente, conforme dados do Censo da Educação Superior 2011, dos 78.724 docentes das universidades públicas federais, 26,6% possuem titulação de mestre e 60% são doutores (INEP, 2011, tabela 2.1).

Segundo os resultados do Censo 2011, as instituições privadas de ensino superior aumentaram expressivamente nos últimos dez anos. São 59 universidades públicas federais e 88 universidades privadas. Caso se considere todas as categorias administrativas da educação superior, observa-se um diferencial como se vê na tabela adiante:

Tabela 2 – Quantitativo de instituições de ensino superior brasileiras em 2011

Unid. da Federação / Categ. Admin.	Instituições														
	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	2.365	819	1.546	190	86	104	131	51	80	2.004	652	1.352	40	30	10
Pública	284	95	189	102	48	54	7	1	6	135	16	119	40	30	10
Fed.	103	64	39	59	31	28	-	-	-	4	3	1	40	30	10
Est.	110	31	79	37	17	20	1	1	-	72	13	59	-	-	-
Mun.	71	-	71	6	-	6	6	-	6	59	-	59	-	-	-
Privada	2.081	724	1.357	88	38	50	124	50	74	1.869	636	1.233	-	-	-

Fonte: Adaptado do Censo (2011, tabela 2.1).

Com a variedade de instituições, as federais somam 4% do total de instituições de educação superior. Entretanto, foi nas IES públicas que se concentrou a formação de pós-graduação e o desenvolvimento de pesquisas (FRAUCHES, 2010).

A divisão de trabalho entre instituições de ensino superior, privadas e públicas não implica necessariamente uma desarticulação. Universidades e centros universitários devem ter um terço do total de docentes com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e em regime de tempo integral (40h/semanais) e inclui a qualificação como quesito do instrumento de avaliação dos cursos superiores de outras instituições de ensino superior pelo INEP, conforme o Artigo 52 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Decreto 5786, de 2006. A titulação em nível *stricto sensu* é, na maioria dos casos, obtida com recursos públicos em instituições públicas (FRAUCHES, 2010).

À ampliação do ensino superior de graduação correspondeu o desenvolvimento de instrumentos de avaliação da qualidade dos cursos, tanto do lado da saída (provões, ENADE) quanto do lado das condições de oferta (infraestrutura, formação docente e dedicação de docentes).

A biblioteca participa desse processo apenas na aferição de quantitativos de recursos informacionais, disponíveis aos discentes dos cursos de graduação, não sendo ela mesma o objeto da avaliação. Nesta avaliação do Instituto de Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação e Cultura (MEC) o acervo da biblioteca é um dos itens verificados na “Dimensão 3 – Instalações Físicas” do seu “Instrumento de Avaliação para Renovação de Reconhecimento de Cursos de Graduação”, através dos quesitos 3.3 Livros – Bibliografia básica; 3.4 Livros – Bibliografia complementar e 3.5 Periódicos – bases de dados específicos, revistas e acervo multimídia (INEP, 2010, p.10). Os quantitativos de exemplares dos títulos indicados nas bibliografias, por ingressantes, estabelecem níveis de pontuação. A participação da biblioteca é tão reduzida em sua potencialidade que até mesmo o item seguinte a esses mencionados, 3.6. “Formas de acesso dos alunos de cursos a distância à bibliografia básica, complementar e a Periódicos” é um “indicador exclusivo para EAD” (INEP, 2010, p.10).

O crescente financiamento para formação docente e a pesquisa científica e tecnológica levou o Estado a criar meios de controle da qualidade do conhecimento gerado a partir deste investimento. No âmbito da pós-graduação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) estipula critérios de avaliação trienais para cada área do conhecimento, onde os cursos *stricto sensu* são agrupados. O documento com critérios recentes encontra-se no endereço eletrônico da CAPES, na “Avaliação Trienal 2010 (triênio 2007-2009)”. Escolhendo-se, por exemplo, a área Ciências Sociais Aplicadas I, que abrange Comunicação/Ciência da Informação/Museologia, não há menção da participação da biblioteca como fator relevante ou contribuinte para o programa de pós-graduação (COORDENAÇÃO... , 2010).

Destarte, não há evidências de que hoje a política de avaliação da educação superior e seus instrumentos considere relevante avaliar a biblioteca universitária que é, entretanto, coparticipante na produção e divulgação de conhecimentos científicos pertinentes aos aspectos do tripé universitário. Há necessidade de levantamentos de dados que comprovem e justifiquem que isso vai de encontro à missão da biblioteca no meio acadêmico e provoca, indiretamente, um “esquecimento” dela própria com relação às suas possibilidades de ação.

A primeira e única iniciativa de desenvolvimento e instrumentalização destas bibliotecas de forma articulada aos projetos de ensino superior e desenvolvimento em ciência

e tecnologia foi o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) datado de 1987 (BRASIL, 1986a; 1986b). Neste programa foi lançado o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBu), publicado pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC.

A concepção e implantação do PNBu, estruturado em seis grandes áreas, com doze diretrizes e suas respectivas quarenta e seis ações, propôs uma estruturação básica que se pode reconhecer hoje nas bibliotecas universitárias.

Seus enfoques foram acerca do:

- a) Planejamento organizacional, financeiro, de recursos humanos e físicos: estabelecer um sistema de bibliotecas em cada universidade, definir padrões de desempenho (metas) para as bibliotecas, prover recursos financeiros suficientes à sua prestação de serviços, formar e qualificar adequadamente os recursos humanos, dotar a biblioteca de estrutura física adequada à sua coleção, público e funcionários;
- b) Formação e desenvolvimento de coleções: formular políticas de constituição, desenvolvimento e conservação de coleções, estimular programas de aquisição cooperativa e planejada;
- c) Processamento técnico dos documentos: tratar os documentos de forma padronizada, racionalizando os procedimentos e favorecendo intercâmbio entre arquivos;
- d) Automação de bibliotecas: estimular a automação dos procedimentos técnicos e administrativos da biblioteca; oferecimento dos serviços de informação de acordo com a diversidade acadêmica;
- e) Usuários e serviços: assegurar métodos e técnicas que identifiquem as necessidades de informação dos usuários e das IFES, assegurar o planejamento e oferecimento dos serviços de informação de acordo com a diversidade acadêmica;
- f) Atividades cooperativas: estimular a participação de bibliotecas universitárias em atividades cooperativas.

O desenho do PNBu visava atender demandas específicas do contexto universitário da década de 1980 e tomou por base as considerações dos bibliotecários universitários, suas opiniões e necessidades profissionais. O plano não incluiu critérios para avaliação de seu desempenho, nem mecanismos para identificação de transformações e emergência de novas demandas decorrentes da própria produção de conhecimento e/ou da sociedade.

As bibliotecas seguiram, em parte, o planejamento previsto e cumpriram as metas propostas. Hoje, muitas são as concretizações que podem ser observadas. Mas também não deixa de ser resultado destas ações o fato de que as universidades passaram por mudanças como, por exemplo, a ampliação de vagas para o ensino superior, dos cursos de pós-

graduação e de docentes com qualificação para a pesquisa. Isto implicou no aumento e transformações na produção e transmissão de conhecimentos científicos e tecnológicos que demandam renovação de posturas, pensamentos e ações de suas unidades administrativas e acadêmicas.

Urge, pois, repensar as bibliotecas de instituições de ensino superior no ambiente universitário contemporâneo e suas atuais dinâmicas, propondo-se novos modos de planejamento, instrumentos e elementos que atenderiam às metas estatais para a educação superior à atual configuração na produção da ciência e da tecnologia e a extensão mais direta e próxima destes conhecimentos à população brasileira.

O PNBu foi moldado apenas para as instituições federais, sem considerar as de direito privado. Naquele contexto, estas eram minoria e as universidades federais respondiam pela formação profissional e de pesquisadores do país.

Passadas aproximadamente três décadas esse panorama se transformou. As instituições privadas ampliaram-se numericamente e são as responsáveis pela formação e capacitação para o mercado (ensino de graduação), enquanto as universidades públicas têm se dedicado à formação de pesquisadores e à produção de conhecimento (HILU; GISI, 2011, p.5667-5670), como uma tendência resultante, no Brasil, do próprio modo de condução das políticas públicas de ensino superior. Daí uma primeira dúvida decorreria da adequação de uma política única, com diretrizes idênticas, para ambos os tipos de instituição.

Apesar dos diferentes papéis que têm cumprido as instituições privadas e públicas de ensino superior, há de se considerar que ambas precisam de infraestrutura básica para seu adequado funcionamento e desempenho de funções. Contudo, o papel da biblioteca possivelmente não é o mesmo em instituições públicas e privadas quando se consideram seus tipos, finalidades de uso de informação ou abrangência.

A produção de conhecimento é considerada fundamental para o aumento do bem-estar e da renda per capita, portanto, de interesse do Estado³. A parte do conhecimento produzido

³ A produção de conhecimento é entendida como fundamental para as dinâmicas de desenvolvimento. Para economia, o conhecimento figura como principal motor de aumento da renda per capita e da renda da economia, por gerar meios que possibilitam o aumento da produtividade do trabalho quando aplicado em um empreendimento produtivo. O conhecimento é um tipo de bem que pode ser apropriado e utilizado por inúmeros agentes, sem que isto cause a redução de sua disponibilidade (bem não rival). Assim, o desenvolvimento de conhecimento que resulte numa técnica de organização para produzir calçados é capaz de aumentar a produtividade em uma fábrica que a adote, permitindo produzir mais pares por trabalhador/hora. Caso outros fabricantes calçadistas adotem a mesma técnica, isto não implicará na redução da produtividade do primeiro. A adoção da técnica pelo primeiro fabricante proporciona aumento na renda da economia (mais sapatos) e dos lucros da empresa. A adoção da técnica por outros fabricantes aumentará ainda mais a renda da economia (muito mais sapatos), mas retirará a vantagem de lucro do primeiro empreendedor (JONES, 2000).

no âmbito das universidades que pode ser aplicada direta ou indiretamente na produção de bens e serviços sob a forma de técnicas, tecnologias ou produtos, só se concretiza externamente à universidade. A capacidade que uma IE tem para auferir retornos dos gastos com investimentos em pesquisa é reduzida (o registro de patentes é uma via possível, mas polêmica seja pela impossibilidade de divulgação, por anos, dos resultados da pesquisa – produtividade – seja quando trata de privatizar, via patente, conhecimentos produzidos com recursos públicos ou pela pouca capacidade destes investimentos pelo setor produtivo privado). Daí cabe perguntar se os recursos necessários à pesquisa (laboratórios, equipamentos, **bibliotecas adequadas**) constituem custos que podem ser inviáveis para uma IES privada, que dependerá aí de recursos públicos.

Outro ponto a ser pensado é o avanço tecnológico presente na educação superior e nas bibliotecas. As fontes documentais são muito diferenciadas em seus suportes. Há novos formatos e modelos de registro do conhecimento que desafiam os bibliotecários a repensar os instrumentos e maneiras de organização e representação desse conhecimento. As possibilidades de interação com as mídias eletrônicas e apropriação de seus conteúdos afeta a usabilidade dessas informações registradas (DOMÍNGUEZ-AROCA, 2005).

Com este panorama, e considerando a assertiva que as bibliotecas universitárias devem ser coparticipantes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão em suas instituições, neste projeto entende-se por oportuno, nesta pesquisa, caminhar em direção a uma agenda de discussão que proporcione debates, estudos e propostas para construção de uma política pública para bibliotecas de instituições de ensino superior, com foco no atendimento à pesquisa e à pós-graduação.

1.1 JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS

Apesar das bibliotecas universitárias estarem incluídas nos instrumentos oficiais de avaliação do INEP (INEP, 2010, p.10; OLIVEIRA, 2010, p.100), não existem diretrizes públicas específicas para elas. Bibliotecas públicas e escolares tem sido objeto de abordagens, mas não as universitárias. De um lado, a autonomia universitária, de certo modo, pode estar implicada nesta ausência, cabendo à própria comunidade acadêmica, conforme estudo de suas realidades, planos, políticas, etc. estabelecer uma política para suas bibliotecas. Por outro lado, Lubisco e Vieira (2009) consideram que a ausência de avaliação de bibliotecas universitárias não é desejável, pois pode indicar um descompromisso do Estado em relação a ouvir e atender (recursos) suas demandas para que possam cumprir seu papel.

A única iniciativa de proposta de política pública aconteceu em 1987 (BRASIL, 1986a; 1986b) e discutiu a organização interna das bibliotecas universitárias e o relacionamento entre elas. Mesmo que seja por este prisma, atualmente as bibliotecas precisam considerar a complexidade do mundo acadêmico e as exigências jurídicas que refletem a demanda de acesso à informação sobre suas atividades e possibilidades. Ademais, o contexto que abarca a biblioteca universitária também a influencia, e muito, em suas atividades e não pode ser desconsiderado.

Além da necessidade de reincorporação do tema ao cenário de planejamento das políticas públicas educacionais, há uma lacuna histórica na literatura da área. A produção biblioteconômica acerca de políticas públicas para bibliotecas universitárias esteve presente em anais de eventos dos anos posteriores a promulgação do PNBu e sua retomada acadêmica se deu em alguns estudos com temáticas similares nesses primeiros anos do século XXI (SILVA, 2009a; SILVA, 2009b; BUSQUET, 2012).

Não se pretende nesse estudo verticalizar todas as etapas de uma política pública, da formação de sua agenda à avaliação de seus resultados, mas apontar temas atualmente relevantes na concepção de uma agenda de política pública para bibliotecas nesse segundo decênio do século XXI. Pensar uma agenda é importante para guiar as discussões sobre as demandas coletivas e possíveis caminhos para seu atendimento, dando ao Estado um panorama para o desenho de tal política.

Uma política pública é concebida pelo Estado para se resolver um problema social, alguma questão que seja reconhecida socialmente como problemática e que precise de solução, regulação, parametrização (LINDBLOM, 1979). Devido à importância social que as bibliotecas universitárias desempenham na produção de conhecimento e na formação humana e acadêmica, a falta de diretrizes para elas é um transtorno administrativo que tem implicações no processo educacional superior, no desenvolvimento das pesquisas científicas e na interação com a comunidade externa à instituição de ensino. Os poucos recursos direcionados às bibliotecas são outro ponto crítico. Mesmo que seja concebido um diagnóstico atual que evidencie a realidade das bibliotecas e aponte caminhos a seguir, o comprometimento do Estado precisa existir para que possíveis decisões sejam tomadas e implementações sejam realizadas.

As políticas públicas constituem-se de um conjunto de ações governamentais que devem seguir algumas etapas de realização, chamadas ciclos ou processos das políticas públicas, que são encadeados logicamente e temporalmente. Os teóricos políticos consideram essas etapas de forma distintas, mas em todas as análises das fases finais dessas etapas consta

a avaliação, conforme observam Dias e Matos (2012, p.66) em suas pesquisas conceituais. Ademais, nem todas as políticas públicas são extinguíveis, exceto aquelas com prazo definido e claramente expresso em seu texto, o que não foi o caso do PNBU. Também existem as políticas públicas que são ciclos - adaptáveis, conforme mudanças espaço-temporais (DIAS; MATOS, 2012, p.90).

Assim, pensar numa agenda de discussões atual para as bibliotecas universitárias implicaria em analisar primeiro os resultados do PNBU. Entretanto, o plano não previu critérios de registro para sua posterior avaliação, nem há dados na literatura suficientes acerca de sua efetividade. Encontram-se registros de algumas de suas implementações, mas não dados avaliativos que, em anos posteriores, fornecessem a medida de seu sucesso. Portanto, deve-se passar ao levantamento de dados que indiquem o atual desempenho dessas bibliotecas.

Esta pesquisa tem por primeiro recorte as universidades federais. No caso das bibliotecas universitárias federais, seu vigor intrínseco deve evidenciar seu adequado papel no auxílio ao tripé universitário. Como segundo recorte, concentra-se na sua participação no processo de produção de conhecimento e no desenvolvimento da pós-graduação, o que certamente favorece ao ensino superior, seja ele público ou não.

O **objetivo principal** dessa pesquisa é levantar, junto à literatura acadêmica e aos interessados mais diretos nas bibliotecas de universidades federais, aspectos e temas relativos ao atendimento da pesquisa e da pós-graduação, a fim de construir uma agenda de discussões em vista de uma política pública para estas bibliotecas.

Por **objetivos secundários**, pretendemos:

- Identificar e contextualizar as políticas públicas existentes ou que já existiram para as bibliotecas universitárias;
- Identificar, a partir de dados da literatura, se as limitações e carências das bibliotecas universitárias federais constituem-se como um problema coletivo, já que se encontram ligadas à formação de novos pesquisadores e à produção de conhecimento em ciência e tecnologia;
- Apontar as necessidades e problemas atuais das bibliotecas universitárias federais por meio da visão dos pesquisadores da área e dos bibliotecários universitários, coletando a percepção de importantes agentes (pesquisadores e bibliotecários) envolvidos na concepção desta agenda de discussão sobre as questões das bibliotecas universitárias atuais à luz das demandas informacionais da pós-graduação e da pesquisa acadêmica através de revisão de literatura e estudo investigativo.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para realização desta pesquisa lançou-se mão de dados, resultados de pesquisas e reflexões constantes na literatura e de pesquisa empírica. A seguir detalha-se a metodologia.

2.1 DEMANDAS E QUESTÕES ATUAIS PARA A BIBLIOTECA

Para o levantamento bibliográfico que contextualiza as questões atuais das bibliotecas universitárias, foi feita a revisão de literatura da área em artigos de periódicos brasileiros de Qualis A e B na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), artigos do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), artigos estrangeiros da *College and Research Libraries* (CRL), da *Association of College and Reserach Libraries* (ACRL), da *American Library Association* (ALA) e da base de dados *E-Prints in Library and Information Science* (e-LiS). Também foram utilizados os artigos dos Seminários Nacionais de Bibliotecas Universitárias (SNBU) onde se podem também encontrar a perspectiva dos profissionais bibliotecários.

Todas as consultas abarcaram o período dos últimos dez anos.

Nas fontes, os termos usados na busca (no singular e com suas respectivas traduções para o inglês) foram “agenda”, “biblioteca universitária”, “política pública” e “universidade”. A combinação booleana “e” ajudou a especificar os resultados de pesquisa. No caso da Brapci isso não foi possível, porque a base não dispõe de pesquisa avançada. Tivemos ainda o caso de fontes que operam exclusivamente com a biblioteca universitária (CRL e SNBU). Nestas optamos por uma varredura manual, no período delimitado, consultando cada artigo dos números da revista ou anais do evento.

Tabela 03 – Levantamento bibliográfico para identificação de demandas atuais da biblioteca universitária

FONTES	AGENDA*		BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA*		POLÍTICA PÚBLICA*	
	RT	RU	RT	RU	RT	RU
Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci)	31	01	143	04	170	04

<i>E-Prints in Library and Information Science (e-LiS)</i>			277 ⁴	09		
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib)			04	02		
Seminários Nacionais de Bibliotecas Universitárias (SNBU)			aprox. 300	10		

Legenda:

RT são resultados totais obtidos na busca; RU são resultados usados no levantamento bibliográfico

*mais de uma palavra-chave foi encontrada num mesmo artigo, portanto, não se deve somar o número de referências utilizadas; foram utilizados sinônimos e variantes (plural, tradução para inglês) das palavras mencionadas.

Interessante notar que dentre os resultados de busca do termo “agenda”, na Brapci, apenas um serviu especificamente para a composição do olhar do pesquisador, pois nosso estudo trata da agenda incidindo sobre a biblioteca.

Apesar de nossa proposta consistir na observação do panorama nacional, consideramos importante a contribuição da literatura estrangeira no que tange à reflexão da biblioteca no meio acadêmico e suas potencialidades.

Para se tratar de uma agenda de discussões sobre as bibliotecas universitárias, há de se considerar a importância contextual do âmbito científico e tecnológico em que elas estão inseridas. A biblioteca universitária está num ambiente de elaboração e propagação de conhecimento, tonalizado pelo viés cultural, econômico e político. Faz-se necessário refletir, através da literatura da área, as demandas e questões atuais que incidem sobre a biblioteca.

Tomamos como perspectiva a literatura onde aparecem as considerações e estudos dos pesquisadores da área e dos profissionais bibliotecários, no que se referem ao aspecto político da informação, de formulação de diretrizes de ação ou função e papel da biblioteca universitária no meio acadêmico, das políticas de informação e sua relação com a produção de ciência e as universidades, da geração do conhecimento e sua sociabilidade.

2.2 ESTUDO INVESTIGATIVO

Para se constituir uma agenda de discussão de políticas públicas para bibliotecas universitárias federais, há de se considerar os agentes sociais que dela participam ou que tenham interesse em sua constituição e manutenção. O aporte teórico contribui para a concepção da agenda, mas não define por si só os temas nela tratados, pois eles devem surgir

⁴ Método de busca: deixamos o campo principal em branco para que a varredura fosse maior; no campo *Subject* selecionamos “*Academic library*”, no campo línguas marcamos inglês, espanhol e português, tipo de item “artigo”, *Status* da publicação “publicado”.

da realidade social. A agenda deve ser constituída pensando na resolução de um problema público.

Além do Estado, sociedade e seus representantes (grupos de pressão, meios de comunicação e partidos políticos), os interessados mais imediatos desta agenda de discussões são os usuários e os bibliotecários.

O Estado foi identificado com base na própria concepção de políticas públicas, pois planeja, executa e monitora as políticas públicas. Ensino e desenvolvimento da C&T são fundamentais ao desenvolvimento cultural e econômico e, portanto, de interesse do Estado. Através do que estabelecem as diretrizes do MEC, INEP e CAPES para a educação superior e desenvolvimento da pesquisa, infere-se que há uma dicotomia entre as diretrizes e planos do Estado para o desenvolvimento em C&T e a participação da biblioteca nestes.

Foram escolhidos dois grupos de agentes como foco do estudo investigativo, ocorrido entre julho e setembro/2013 de forma eletrônica, a fim de coletar percepções acerca da biblioteca universitária e seus atuais desafios no atendimento da comunidade universitária. O **bibliotecário**, cuja participação é fundamental em um processo de transformação e/ou adequação da biblioteca universitária brasileira, entendido como mediador entre os registros do conhecimento e usuários; ele é o profissional da informação atuante nesse contexto.

A escolha do outro agente social está respaldada estatisticamente e coberto pelo Censo da Educação Superior (INEP, 2013) e por pesquisa realizada por Hilu e Gisi (2011). Pelos resultados dos documentos citados, as universidades públicas concentram e são responsáveis pela formação de pesquisadores e produção de conhecimento científico. Pensando nesse viés, escolheu-se o pesquisador docente e os em formação (pós-graduandos).

Delimitação do campo empírico

Definidos os agentes que participarão da pesquisa, partiu-se para a seleção das instituições de ensino. Considerando o número expressivo de instituições públicas federais brasileiras, cinquenta e nove, escolheu-se trabalhar com a Região Sudeste, mais precisamente com o estado de Minas Gerais (MG). Esta unidade federativa concentra o maior número de universidades públicas federais do país, onze instituições, seguido do Rio Grande do Sul (RS), que possui oito (CHIARINI; VIEIRA, 2012)

Com relação aos bibliotecários, a pesquisa foi realizada em todas as universidades federais mineiras. Fizemos um levantamento nos endereços eletrônicos das bibliotecas dessas instituições e elaboramos uma planilha que contém o quantitativo de bibliotecas e *e-mails*

disponíveis por cada instituição (vide apêndice A). Das informações obtidas nos endereços eletrônicos, são 70 bibliotecas, 36 *e-mails* de bibliotecários, 40 *e-mails* de servidores, mas sem identificação de serem bibliotecários ou não. Para as UFMG, UFU e UFV, que divulgam apenas um endereço oficial do sistema de bibliotecas, enviamos mensagens explicando sobre a pesquisa e pedindo, por mais de uma vez, que nos auxiliasse na divulgação da mesma (apêndice B). Assim, trabalharemos com o universo de 76 bibliotecários, apesar de termos ciência que o número seja mais amplo.

Ainda desenhando a amostra, o segundo grupo social a ser pesquisado foi o de docentes que estejam envolvidos com pós-graduação e a pesquisa acadêmica das seguintes áreas do conhecimento, conforme classificação da Capes: Ciências Agrárias, Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas. Esta opção foi feita a partir de levantamento, manual e comparativo, entre os dados da base “Cursos recomendados e reconhecidos” da Capes e às Pró-Reitorias de Pós-Graduação e Pesquisa das universidades federais mineiras que identificou serem essas três as que contêm maior quantitativo de cursos e docentes.

Seguimos essas etapas para todas as onze instituições federais mineiras e elaboramos mais uma planilha dos dados obtidos (apêndice C).

No caso dos docentes, também ocorreu de forma manual, pesquisando a página dos sítios eletrônicos de cada curso das áreas do conhecimento selecionadas, cada uma das dez universidades federais mineiras. Chegamos ao número de 99 cursos. Aos cursos que não divulgaram o endereço eletrônico de seus docentes, enviamos mensagem eletrônica (vide apêndice D) para as suas secretarias e/ou seus respectivos coordenadores solicitando esta informação. As instituições que mais concentram a falta de divulgação dos endereços eletrônicos dos docentes são UFLA e UFMG, nas áreas de Ciências Agrárias e Ciência da Saúde. Dos 41 cursos que procuramos somente 10 nos responderam. Desse modo, entramos em contato com 68 programas de pós-graduação e 1381 docentes.

Para conseguirmos os endereços eletrônicos dos alunos, o procedimento foi o mesmo (apêndice E). O contato com os discentes foi indireto, via secretarias dos programas de pós-graduação, conforme veremos adiante. Assim, o universo total da amostra é uma estimativa, bem como o percentual obtido nos resultados. Calculou-se 60 alunos, em média, por cada programa de pós-graduação, sendo 99 ao todo, gerando 6.000 discentes.

Após conseguir os endereços eletrônicos e enviar as mensagens aos grupos (apêndice F), atividades ocorridas na última semana do mês de julho e primeira do mês de agosto do ano de 2013, oferecemos o prazo de 30 dias corridos para a resposta do questionário. Portanto, o encerramos na primeira semana do mês de setembro do referido ano.

A partir da planilha, referente aos professores (apêndice C), podemos inferir:

- as áreas de Ciências Agrárias, Saúde e Sociais Aplicadas somam 99 programas de pós-graduação e esta ordem de citação expressa também o quantitativo decrescente de programas em cada área;
- uma universidade não possui programas de pós-graduação nas áreas delimitadas, portanto, não constará dados dela nesta pesquisa;
- o número de docentes acompanha a mesma constatação anterior: as Ciências Agrárias concentram mais de 500 professores, sendo que dois programas de pós-graduação, um em cada universidade, são os responsáveis por mais da metade desse total;
- a universidade localizada na capital mineira possui maior diversidade de cursos nas três áreas escolhidas e as instituições do interior do estado são voltadas a concentração de cursos em uma determinada área do conhecimento, conforme observado também nos estudos de Chiarini e Vieira (2012).

Para alavancar a economia, há um processo cíclico e diretamente proporcional: o investimento na educação e na pesquisa elevam as taxas de produção de conhecimento e o seu uso geram novos conhecimentos e podem ser usados em benefício coletivo impactando a economia em geral (CARDOSO, 2008, f.32).

Por meio de sua tríplice função a academia produz impacto sobre a sociedade na medida em que se debruça, pesquisa e desenvolve soluções aos problemas sociais para minimizar os conflitos e mal-estar entre grupos e indivíduos, prezando pela sua educação, segurança, saúde, cultura. Esse papel muito contribui para a função do Estado de regulador social, o que nos leva a conceber a universidade como uma forte e importante instituição de destaque na atualidade.

Os cursos de pós-graduação em Ciências Agrárias são os mais numerosos e neles são produzidos conhecimentos voltados às soluções agrícolas e de produção alimentícia de Minas Gerais. Chiarini e Vieira (2012) reforçam que esse deve ser o caminho de integração entre universidade e sociedade e tal relação poderia ser mais explorado pelo Estado com o objetivo de aliar as universidades às políticas de ciência e tecnologia do país, recebendo o tema mais atenção nas agendas de políticas públicas.

Qual o papel da biblioteca universitária nesse contexto? Contribuir para a organização, difusão e acesso ao conhecimento. Pensando nas delimitações desta pesquisa, o acesso ao conhecimento para a pós-graduação e a pesquisa acadêmicas são fundamentais a geração de novos conhecimentos e conseqüente impacto no desenvolvimento econômico e regional.

Para colher a percepção dos agentes sociais selecionados, utilizamos como instrumento de pesquisa três questionários eletrônicos. Acreditamos que a natureza deste instrumento, bem como sua versão eletrônica, facilitaram a coleta e análise dos grupos escolhidos devido ao seu expressivo número (aproximadamente 6.000 alunos, 1082 docentes e 76 bibliotecários).

Dados nossos objetivos, foram priorizadas as questões atuais concernentes às bibliotecas universitárias à luz das demandas informacionais da pós-graduação e da pesquisa.

Assim, a estrutura da nossa pesquisa parte de um levantamento histórico e bibliográfico sobre as políticas públicas para as bibliotecas universitárias federais, o mapeamento atual de demandas da educação superior, dos principais agentes sociais que atuam nela, juntamente com uma pesquisa de campo e revisão de literatura que visam coletar a percepção dos grupos de agentes escolhidos para auxiliar na construção da agenda.

3 AGENDA E BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: ASPECTOS TEÓRICOS

A abordagem teórica tem por centralidade o conceito de “formação de agenda” e seus conceitos relacionados, uma vez que a agenda supõe a identificação de um problema público que precisa ser solucionado com ações decorrentes de uma política. Como o objeto da análise são as “bibliotecas universitárias”, sua conceituação e papel também precisam ser considerados.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS DESBOBRAMENTOS NO ÂMBITO BIBLIOTECONÔMICO

A concepção moderna de políticas públicas enquanto área do conhecimento surge no âmbito da Ciência Política. Seu nascimento, entretanto, é interdisciplinar, estando vinculada à Administração Pública, ao Direito e à Economia. A abordagem estatal frente às questões sociais sofreu significativas mudanças, de uma postura clássica com caráter mais centralizador até uma gestão mais distribuída e participativa. Suas ações de regulação via políticas públicas acompanham essas mudanças (DIAS; MATOS, 2012).

Conforme a literatura pesquisada, os estudos sobre as políticas públicas datam do fim do primeiro e início do segundo quinquênio do século XX. As políticas públicas não possuem conceituação simples e objetiva, pois existem para responder a problemas sociais que são frutos da complexidade das sociedades modernas. A implementação de políticas públicas deve, portanto, constituir-se a partir de amplos estudos com etapas interdependentes e sequenciais: definição de um problema social, formação da agenda, formulação da política em si, escolha das ações a serem tomadas (processo de tomada de decisão), implementação da política e avaliação (DIAS; MATOS, 2012, p.66).

Os marcos teóricos desta pesquisa estão alicerçados em:

- Lindblom (1981) e Queiroz (2011): para explicar as políticas públicas, suas etapas e elementos constituintes, explorando a definição de um problema social, a problematização de uma situação considerada indesejável que precisa da ação estatal para se resolver ou amenizar. É fundamental que se tenha claro que as políticas públicas existem a partir de um problema social. Sem problematizar justificadamente a ausência de diretrizes para as bibliotecas universitárias, não há encadeamento lógico para se discutir políticas públicas para elas; o argumento da prejudicial ausência de planejamento para bibliotecas universitárias serão feitos com embasamento da literatura científica desses autores;

- Saravia e Ferrarezi (2007), Aguilar Villanueva (2007) e Lahera Parada (2007): abordam conceitualmente as políticas públicas, seus ciclos ou processos, explicitando a complexidade e profundidade do tema. São considerados pesquisadores clássicos dessa área. Somado a eles, usar-se-á a contribuição didática dos autores Dias e Matos (2012).

- Formação da agenda de políticas públicas: os teóricos clássicos escolhidos foram Joan Subirats (2007, 2008) e John Kingdon (2011), que trazem observações importantes sobre os elementos, as justificativas, as definições e a contextualização a ser considerada sobre um determinado problema social.

3.1.1 O ciclo das políticas públicas

O viés administrativo predominou nos Estados Unidos na década de 1960 até os dias atuais, se espalhando para outros países e sendo incorporado por outras escolas de pensamento. Outras perspectivas permearam a interpretação das políticas públicas: jurídica, filosófica, sociológica, política e até mesmo antropológica e psicológica. Para Saravia e Ferrarezi (2007, p.24-28), a mudança da adoção de prisma para se interpretar as políticas públicas foi consequência da dinâmica própria da vida política, econômica e social que traz à tona novas questões como problemas a serem refletidos, exigindo do Estado que reveja seu papel e atuação.

As políticas públicas são interpretadas como as diretrizes, metas, ações, planos elaborados e aplicados pelo Estado, dentro de um sistema de governo democrático, com a participação da sociedade civil, incluindo a iniciativa privada, para resolução de um problema social, reconhecido publicamente e comprovado como tal, com vistas a manter o equilíbrio, a organização da sociedade e o bem comum. É uma construção coletiva com diversos agentes sociais operando em prol de um mesmo objetivo, em defesa dos direitos sociais e de liberdade previstos na Constituição com vistas a concretizá-los (LAHERA PARADA, 2004, p.7-12; SARAVIA, 2007, p.28; SUBIRATS, 2008, p.33-38; DERY, 2011, p.1; KINGDON, 2011, p.2-3; QUEIROZ, 2011, p. 96-97; 106-108; AMABILE, 2012, p.390; DIAS; MATOS, 2012, p.1-15).

Características

Visando o bem comum da população, a política pública requer algumas características essenciais em sua estrutura para alcançar o seu sucesso. Saravia (2007, p. 31) e Aguilar

Villanueva (2007, p.50) indicam quatro componentes que geralmente são encontrados nas políticas públicas:

- Institucional: pois as políticas públicas são decididas e conduzidas por autoridade formal;
- Decisório: plano de ação com decisões a serem implementadas numa situação específica para resolvê-la;
- Comportamental: as diretrizes previstas têm que se realizar, ser concretizadas;
- Causal: os efeitos políticos e sociais causados pelos resultados das ações das políticas.

Lahera Parada (2007, p. 68-71) argumenta que um plano de ações governamentais, por ser um projeto, deve contemplar em seu texto passo a passo o que será implementado. O objetivo político central deve ter sido definido democraticamente, com a participação da sociedade civil e estar claramente traçado. A sua justificativa tem que ser ampla e dar conta de abarcar a complexidade do tema em questão, apontando a relação custo-benefício social, apresentar indicadores que comprovem o problema social, a previsão de custos e alternativas de financiamento tem de ser mencionadas, bem como ações a serem adotadas para resolução do problema. Os instrumentos e prazos de concretização das ações também devem constar (SUBIRATS, 2008, p. 38-41).

Agentes envolvidos

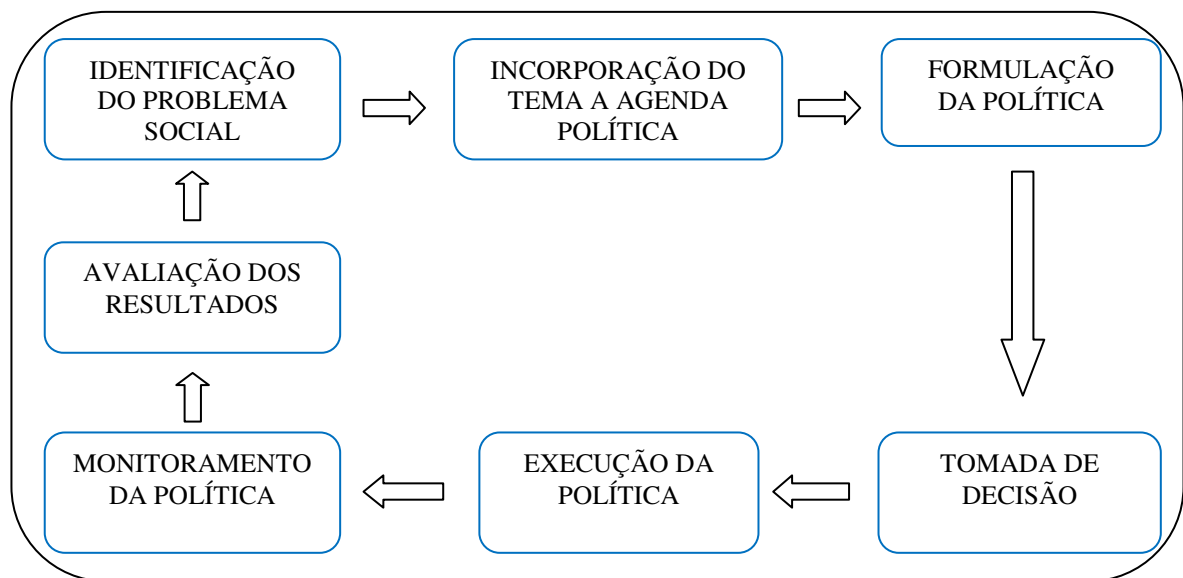
Os agentes sociais são oriundos da esfera pública e esfera privada e desempenham papel crucial na constituição das políticas públicas. Eles, em suas mais distintas categorias, contribuem para a identificação de um problema social como questão pública que merece intervenção estatal.

As demandas por políticas podem ser indicadas e reivindicadas pela sociedade civil, que percebendo a necessidade de intervenção em alguma questão social com potencial a se tornar um problema comunica-o ao Estado, agente regulador da sociedade e condutor das políticas públicas, através de seus representantes de direito (QUEIROZ, 2011, p.107). A construção coletiva e participação social são fundamentais, não só para o exercício da cidadania, mas para melhor identificação dos problemas reais de cada contexto social, que por vezes não estão contemplados nas decisões governamentais.

Ciclo das políticas públicas

As políticas públicas são constituídas de algumas etapas ou processos que formam um ciclo com momentos não só correlacionados, mas interdependentes. Embora a sequência lógica destas etapas seja a mesma, em diversos autores pode-se encontrar um menor ou maior detalhamento, desdobrando algumas etapas. Cada autor aqui utilizado aborda entre cinco e sete. Por prezar a completeza de informações para o entendimento da complexidade do tema tratado nesta pesquisa, optou-se por combinar a abordagem usada por Subirats (2008, p.42 - 47) e por Dias e Matos (2012, p. 63-67). Estes últimos fizeram um extenso levantamento na literatura e compuseram um quadro demonstrativo dos principais teóricos e seus pontos de vista com relação ao ciclo das políticas públicas. Assim, têm-se elencadas as seguintes etapas do ciclo das políticas públicas: identificação de um problema social, incorporação do tema a agenda política, formulação da política em si, tomada de decisão, execução da política, monitoramento da política e avaliação dos resultados.

Figura 01 - Ciclo das políticas públicas



Fonte: Própria, baseado em Subirats (2008, p.42-47) e Dias e Matos (2012, p.63-67)

Frey (2000, p.226-229) e Dias e Matos (2012, p.67) ressaltam que esse modelo teórico nem sempre se desdobra conforme o planejado, mas serve de instrumento de análise processual para identificação de possíveis incongruências.

A explanação das sete etapas, a seguir, é baseada em Subirats (2008, p.42-47) e Dias e Matos (2012, p.63-67) e visa a melhor compreensão da proposta de nosso estudo, suas possibilidades e abrangências.

A **primeira fase** consiste em delimitar um problema social. Isso ocorre quando uma situação específica não está de acordo com o desejado pela coletividade, causando insatisfação pública e necessidade de mudanças.

O **segundo momento** é um dos mais complexos e decisivos para uma possível efetividade da política pública: a incorporação do tema na agenda política. A aceitação de uma problemática pelos agentes administrativos e públicos envolve muitas questões de ordem objetiva e com nuances de interpretações subjetivas. Os interesses de grupos representados por tais agentes interferem em suas decisões sobre a contemplação ou não de temáticas na agenda pública.

O **terceiro passo** do ciclo é a elaboração da política. Inicia o planejamento, o estudo das causas e das soluções para o problema, das alternativas que conduzirão à alteração da situação em pauta. São definidos os agentes envolvidos, quais os objetivos, a justificativa, os mecanismos e instrumentos a serem usados.

A **quarta fase** é a tomada de decisão. Consiste num momento político de busca de alianças para legitimidade da política pública.

O **quinto momento** é a execução da política, a aplicação do planejamento teórico na realidade social. Possivelmente ocorrerão adaptações do plano à situação concreta, chamado de “produção de *outputs*” por Subirats (2008, p.44).

O **sexto passo** é o de monitoramento da política. É a primeira fase de acompanhamento para identificar os impactos positivos ou negativos no problema social.

A **última fase** é a avaliação da política pública. Com base em todos os momentos anteriores, principalmente o monitoramento, faz-se uma análise dos impactos e efeitos da política no ambiente real. Analisados os resultados, pode-se inferir se as metas foram alcançadas dentro do prazo estipulado, em que ponto elas precisam ser revistas, quais as dificuldades de implantação apresentadas, quais condutas dos agentes envolvidos deve ser repensada, se o prazo foi cumprido conforme estabelecido ou se precisa ser ampliado, enfim, se a política pública cumpriu sua finalidade.

Conforme argumentado, esse ciclo serve apenas como norteador, funcionando como instrumento analítico. Há inúmeras variáveis endógenas e exógenas que afetam o ciclo e a ordem das etapas que serão vistas a seguir.

3.1.2 A formação da agenda política

Dentro do objetivo principal dessa pesquisa é importante enfatizar as duas primeiras etapas do ciclo das políticas públicas, pois são os momentos onde se encontra este projeto de pesquisa. Mais especificamente, trataremos da construção de um problema público e os aspectos que fornece para compor os temas de discussão incorporados à agenda política.

A agenda é a composição dos assuntos considerados relevantes o suficiente para entrarem na pauta política com o fito de atender aos interesses do bem comum, emergentes nas demandas sociais do povo em determinado contexto espaço-temporal (SUBIRATS, 2008, p.125). Entretanto, há muitos fatores externos que interferem na aceitação de alguns temas na agenda pública pelos agentes estatais, incorporando o tom complexo e enigmático à sua constituição.

A agenda política é composta por um conjunto de problemas públicos alvo da atenção do Estado e da sociedade. Kingdon (2011, p.1-4) enfatiza a diferença entre alternativas de ação governamental e agenda pública: as primeiras se referem às possibilidades de atuação do governo frente aos problemas públicos e a segunda diz respeito aos problemas em si. Existem agendas compostas por outras agendas, partindo de temas mais gerais para os específicos.

Problemas públicos são os problemas sociais de destaque (ou a eles é atribuído). A transformação do problema social em problema público é um processo longo. A delimitação do próprio problema social não é simples e envolve objetividades e subjetividades.

A **caracterização de um problema social**, sua justificativa e relevância coletiva, são fundamentais para sua incorporação à agenda política do Estado, e como não há definição pronta e objetiva para os problemas sociais, trata-se de uma construção a ser feita em cada contexto (SUBIRATS, 2007, p.199-200). Cada situação é peculiar e pode se tornar um problema conforme as apropriações que se faz dela ou pelas externalidades⁵ a ela inerentes.

O sociólogo enfatiza que a relação entre os problemas e suas soluções torna-se complexa porque uma mesma solução pode servir a vários problemas distintos, visto que

⁵ O termo externalidades (neste caso, negativas) tem sentido assimilado a conceito de economia que trata dos efeitos indiretos e não intencionais, de difícil mensuração por sua dispersão, àqueles não diretamente envolvidos no problema. Assim, o custo social do problema é muito maior do que o percebido imediatamente sobre os diretamente afetados (custo privado) (MARQUES NETO, 2009). Por exemplo: o uso de pesticidas na lavoura pode ser um problema para a saúde dos agricultores (custo), mas causa externalidades que podem se estender à saúde dos consumidores do produto, elevando os gastos com saúde; podem poluir rios, reduzindo a renda de pescadores, de indústrias que utilizam suas águas, podem afetar outras plantações pela contribuição a chuvas ácidas etc. Os custos sociais com saúde, recuperação de águas poluídas, salário desemprego são muito mais amplos do que se pode perceber imediatamente.

estes, por sua vez, não tratam apenas de um único assunto encerrado em si mesmo, sendo suas temáticas relacionadas e interdisciplinares (SUBIRATS, 2007, p.201-204). O autor considera o problema social como uma construção analítica que permite variadas interpretações por diferentes agentes e que a exata solução deles seria utópica, pois o que se busca é a melhora da situação social.

Esse momento de busca é visto por Dery (1984, p.25-26) como uma oportunidade para se melhorar a vida em sociedade, diminuindo os conflitos e aumentando a satisfação coletiva. Para sair da “visão labiríntica” da busca pela solução, Subirats (2007, p.203) aposta numa minuciosa análise contextual que vise identificar as variáveis e possíveis soluções mais adequadas ao momento, num estudo de causa e efeitos.

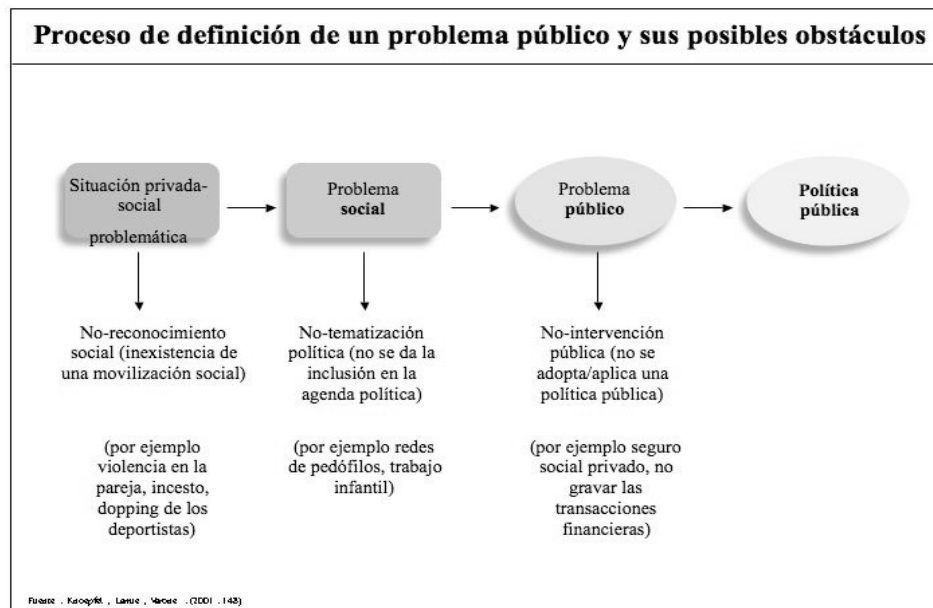
Subirats (2008, p.128) considera a política pública um processo contínuo que carece de reflexão em todos os seus momentos, podendo haver necessidade de redefinição de cada etapa. Reforçam Frey (2000, p.226-229) e Dias e Matos (2012, p.67) que o modelo teórico funciona como instrumento norteador e não um modelo a ser seguido rigidamente.

Os problemas sociais estão imersos na dinâmica da vida social que não possui característica de isolamento entre os seus setores, mas sim de correlação. Logo, muito dificilmente um problema público será pertencente, pensando em suas causas, efeitos, consequências e possíveis soluções, a uma única área. Por exemplo, a ausência de diretrizes para bibliotecas universitárias não diz respeito somente à biblioteca em si e à Biblioteconomia, mas envolve a função do Estado enquanto colaborador da formação de recursos humanos qualificados e estimulador da produção de conhecimento, a educação em todos os níveis, às políticas públicas educacionais, científicas e de desenvolvimento econômico, ao planejamento das instituições de educação, ciência e tecnologia, seu planejamento, orçamento e gestão e tantos outros fatores.

Acerca da definição do problema social, Queiroz (2011, p.139) recorda que é preciso que sua descrição esteja pautada em dados factíveis e verificáveis, contenha indicadores estatísticos e evidências concretas, sendo amplamente reconhecidos e validados pela maioria da sociedade.

Dias e Matos (2012, p.68) explanam que os problemas públicos são construções sociais que possuem uma sequência de formação, conforme apresentado a seguir:

Figura 02 – Constituição do problema social.



Fonte: Subirats (2008, p.131).

A figura anterior indica os passos na maturação do problema social, da sua identificação até a incorporação à agenda pública. Os fatores externos agem em todos os momentos desse processo de maturação. O processo consiste em elevar ao âmbito coletivo alguma questão particular relevante, que mesmo aparecendo como própria do setor privado tenha efeitos públicos significativos. Deve haver evidências de que os problemas ou dificuldades de indivíduos ou grupos afetam negativa e significativamente ao coletivo, sendo dignos da intervenção do Estado.

Dias e Matos (2012, p.70) consideram como pontos cruciais a serem respondidos para delimitação de um problema social: o que é o problema, quais seus elementos essenciais, quem são os afetados, qual população é o alvo da solução, qual proporção e consequência do problema, se há informação disponível suficiente para contextualizar o problema, se há indicadores geográficos, econômicos e sociais que comprovem o problema e quais as dificuldades que se apresentam no enfrentamento da questão.

Após comprovada a problematização de um determinado contexto que o define por problema social, antes de ser incorporado à agenda política, o tema precisa ter relevância suficiente. Para um problema social ser adotado na agenda de discussões, ele tem de se tornar um problema público. No entanto, o que determina a relevância pública de um problema social? Conforme Subirats (2007, p.205-206), os fatores que influenciam na atribuição de relevância a certo contexto são variados.

O autor elegeu dimensões operacionais de análise para identificação desses fatores. O primeiro deles é que o tema em pauta tomou proporções tão complexas que pode ser considerado como crise social. Esse primeiro aspecto nos interessa particularmente, pois no caso das bibliotecas universitárias a complexidade do problema aparentemente limitado à comunidade acadêmica pode ensejar sérios entraves à produção de novos conhecimentos no âmbito acadêmico brasileiro. O segundo seria que o problema abrange características globais e requer esforços de várias nacionalidades. Outra possibilidade é quando o problema passa a ser divulgado pelos meios de comunicação e atrai a atenção da sociedade para pensar sobre o mesmo. Temas relacionados à legitimidade do poder público e que questionem a idoneidade dos agentes que nela operam também são considerados de alta relevância. Por fim, lembra temáticas que estejam sendo discutidas na atualidade, quase fruto de um modismo, e que chamem a atenção da sociedade civil (SUBIRATS, 2008, p.132).

A luta de grupos sociais que visam o reconhecimento de seu problema também pode contribuir para sua inclusão à agenda pública (SUBIRATS, 2008, p.135-137). Mas Kingdon (2011, p. 196) aponta que estes grupos podem funcionar como um incentivo ou um obstáculo na inclusão e priorização do tema na agenda.

A atenção governamental para com um problema público varia devido a dois fatores: a forma como as situações são definidas como problema e os meios pelos quais os agentes o conhecem. Por isso, essa pesquisa também se insere neste aspecto quando busca delimitar a atual situação das bibliotecas universitárias federais, no seu papel de coprodutora de conhecimentos acadêmicos, como um problema social, com base em elementos apontados pela literatura brasileira de biblioteconomia e ciência da informação, levantamento de indicadores e consultas a grupos sociais diretamente interessados.

Kingdon (2011, p.197) difere situação de problema. Muitas são as situações desagradáveis e que nos incomodam cotidianamente. Elas passam ao *status* de problema quando os agentes sociais acreditam que elas devam ser alteradas. Contextos que ponham em perigo valores sociais consagrados, que já tenham se transformado em problemas públicos em outros países ou que num momento específico possam se transformar num tipo de problema, como em alguns casos em que os grupos sociais definem os contextos como problemas públicos.

Em contrapartida, a agenda pública também pode causar o “desaparecimento” de algum problema. Dentre os motivos que levam o Estado a adotar essa postura, pressupõem-se o fato do mesmo não possuir a capacidade de resolver o problema, dada sua tamanha complexidade; por serem as causas do problema temporárias e, por consequência, as

estatísticas que o comprovam também; e, a mais grave no nosso entender, a sociedade pode se conformar e aceitar uma determinada situação considerando-a normal ou natural (KINGDON, 2011, p.198).

Subirats (2008, p.138) fala da relação entre a estruturação do problema público e as estratégias políticas, a partir do ponto de vista normativo e cognitivo. No primeiro, o problema ainda não atingiu a estruturação necessária para cair em consentimento. Na abordagem cognitiva, a oposição está entre desconhecimento da natureza do problema a ser resolvido e afirmações científicas sobre seus efeitos. Nesta pesquisa caminhou-se no sentido de privilegiar o aspecto cognitivo. A situação problema das bibliotecas universitárias é dada e reconhecida, mas a “natureza” do problema não está clara para a sociedade e nem mesmo para muitos de seus interessados mais diretos. A precária conexão entre o papel das bibliotecas universitárias federais e produção de conhecimento em ciência e tecnologia (não há uma política) é o principal indicativo de que não se compreende a “natureza” do problema.

A função dos agentes sociais na formação da agenda de discussões é variável conforme os grupos que estejam contemplados e representados. Eles contribuem significativamente, conforme o contexto, para a conformação do problema social em problema público, interferindo na dinâmica da agenda política:

Figura 03 – Variáveis e agentes sociais na influência da agenda pública.

<i>Modelos®</i>	<i>Mediatización</i>	<i>Movilización (Iniciativa exterior)</i>	<i>Oferta política (Competencia electoral)</i>	<i>Anticipación interna</i>	Fuente: Adaptación libre de Garud (1990:39) y complementos relativos a los recursos y a las instituciones
<i>Variables</i>					
<i>¿Actores: «propietarios» del problema o precursores del proceso?</i>	Diversos medios de comunicación y encuestas opinión	Grupos de presión y movimientos sociales	Partidos políticos y otras organizaciones	Autoridades político-administrativas	
<i>¿Demanda social claramente articulada?</i>	No	Si	No	No	
<i>¿Impacto social o audiencia del problema?</i>	Amplia	Amplia	Amplia	restringida	
<i>¿Conflicto mediatizado, opinión pública interesada?</i>	Si	Si	Si	No necesariamente	
<i>¿Explotación partidista?</i>	No necesariamente	No necesariamente	Si	No	
<i>Principales recursos movilizados</i>	Información, infraestructura y tiempo	Organización y apoyo político	Información, organización y apoyo político	Información y derecho	
<i>Principales reglas institucionales utilizadas</i>	Garantía constitucional a la libertad de expresión	Democracia directa y/o acciones ilegales	Garantías constitucionales, democracia directa y reglas electorales y gubernamentales	Principios del derecho administrativo y reglas decisorias tradicionales	

Fonte: Subirats (2008, p.144)

Conforme a figura anterior, identificamos as possíveis correlações entre variáveis e agentes sociais, chamadas pelo autor de “processos prototípicos”. Vejamos a influência de cada grupo em separado.

Os meios de comunicação (rádio, televisão, imprensa, internet) possuem significativo papel na constituição da opinião pública. Dando destaque a um problema social e trazendo-o para a realidade cotidiana da sociedade, os meios de comunicação podem conduzir a mentalidade popular para assimilação, aceitação ou questionamento de certas temáticas, em detrimento de outras, e que por isso venham a chamar a atenção das autoridades a cuidar desses temas porque estão “desagradando” a sociedade (SUBIRATS, 2008, p.139). Somado aos meios de comunicação, a produção acadêmica também pode ser uma fonte de consulta acerca da reflexão dos problemas sociais e de suas possíveis soluções através das pesquisas científicas realizadas. A visibilidade e divulgação dos resultados de pesquisas atualmente são facilitadas pelos próprios meios de comunicação, a Internet principalmente (SILVA, 2006).

Os chamados “grupos de pressão”, ou os movimentos sociais, são fundamentais para acentuar a hostilidade social frente a um problema. Eles contribuem na articulação política das questões sociais em pauta, são representativos de uma parcela social, utilizam de instituições jurídicas e democráticas na busca dos seus direitos e meios de comunicação (ou seriam por ele influenciados?) para divulgar suas bandeiras de luta (SUBIRATS, 2008, p.140). A nosso ver, cada grupo social diretamente interessado nas bibliotecas universitárias pode agir como grupo de pressão para contribuir na construção da problematização de seu estado atual.

Também na esfera da representação têm-se os partidos políticos que prezam não só por responder às demandas dos dois grupos anteriores, mas às suas próprias. Realidade perceptível em anos eleitorais, a definição dos problemas e construção das políticas públicas por esses agentes consiste na defesa de questões sociais de forte impacto social que atinjam o maior número de cidadãos e sirvam de legenda partidária com fins eleitoreiros (SUBIRATS, 2008, p.141).

No que tange a participação dos políticos em questões ligadas à ciência e tecnologia, temos como exemplo os repositórios institucionais que estão ganhando respaldo jurídico que visa garantir sua existência nas universidades. O Projeto de Lei do Senado nº 387 de julho 2011, do Senador Rodrigo Rollemberg, pretende instituir a construção de repositório institucional em acesso aberto em universidades e unidades de pesquisa no Brasil. Atualmente, o Senador Cristovam Buarque concedeu parecer favorável ao projeto e aguarda apreciação da comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para designação de um relator

(ROLLEMBERG, 2011). A visibilidade dos problemas e as inadequações das bibliotecas, que certamente devem ter papel fundamental nestes repositórios institucionais, podem favorecer o estabelecimento da agenda para as mesmas.

Oriundos dos partidos políticos ou por indicação política, está o último grupo expresso na figura anterior: as autoridades administrativas e políticas. Estes são os agentes em posição privilegiada para a efetivação de uma política pública, não só porque são eles quem as executa, mas porque dispõem de recursos humanos, tecnológicos e informacionais para identificar o que desajusta a ordem social (SUBIRATS, 2008, p.143). Os servidores públicos que atuam em agências de fomento de pesquisa precisam ser providos de dados acerca das possíveis inviabilizações na pesquisa científicas, causadas pelas carências e inadequações das bibliotecas universitárias. Assim, há mais possibilidade de se abrir caminhos para a construção de uma agenda para elas.

Novamente Subirats (2008, p.144) retoma que as correlações expressas na figura não são taxativas, mas servem de guia para os estudos das políticas públicas. Os problemas públicos, suas possibilidades de inclusão na agenda política, a atuação dos grupos sociais, as variáveis externas e internas de cada contexto tornam as políticas públicas uma constituição lenta, gradativa e complexa que desafia os que pretendam estudá-las.

A partir das ideias acerca da formação de agenda em políticas públicas de Subirats (2008) e Kingdon (2011), assume-se que seja crucial enfatizar a necessidade da construção social de um problema público. A identificação das circunstâncias que compõem a problemática na qual a biblioteca universitária está inserida, sendo contribuinte e objeto, se faz relevante a fim de se pensar diretrizes para o desenvolvimento de suas funções.

A não existência de políticas para a biblioteca universitária é reconhecida socialmente como um problema que na atualidade precise de solução? Alcança, ou pode alcançar maturação suficiente para se enquadrar na categoria de problema público? A biblioteca universitária está na pauta das atenções dos principais grupos sociais (mídia, políticos, grupos de pressão) que contribuem para a constituição de um problema público? Como esses grupos enxergam a biblioteca universitária? Eles suscitam questões acerca da importância delas ou não a destacam conforme deveriam?

Essas reflexões são válidas para traçar o imaginário social acerca da biblioteca universitária que se materializa em evidências que podem contribuir para o entendimento da falta de políticas públicas para elas.

Buscando algumas dessas evidências à luz da influência dos agentes midiáticos, percebe-se que poucas são as manifestações envolvendo a temática da biblioteca universitária

enquanto um problema público. Apenas a título de exemplo, escolhemos por meio de comunicação a Internet. A partir da publicação pelo Ibope/Nielsen de março de 2013 sobre o ranking dos cinco portais de notícias mais acessados no Brasil, em ordem decrescente, Uol, Globo.com, R7, Terra e iG (R7..., 2013), pesquisamos o termo “biblioteca universitária”.

Apenas em um deles obtivemos resultados significativos e mesmo assim a biblioteca é citada do ponto de vista do seu acervo, como possuidora de exemplares insuficientes para atendimento ao curso de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Ceará e na aquisição de um pequeno acervo importado para alunos do Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade Federal de Rondônia, ou citada em notícias sobre a greve dos técnico-administrativos em educação (TAEs) do ano de 2012 como um dos setores que pararam de funcionar, prejudicando os alunos⁶.

Pesquisando dados acerca do grupo “políticos” ou o próprio Estado em si, percebe-se, através do registro jurídico, que a única iniciativa foi realmente o PNBu de 1987 (BRASIL, 1986a, 1986b). Adiante ele e o seu contexto serão abordados em detalhes.

Os grupos de pressão (sindicatos, associações de classe profissionais, partidos políticos, entre outros) são importantes na constituição da agenda, pois eles (teoricamente) representam e expressam os interesses de seu grupo social. No caso das bibliotecas universitárias brasileiras há uma instituição que lhes representa e foi criada no mesmo período do PNBu com esta finalidade: a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU). A CBBU oferece em seu endereço eletrônico, ligado ao da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), pesquisa sobre dados gerais das bibliotecas universitárias e uma publicação intitulada RevIU, que encontra-se descontinuada. As reuniões técnicas acontecem junto aos SNBUs. A CBBU realiza encontros regionais de bibliotecas universitárias com intuito de discutir questões pertinentes à realidade das bibliotecas universitárias. Tendo por missão

⁶ Informações retiradas das notícias disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, todos acessados em 22 de agosto de 2013:

<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/01/alunos-da-n-1-no-sisu-elogiam-ensino-e-reclamam-de-inseguranca.html>

<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2012/12/biblioteca-da-unir-em-guajara-mirim-ro-reforca-acerca-livros-de-idiommas.html>

<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2012/07/servidores-em-greve-fecham-reitoria-da-ufmg-em-belo-horizonte.html>

<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2012/07/greves-afetam-servicos-publicos-em-santa-catarina.html>

<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2012/07/greves-em-sc-trazem-duvidas-nos-calendarios-do-ifsc-e-da-ufsc.html>

[...] promover a formulação de **políticas públicas** em áreas de interesse, para incentivar a cooperação, o compartilhamento de serviços e produtos, a realização de projetos e pesquisas, a elaboração e editoração de documentos técnico-científicos, a organização de eventos, visando à consolidação da educação continuada e à **representação das Bibliotecas Universitárias junto a órgãos governamentais e a comunidade científica brasileira**. (COMISSÃO..., [2013], grifo nosso)

Ao buscar registros da efetivação do prometido pela missão localizamos poucos documentos que confirmem a influência dessa Comissão em vista de uma política pública para estas bibliotecas. Nas reuniões promovidas pelo CBBU, nos dois últimos Seminários Nacionais de Bibliotecas Universitárias (SNBU), não há propostas e discussões embasadas na realidade das bibliotecas universitárias e de seus problemas⁷. As apresentações se limitam a explicar o que é a organização, a que ela se propõe, as promessas da nova gestão e distribuição de brindes. Supõe-se que a falta de política para as bibliotecas universitárias não é vista como um problema por esta comissão.

Nesta pesquisa, usaremos os conceitos de **construção de um problema público e de agenda** pertencentes ao conceito maior de políticas públicas abordado nessa seção. Estas noções são fundamentais para problematizar a falta de diretrizes públicas às bibliotecas universitárias federais brasileiras que constitui, no nosso entender, um problema público.

3.2 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

As instituições são construções sociais que correspondem (no sentido que respondem juntamente com outras) aos seus contextos de criação através de normas e valores aceitos socialmente. Há vários tipos de instituições: sociais, políticas, de saúde, de educação. Permeando os ramos da cultura e educação estão as bibliotecas enquanto instituições (MAGÁN WALSH, 2001; 2004).

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 53) e Santos e Ribeiro (2012, p. 36) a biblioteca universitária é aquela mantida por uma instituição de ensino superior com a missão de atender toda a comunidade acadêmica: corpo docente, discente e administrativo nas esferas do ensino, da pesquisa e da extensão.

⁷ Essa observação foi feita pela autora desse texto que esteve presente nas reuniões citadas.

3.2.1 As bibliotecas no atual contexto universitário

Bibliotecas não são instituições isoladas e independentes, elas são pertencentes a um contexto e construídas socialmente. Cada contexto, cada grupo social constitui e se apropria de diferentes formas dela e de suas possibilidades. De modo que, historicamente, as bibliotecas correspondem às demandas culturais e sociais vigentes (BATTLES, 2003, p.210-211; BURKE, 2003, p. 97).

No caso brasileiro, bibliotecas universitárias devem atender ao planejamento, administração, organização e necessidades oriundas do tripé universitário, incluindo a comunidade acadêmica e a externa em geral, sendo partícipe e decisiva no processo educacional universitário, não podendo ser delegado a outrem o seu papel. Daí, uma política bibliotecária efetiva e condizente à realidade só será bem sucedida com apoio das universidades (FERREIRA, 1980).

Devido à complexidade, profundidade e amplitude da tríade acadêmica e às transformações que têm se intensificado nesse início do século XXI é necessária uma revisão dos procedimentos administrativos e biblioteconômicos para que as bibliotecas universitárias acompanhem e consigam suprir as demandas nascentes.

Pelas finalidades sucintamente mencionadas na LDB, a universidade pública brasileira pode ser considerada um bem público, pertencente a todos, voltada ao desenvolvimento social e humano. Sua estrutura administrativa a auxilia a cumprir seu papel social, sendo a biblioteca um de seus setores administrativos. Portanto, é prudente averiguar o que a instituição espera da biblioteca para se afinarem os discursos e manter-se o diálogo (MIRANDA, [199-]).

A socialização e visibilidade da produção acadêmica compõem os objetivos da biblioteca universitária que se fundamentam justamente por serem espaços de reunião dos registros do conhecimento, afirma Anzolin (2008b, p.49-52). Tornar visível e acessível tais registros para o escopo acadêmico, e em geral, é o que dá sentido a essa acumulação, é a finalidade e justificativa do porquê de se formar coleções.

Magán Wals (2001), em “*Temas de Biblioteconomía universitaria y general*”, trata do contexto social e educacional nesse início de século e como afetam e contribuem na condução dos procedimentos da biblioteca universitária. Aborda quatro aspectos da biblioteca à luz do livre acesso ao conhecimento e da formação humana e social: a filosofia de trabalho e missão, a realização dos serviços técnicos, a prestação de serviços ao leitor/pesquisador e a administração da biblioteca.

A biblioteca universitária pública desse início de milênio deve velar pelo seu cunho humanista e universal, direcionando suas ações não para o usuário sem identidade e caracterizado pela impessoalidade, mas para a pessoa, o humano. O acesso irrestrito, sem privilégios a grupos ou pessoas específicas, às fontes científicas é a grande missão atribuída à biblioteca acadêmica por Magán Wals (2001, p.12-14).

A promoção do acesso ao conhecimento pode ter valor agregado, segundo o autor, a partir da realização de algumas tendências da biblioteca universitária. No que tange aos serviços oferecidos, a prestação de serviço *online*, a biblioteca não se limita a dispor os serviços que lhe são possíveis, mas deve agregar novos valores ao que ela possui, através de consórcios e parcerias com outras instituições, que são mudanças possíveis (MAGÁN WALSH, 2001, p.15-16).

Envolvendo diretamente o usuário, a disseminação seletiva da informação e o assessoramento aos usuários tenderiam a aumentar, haveria postura distinta frente a licenças de uso da informação e direitos de reprodução de originais com respeito à responsabilidade intelectual e artísticas dos autores, e a função de distribuir informação passa a ser mais valorizada que a de reunir coleções (MAGÁN WALSH, 2001, p.15-16).

Com este perfil profissional, a biblioteca e o bibliotecário passariam a atuar como editora da universidade, não em sentido comercial mas sim científico. Haveria incorporação de profissionais de outras áreas do conhecimento na biblioteca e os bibliotecários seriam especializados não só nos diversos vieses da Biblioteconomia, mas em ramos da Administração, Metodologia da Pesquisa Científica, História, entre outras áreas (MAGÁN WALSH, 2001, p.17-18).

Pensando nas bibliotecas como coprodutoras de conhecimento, para Magán Wals (2004) a chamada sociedade do conhecimento e suas exigências conduzem as bibliotecas a uma crise frente ao seu papel social e às possibilidades de serviços ofertados e controle e difusão informacional. A biblioteca neste início de século XXI, reforça Magán Wals (2004), deve se preocupar com a disponibilização da informação esteja ela qual suporte for. Não se trata mais de oferecimento físico, e sim disponibilização intelectual. O foco não reside no suporte, mas em seu conteúdo. Se os usuários não estão frequentando as bibliotecas, não significa que eles deixaram de existir. Isso significa que a biblioteca não se adaptou aos meios informativos que seus usuários utilizam.

A adaptação da biblioteca hoje está no fluxo informacional: distribuir informação pertinente a quem precisa dela. A função da biblioteca é criar sistemas de informação que

permitam desenvolvimento da cultura, ciência e da técnica para os usuários e não para desenvolvimento de si própria.

3.2.2. Bibliotecas como garantia de difusão de bens públicos (conhecimento)

O conhecimento é um bem público imprescindível ao desenvolvimento e estreitamente ligado ao direito à informação e à cultura. Nesta perspectiva social, espera-se que a biblioteca: assessore e oriente o usuário na seleção dos documentos que lhe interessam; elabore instrumentos de representação do conhecimento voltados à compreensão e realidade dos usuários, garanta o livre acesso aos registros do conhecimento, conforme direitos legais, ouça a comunidade através de estudos de usuários a fim de sincronizar serviços e produtos com o que se precise e que proporcione educação constante a seus profissionais bibliotecários, para que desempenhem com qualidade suas atividades laborais (MAGÁN WALS, 2004).

A biblioteca acadêmica possui funções sociais de alta relevância para os que dela usufruem direta ou indiretamente. As características clássicas da biblioteca universitária são a de um espaço de organização dos registros do conhecimento, um espaço público de estudo e pesquisa, uma unidade administrativa da instituição e atua como coprodutora de conhecimento (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011).

A biblioteca universitária, enquanto equipamento público, pode ser vista como um bem público tanto por aquilo que abriga e disponibiliza quanto por suas finalidades últimas. A palavra “bem”, no sentido de patrimonialização, se refere a algo que possui representatividade e valor para um grupo social numa determinada sociedade e época da história humana. Tal valor pode transpor locais e tempos determinados, passando de uma geração a outra e alcançando comunidades distantes de onde originariamente o bem foi escolhido como tal. Há muitos fatores que promovem essa transposição. O sentido patrimonial tem diversas esferas: econômica, política, cultural, social, entre outras.

Os bens públicos são aqueles que carregam em si a característica de pertencerem a todos (BRASIL, 2002, art.98). A expressão “bens públicos” apresenta facetas variadas conforme abordagem de cada área do conhecimento. Julga-se necessário fazer uma abordagem conceitual sob os viés econômico e jurídico.

A Economia trata os bens que agregam as características de não rivalidade (ou não disputável) e não exclusão como bens públicos. A característica de não disputável significa que o bem pode ser usufruído por mais de uma pessoa, sem prejuízo de propriedade e uso sobre esse bem: o custo implicado no seu consumo por uma pessoa ou por várias é o mesmo.

O caráter não exclusivo se refere ao fato de que as pessoas não podem ser impedidas de consumir o bem e uma possível cobrança por esse uso é inviável (PINDYCK; RUBINFELD, 2010, p.602).

O Estado não necessariamente é provedor do bem público, mas ele tem a função de estimular e cuidar do bem público para que alcance maior parcela da sociedade e que todos possam usufruir de forma igual sobre este bem (VARIAN, 2006, p.720). Praças, iluminação pública, natureza são alguns exemplos de bens não rivais e não excludentes, sendo considerados “recursos de propriedade comum”.

O conhecimento é considerado hoje, no campo da economia, como um fator capaz de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a renda. Segundo os atuais modelos de crescimento endógeno, a produção de novos conhecimentos é função de conhecimentos previamente acumulados, de modo que o conhecimento tanto aumenta a renda como contribui para aumentar o próprio conhecimento e, de novo, a renda. Sua característica de não rivalidade permite sua utilização por diversas unidades produtivas, gerando “[...] rendimentos crescentes à escala e um processo virtuoso do desenvolvimento econômico” (SOUZA; OLIVEIRA, 2006, p.219). Ainda conforme os autores “[...] determinado percentual [de recursos] aplicado na expansão do estoque de conhecimento gera um aumento mais do que proporcional no nível do PIB, pelas interdependências entre os produtores” (SOUZA; OLIVEIRA, 2006, p.220)⁸.

Conhecimento e informação são bens públicos, embora seus registros sejam passíveis de níveis de exclusividade, cabendo, portanto, à biblioteca universitária o importante papel de ser o meio para garantir acesso o mais amplo possível a tais bens.

O Código Civil Brasileiro define como bens públicos aqueles “[...] pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno” (BRASIL, 2002, art.98). Eles compõem a estrutura administrativa do Estado, sendo a este atribuído sua titularidade. Portanto, não há domínio privado sobre o bem público, sendo este usufruível por todos os membros de uma comunidade (JUSTEN FILHO, 2012, p.1035 e 1046). Conforme sua destinação, eles são classificados como bens de uso comum do povo (rios, mares, estradas, ruas e praças), bens especiais (tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias), e ainda os bens dominicais (o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto

⁸ Existem rendimentos crescentes à escala quando os investimentos para ampliar a capacidade de produção da economia geram um aumento no produto mais do que proporcional. No caso do conhecimento, os custos para sua produção geram um aumento de renda mais do que proporcional aos gastos necessários à sua produção por sua difusão pelo sistema produtivo.

de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades). Em relação à disponibilidade, podem ser indisponíveis, como os bens de uso comum são, não podendo ser alienados, negociados ou disponíveis, os especiais e os dominicais assim o são. Por fim, quando classificados conforme titularidade, podem ser federais, estaduais, municipais ou distritais (BRASIL, 2002, art. 99-103; JUSTEN FILHO, 2012, p.1035).

Em outra perspectiva, Marques Neto (2009) estuda o conceito de bens públicos a partir de diversos autores que exploram o seu prisma econômico e jurídico. Dentre suas conclusões, afirma que há de se distinguir o que é “coisa” de “bem”. Segundo ele, apesar da obscuridade que tais noções carregam em si, a coisa pública é “[...] todo objeto, móvel ou imóvel, dotado de materialidade” (2009, p. 49) e o bem é o objeto, com ou sem materialidade, dotado de utilidades suscetíveis de valoração econômica (2009, p. 51). Apropriando-nos dessa concepção, podemos aplicá-la ao contexto da Biblioteconomia e da biblioteca universitária e trabalhar a ideia dos registros do conhecimento como bens.

Quando pensamos nos conteúdos informacionais ordenados e disponibilizados pelas bibliotecas universitárias, podemos considerá-los como não rivais, embora seu suporte físico possa limitar temporariamente o uso por diversos usuários (o mesmo não ocorreria com um *e-book*, ou outros documentos em meio digital). Assim, o uso não reduz a disponibilidade de informações sobre o conhecimento, **pelo contrário, quanto mais pessoas usarem as potencialidades da biblioteca universitária, maior a probabilidade de outros conhecimentos serem gerados**. É um efeito positivo e cumulativo, com implicações não apenas educacionais, mas socioeconômicas.

Sem meios adequados de acesso, os bens públicos informacionais podem se tornar privilégio de poucos. A biblioteca é uma garantidora desta não exclusão. Por concepção, a informação e o conhecimento são bens não-rivais, entretanto, sua indisponibilidade e as dificuldades para seu acesso indicam que são passíveis de graus de exclusividade, por causa do suporte. É possível instituir que os privatizem (como *copyright* e patente) e, mesmo dada a dificuldade para conter a difusão destes conhecimentos (cópias, fotocópias, *scanear*, etc.), constituir meios para punir os que burlam leis de proteção.

Considerando a não rivalidade do conhecimento e da informação e seu papel na economia, a existência das bibliotecas universitárias deve contribuir para o aumento na renda e redução de custos com a formação pessoal, profissional e científica. As bibliotecas contribuem para economizar os recursos financeiros e de tempo dos seus usuários, pois, conforme Magán Wals (2001; 2004):

□ dispõem de espaço físico adequado a concentração e estudo, que nem todos os pesquisadores têm em suas residências ou local de trabalho;

□ concentram grandes coleções físicas e virtuais de diversas áreas do conhecimento num só lugar, possibilitando ao pesquisador acesso a fontes documentais importantes e atualizadas aos seus interesses sem ter que adquiri-las ou assiná-las individualmente;

□ organizam e facilitam o acesso aos conhecimentos registrados que, difundidos, aumentam o bem-estar e a renda daqueles que deles se apropriam e são a base para produção de novos conhecimentos;

□ oferecem serviços de capacitação aos usuários com relação à busca e recuperação de informação que agilizam o processo de aprendizagem e produção acadêmica, pois se o usuário tivesse de obter por si mesmo tais conhecimentos haveria um grande dispêndio de tempo que poderia estar sendo aplicado na própria produção de novos conhecimentos.

Portanto, bibliotecas universitárias são instituições públicas voltadas à educação e cultura, ao estudo e à pesquisa. Lidam e garantem acessibilidade a bens públicos, participando na produção e difusão de conhecimento. Enquanto participantes da produção de conhecimento garantem que informação e conhecimento, bens públicos não rivais e não exclusivos, possam efetivamente ter ampla distribuição e uso. Assim, a ausência de diretrizes públicas que fomentem e norteiem suas ações é minimamente espantoso e sugere pouco entendimento ou negligência do Estado com relação a esse aspecto.

Far-se-á, a seguir, a caracterização da educação superior brasileira a partir de fatos marcantes da segunda metade do século passado até os dias atuais, recorte temporal um pouco além do estabelecido para este trabalho, mas necessário à sua contextualização. Toma-se como marco o processo de democratização brasileiro por se considerar ser o mais impactante e que propôs mudanças significativas que repercutem até hoje, seja de forma histórica, social ou jurídica.

Fatos marcantes a partir da segunda metade do século XX

A educação superior brasileira é sustentada por setores públicos e privados. A educação pública é financiada pelo Estado, no seu âmbito federal ou estadual. A privada pertence a entidades de direito privado, sendo divididas em particulares, filantrópicas, confessionais e comunitárias (MOROSINI et al, 2012).

A gestão da educação brasileira está ao encargo do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O decreto 19.402 de 14 de novembro de 1930 criou o Ministério dos Negócios da

Educação e da Saúde Pública. Em 1990 passa a se chamar Ministério da Educação e do Desporto e a partir de 1995 passa a gerir somente área de educação (BRASIL, 2012).

Em 1961 foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sob o número 4.024 em 20 de dezembro. Reforçada pela Lei n.5.540 de 1968, o documento unificado regia a educação nos níveis fundamental, médio e superior, sua organização e estrutura, os currículos e programas, os processos seletivos, a administração orçamentária, as atribuições dos municípios, Estados e União, dos docentes, discentes e demais envolvidos. O ensino superior foi mencionado no capítulo IV, artigos 43 a 57. Pela primeira vez o país teve um documento único que norteava todos os setores da educação nos seus mais distintos aspectos.

Contudo, apesar da LDB de 1968 ser considerada como uma grande reforma universitária, faltou-lhe partir de dentro das instituições e a partir dos seus envolvidos e não imposta por atos legislativos (MENDONÇA, 2000, p.149). O texto da LDB foi revogado e revisto pela versão de 1996, em vigor até hoje.

Os pilares da educação superior universitária brasileira são o ensino, a pesquisa e a extensão. O ensino forma e capacita os indivíduos ao mercado de trabalho nas diversas áreas do conhecimento. A pesquisa retroalimenta o ensino aprofundando os conteúdos do nível da graduação e estimulando a produção de novos conhecimentos através dos estudos pautados no método científico. A extensão é o diálogo com a sociedade: através de projetos sociais há maior interação entre o mundo acadêmico a comunidade onde a universidade está inserida.

A Constituição Federal de 1988 dedica 10 artigos do capítulo X, seção I, para reafirmar as propostas destinadas à educação superior. Dentre esses, o último artigo prevê a constituição de um Plano Nacional da Educação (PNE)⁹.

É na década de 1990 que a educação superior brasileira se expande de forma quantitativa, seguindo parâmetros internacionais de ampliação do acesso e permanência dos alunos nos cursos. Nos anos 1993 e 1994, o Ministério da Educação e Cultura elaborou o Plano Decenal de Educação para Todos, fixando diretrizes nacionais, estaduais e municipais. De 1997 a 2000 tramitou na Câmara dos Deputados, Congresso Nacional e Senado Federal o projeto do PNE até ser sancionado em 09 de janeiro de 2001 através da Lei n. 10.172.

O PNE foi aprovado num contexto internacional de grandes manifestos pela educação, tais como a Declaração de Salamanca em 1994, Declaração de Hamburgo em 1997,

⁹ No “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” regido por educadores ilustres em 1932, as Constituições de 1934, 1946 e 1967 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 já constavam um ensaio desta política (CURY, 2009).

Declaração de Paris em 1998, a Conferência de Dacar promovida pela UNESCO em 2000, a Declaração de Cochabamba, no mesmo ano, feita por ministros da educação da América Latina e Caribe (BRASIL, 2001, p.16).

Segundo Ristoff (2008, p.41-42), o período pós LDB (1996-2004) marcou a educação superior brasileira com os principais fenômenos:

- a) Crescimento do número de instituições de ensino, de caráter público ou privado;
- b) Nesse crescimento, grande parte desse percentual são faculdades e institutos privados;
- c) Diversificação da educação brasileira, que tem relação com os dois fenômenos acima mencionados, pois durante essa expansão houve criação de faculdades e institutos dedicados somente ao ensino de graduação. O conceito universidade, conforme visto antes abarca as instituições responsáveis não só por este, mas também pela pesquisa e extensão.
- d) Sistema federal de ensino que centraliza e regula a educação superior brasileira, apesar do expressivo aumento da iniciativa privada.
- e) Desequilíbrio regional se dá porque a Região Sudeste ainda concentra o maior percentual de universidades e faculdades do país.
- f) Confundindo-se com o próprio processo de privatização, o acesso à educação superior foi ampliado através de políticas de inclusão de classes e grupos menos presentes nesse nível de ensino.

O Plano Nacional de Educação objetiva promover o aumento da escolaridade da população brasileira, a redução das desigualdades sociais, a melhoria na qualidade do ensino e a democratização da gestão no ensino público. Sua estrutura é apresentada por temas: diagnósticos, diretrizes político-pedagógicas, objetivos e metas. O enfoque no ensino superior encontra-se na segunda seção, item B do PNE. Apresentando um levantamento sobre a situação da educação superior brasileira de 1980 a 1988, apontava como principais questões a crescente demanda por vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o aumento de organizações particulares de ensino (para suprir os excedentes do ensino público), a baixa acessibilidade dos jovens em idade universitária ao ensino superior e o declínio dos investimentos financeiros para as IFES (BRASIL, 2001, p.60-65).

Para reverter esse quadro, o Plano propôs o desenvolvimento de um “forte sistema de educação superior”, considerando a produção de conhecimento a chave contemporânea para o

desenvolvimento e dinamismo social (BRASIL, 2001, p.65). Dentre as metas e objetivos¹⁰ estavam o aumento do número de vagas nas IFES, o incentivo a educação a distância, a institucionalização de um sistema de avaliação do ensino, a melhoria da infraestrutura de bibliotecas, laboratórios e equipamentos, o estímulo ao crescimento da pós-graduação e da pesquisa científica e a promoção do acesso à educação superior de minorias vítimas da desigualdade social (BRASIL, 2001, p.67-70). A lei que rege o PNE estipulou que sua avaliação ocorreria em 2004¹¹ e a sua validade seria de 10 anos (BRASIL, 2001).

Publicado em 2008 pelo MEC, em parceria com o INEP, “O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas” (PDE), de iniciativa do governo Lula, tem como principal enfoque reduzir as desigualdades de oportunidades educacionais, constituindo critérios padronizados de avaliação (como o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) com vistas a cumprir propostas sociais previstas no texto constitucional (inclusão social, minimização das desigualdades e desenvolvimento das cinco regiões geográficas brasileiras).

Para a educação superior reservava as metas: expansão do número de vagas, garantia da qualidade nesta ampliação, inclusão social e igualdade na distribuição territorial (BRASIL, 2008, p. 15). Destacam-se duas iniciativas expressas no PDE¹²: na esfera pública o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e na esfera privada o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), ambos com foco na graduação (BRASIL, 2008, p. 15 e 16).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído em 14 de abril de 2004, por meio da lei 10.861, avalia as instituições de ensino e o desempenho dos alunos de graduação, este, através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). A avaliação da pós-graduação é de responsabilidade da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES¹³ (BRASIL, 2004).

Em 2010, o MEC realizou a Conferência Nacional de Educação (CONAE), cujo produto final foi um documento que reflete sobre a necessidade de articulação entre os

¹⁰ Ao todo foram 35 metas, sendo 4 vetadas (BRASIL, 2001b, p.67-70).

¹¹ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) publicou em 2004 o documento avaliativo denominado “Os desafios do Plano Nacional de Educação”. O texto faz um diagnóstico dos 3 níveis da educação nas 5 regiões geográficas brasileiras.

¹² O PNE é uma política publicado Estado com duração de 10 anos, enquanto o PDE aqui descrito é uma política do governo Lula que adicionou estratégias não previstas no PNE, mas que devem ou deveriam ir ao encontro do atingimento das metas nele previstas no PNE (cf. VOSS, 2011).

¹³ Criada pelo decreto n. 29.741 de 11 de julho de 1951 com o nome de “Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”. Anísio Spínola Teixeira foi seu primeiro dirigente de 1952-1964 (FUNDAÇÃO,[2014]).

distintos níveis de ensino brasileiro, na esfera pública e na privada, e destes com a sociedade brasileira em geral, além de ter proposto repensar o PNE para o atual decênio (2011 - 2020).

Estudando as políticas educacionais e suas tendências, Pretto (2006) observa que as diretrizes públicas têm dentre os desafios atuais a inclusão sociodigital e a qualidade da formação de futuros pesquisadores e da própria ciência. Esta preocupação com a pesquisa científica e com os que nela atuam evidencia para a biblioteca universitária que as suas ações devem contemplar esse panorama, pois a pesquisa científica é realizada em grande parte pelas academias federais, conforme visto antes. É essa reflexão que se pretende trazer com a temática dessa pesquisa.

Refletindo sobre esse conjunto de políticas e ações do estado relativas ao ensino em todos os níveis e à pesquisa científica, percebemos que a biblioteca não está incluída nesses projetos.

A seguir, delinea-se um breve histórico das políticas públicas existentes para as bibliotecas universitárias no Brasil e verifica-se em que medida a biblioteca universitária foi contemplada em suas reais necessidades.

4 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Apresenta-se nessa seção um levantamento histórico acerca das políticas públicas para bibliotecas universitárias. Em seguida uma sucinta análise sobre alguns desdobramentos das propostas do Plano Nacional de Biblioteca Universitária (PNBu).

4.1 PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (PNBU)

Apesar das ações do Estado em vista do desenvolvimento e democratização da educação e da pesquisa, somente em 1986 data a primeira política pública especificamente para as bibliotecas universitárias, o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), que lançou o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBu), publicado pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC.

Os ideais que deram origem ao PNBu não surgiram no âmbito do governo federal, mas na própria comunidade de bibliotecários universitários, através de um dos eventos mais importantes da área. Nas discussões da classe bibliotecária nasceram as propostas constantes no plano. Salienta Chastinet (1990, p. 38-43), que nas décadas de 1950 a 1970 as políticas de incentivo à pós-graduação e à ciência e tecnologia (C&T) construíram também um contexto de fortalecimento das IFES e, por consequência, das suas bibliotecas. Destacam-se a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1951, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD, em 1975 passa a ser IBICT), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) em 1965, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em 1969, do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) em 1972 e, a partir deste, do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT e os Planos Nacionais de Pós-graduação (1975 a 1989).

A estruturação organizacional e de prestação de serviços centralizados (criação de um sistema de biblioteca, do catálogo coletivo de livros e periódicos, sistema de aquisição e processamento técnico, serviço de comutação bibliográfica) das bibliotecas universitárias, que se identificam ainda hoje, remontam às décadas de 1940 a 1980. A Universidade de São Paulo desenvolveu esse sistema em 1947, a Universidade de Recife em 1953 e a Biblioteca da Universidade Federal da Bahia em 1960 (SANTOS, 2012).

O Conselho Federal de Educação exige, a partir de 1963, a biblioteca como um dos requisitos para reconhecimento de cursos superiores. No ano de 1968, a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68) traz a ideia de centralização das bibliotecas nas universidades, com intuito de dirimir a duplicidade de esforços e racionalizar recursos materiais e humanos. Para o Nordeste brasileiro, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) publicou em 1968 o documento “Reforma Universitária e as Bibliotecas Universitárias do Nordeste” que enfatizou, além da centralização, não ser viável que a universidade exista sem bibliotecas e que estas operem devidamente sem o bibliotecário (BRASIL, 1968, p.3).

A partir dos anos 1970, a biblioteca entra na agenda de discussões da educação superior. No Primeiro Encontro Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias, realizado em 1972, foi criada a Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias (CNBU) para debater os problemas acerca de seu desenvolvimento, sua infraestrutura, prestação de serviços, racionalização de recursos humanos e materiais, além de capacitação dos profissionais que nelas atuam. (GRUPO DE IMPLANTAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE BIBLIOTECAS CENTRAIS UNIVERSITÁRIAS, 1973 apud FERREIRA 1980, p.32).

Com vistas a apoiar as bibliotecas universitárias, públicas e privadas, em 1974 é fundada a Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU). No âmbito do Ministério de Educação e Cultura (MEC), em 1975 foi criado o Núcleo de Assistência Técnica (NAT-08) com intuito de oferecer estágios a bibliotecários e prestar consultoria às Instituições de Ensino Superior (IES). A Comissão de Bibliotecas Universitárias (CBU), atual Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU), sob os auspícios da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), origina-se em 1978. Neste mesmo ano, cria-se a Assessoria de Planejamento Bibliotecário, órgão pertencente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujos objetivos foram dar assistência e consultoria às bibliotecas no que tange à promoção de programas, cursos, encontros e subsistemas, visando uma atuação racional, interdependente e interdisciplinar das bibliotecas universitárias, em colaboração com outros organismos especializados (CARVALHO, 2004, p.87).

Em 1978, ainda, ocorre o Primeiro Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), encontro que passa a se realizar a cada dois anos, tornando-se um importante espaço de discussão e debates sobre o *status quo* da área, sob a ótica dos bibliotecários, e questões relacionadas ao universo das bibliotecas universitárias.

A partir de 1980, conforme Santos (2012), as bibliotecas universitárias acompanham a dinâmica do seu macro ambiente e reformulam-se frente às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, buscando operar com a disponibilização e socialização do conhecimento.

Nas últimas 17 edições, as temáticas dos SNBU são reflexos do contexto educacional do ensino superior público brasileiro que vinha sofrendo transformações. Os temas dos eventos variaram bastante ao longo dos anos:

Quadro 01 – Histórico do SNBU

N.	TEMA	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	LOCAL, ANO
I	A biblioteca como suporte do ensino e da pesquisa no desenvolvimento nacional.	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Niterói, 1978
II	Avaliação do desempenho da biblioteca universitária no Brasil	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	Brasília, 1981
III	Mecanismo de administração de bibliotecas universitárias	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Natal, 1983
IV	Bibliotecas universitárias: usuários e serviços	Universidade de Campinas (UNICAMP)	Campinas, 1985
V	Plano nacional de bibliotecas universitárias	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Porto Alegre, 1987
VI	Automação de bibliotecas e serviços aos usuários	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Belém, 1989
VII	Padrões nacionais para planejamento e avaliação em bibliotecas universitárias	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro, 1991
VIII	Integração e compartilhamento	Universidade de Campinas (UNICAMP)	Campinas, 1994
IX	A biblioteca universitária e a sociedade da informação	Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)	Curitiba, 1996
X	Gestão de bibliotecas universitárias: estratégias para um novo tempo	Universidade Federal do Ceará (UFC), Biblioteca Universitária; Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Biblioteca e Associação dos Bibliotecários do Ceará (ABC)	Fortaleza, 1998
XI	A biblioteca universitária do século XXI	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Biblioteca Universitária, Departamento De Ciência Da Informação da UFSC, colaboração da Associação Catarinense Das Fundações Educacionais (ACAFE)	Florianópolis, 2000
XII	Bibliotecas universitárias: espaços de (r)evolução do conhecimento e da informação	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Recife, 2002
XIII	Bibliotecas universitárias: (re)dimensão da bibliotecas universitárias: da gestão estratégica à inclusão social	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Natal, 2004
XIV	Acesso livre à informação científica e bibliotecas universitárias	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Salvador, 2006
XV	Empreendedorismo e inovação: desafios	CRUESP Bibliotecas	São Paulo, 2008

	da biblioteca universitária	(UNICAMP, UNESP, USP)	
XVI	Onde estamos, aonde vamos	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro, 2010
XVII	A biblioteca universitária como laboratório na sociedade da informação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Gramado, 2012

Fonte: Baseado em SEMINÁRIO... ([2008?]).

Outro encontro de profissionais bibliotecários, mais antigo que o SNBU, o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), iniciado em 1954, também teve em suas temáticas da década de 1980, entre o 11º e 15º encontro, a preocupação com a democratização da biblioteca e atuação política de seus profissionais (HISTÓRIA ..., [2013]). O primeiro ocorreu em 1978 na cidade de Niterói/RJ e foi promovido pela Universidade Federal Fluminense. No quarto encontro do SNBU, na cidade de Campinas/SP em 1985, o IBICT, representando a comunidade científica biblioteconômica e baseada nas reflexões feitas pelos profissionais nos SNBUs anteriores, apresentou um documento com propostas e diretrizes para a otimização do desenvolvimento das bibliotecas universitárias (OHIRA; OHIRA, 2008, p.138).

Chastinet (1990, p. 45) comenta que o texto passou por reformulações, com contribuições de profissionais de destaque da área, agências de financiamento de Ciência e Tecnologia, bibliotecas centrais¹⁴ das diversas regiões do país e órgãos correlatos, como a Biblioteca Nacional, o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e o próprio MEC. A versão final foi entregue a SESu/MEC e oficializou-se por meio da Portaria n.287 de 24 de abril de 1986. (BRASIL, 1986a). Na mesma data, a Portaria nº288 aprovava a criação do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias que visava a coordenação, mediação e integração nos assuntos referentes às bibliotecas universitárias entre as IFES e a SESu/MEC (BRASIL, 1986b).

O PNBu é considerado, por alguns autores, como integrante das políticas de informação científica e tecnológica ocorridas na década de 1980 (SILVA, 2009a; SILVA, 2009b). Foi estruturado em seis grandes áreas, com doze diretrizes e suas respectivas quarenta e seis ações, conforme a tabela abaixo:

¹⁴ 80 IFES receberam o documento para fazer sugestões e alterações no texto.

Quadro 02 – PNBu: eixos e diretrizes

EIXO TEMÁTICO	DIRETRIZES
1. Planejamento: organizacional, financeiro, de recursos humanos e físicos	Estabelecer um sistema de bibliotecas em cada universidade; Definir padrões de desempenho (metas) para as bibliotecas; Prover recursos financeiros suficientes à sua prestação de serviços; Formar e qualificar adequadamente os recursos humanos; Dotar a biblioteca de estrutura física adequada à sua coleção, público e funcionários;
2. Formação e desenvolvimento de coleções	Formular políticas de constituição, desenvolvimento e conservação de coleções; Estimular programas de aquisição cooperativa e planejada;
3. Processamento técnico dos documentos	Tratar os documentos de forma padronizada, racionalizando os procedimentos e favorecendo intercâmbio entre arquivos;
4. Automação de bibliotecas	Estimular a automação dos procedimentos técnicos e administrativos da biblioteca;
5. Usuários e serviços	Assegurar métodos e técnicas que identifiquem as necessidades de informação dos usuários e das IFES; Assegurar o planejamento e oferecimento dos serviços de informação de acordo com a diversidade acadêmica;
6. Atividades cooperativas	Estimular a participação de bibliotecas universitárias em atividades cooperativas.

Fonte: Adaptado de Brasil (1986a).

Ligado ao PROBIB, em 1988 foi criado o “Programa de Pesquisa, Estudos Técnicos e Desenvolvimento de Recursos Humanos para Bibliotecas Universitária” (PET) pela SESu/MEC, através da Portaria nº 342, de 29 de julho que tinha a proposta de estabelecer modelos organizacionais e critérios para definição de níveis de centralização e descentralização das funções biblioteconômicas. O programa não foi à frente pela dificuldade para obtenção de dados quantitativos e qualitativos (ANÁLISE..., 1990).

Em 1990, o PNBu foi substituído pelo Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (PROBIB), através do Decreto 98.964 de 16 de fevereiro. A secretária executiva do PROBIB, Yone Chastinet, durante os anos seguintes à criação do

Programa, trabalhou como consultora junto às bibliotecas universitárias, com intuito de contribuir na implantação das diretrizes e ações propostas no PNBU.

O texto do PNBU apresenta-se de forma concisa e genérica, sem grandes especificações e ações diretas. Os objetivos eram a atualização e expansão do acervo, padronização das técnicas de organização do conhecimento para facilitar o trabalho cooperativo entre as instituições, a importância da cooperação entre as bibliotecas universitárias e de pesquisa, melhoria na prestação de serviços aos usuários e educação/capacitação destes e dos que atuam nas bibliotecas.

Em 1995, o PNBU foi desativado junto a SESU/MEC (CARVALHO, 2004, p. 89).

4.2 BREVES REFLEXÕES SOBRE OS DESDOBRAMENTOS DO PNBU

Comparando as diretrizes previstas no texto da PNBU com a realidade das bibliotecas brasileiras no cenário atual, julgam-se necessárias breves considerações para identificar quais, de fato, foram as ações públicas de implantação das propostas.

No primeiro eixo temático, que diz respeito ao planejamento geral, a primeira diretriz de formação de um sistema de bibliotecas em cada universidade, de fato, foi alcançada. Porém, a proposta de se ter um órgão do MEC para formular políticas e programas para as bibliotecas das IFES não teve sucesso¹⁵, apesar de ter sido discutido no VII SNBU (OHIRA; OHIRA, 2008, p. 139). Quanto à definição de metas a serem alcançadas, hoje os programas de avaliação internos de universidades incluem as bibliotecas.

O aprimoramento e formação dos recursos humanos foram contemplados com Programa de Pesquisa, Estudos Técnicos e Desenvolvimento de Recursos Humanos para Bibliotecas Universitária que realizou cursos de capacitação e especialização itinerantes para bibliotecários das IFES participantes do PNBU. Conforme Cunha, Silva e Menezes (2000, p.5), na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Minas Gerais ofereceram-se tais cursos. O Programa de Pesquisa, Estudos Técnicos e Desenvolvimento de Recursos Humanos para Bibliotecas Universitárias foi bem sucedido, mas vigorou somente até 1991 e não se constituiu nova política (OHIRA; OHIRA, 2008). Hoje, a continuação da formação profissional cabe ao bibliotecário que recebe

¹⁵ Entre os anos de 1986-1991, funcionou o Programa Nacional de Bibliotecas (PROBIB) que por falta de investimentos não teve futuro.

incentivo indireto por promoções salariais, previstas em lei, e progressão por capacitação¹⁶. Contudo, tais promoções, embora incentivem pelo aspecto financeiro, não estando articuladas a uma política para estas bibliotecas podem ser pouco efetivas no que se refere à atualização e instrumentalização próprios ao avanço adequado dos serviços biblioteconômicos junto ao seu escopo.

A formação e o desenvolvimento de coleções é um tema primordial e quase não explorado pelos bibliotecários brasileiros, afirma Almeida (2005, p. 2). O Programa de Pesquisa, Estudos Técnicos e Desenvolvimento de Recursos Humanos para Bibliotecas Universitárias - PET atuou nesse campo, mas por pouco tempo. Por se tratar de uma atividade de planejamento e trabalhosa, muitos profissionais não se interessam por ela e acabam deixando que os acervos das bibliotecas cresçam sem outros parâmetros que não as doações recebidas e as compras solicitadas (ANÁLISE..., 1990; OHIRA; OHIRA, 2008). Além disso, há outros pontos administrativos e políticos que podem contribuir para esta situação como a preocupação em atender diretrizes de foco quantitativo do MEC no âmbito da graduação e quantitativo de recursos humanos insuficientes.

Na literatura da área, pouco se produziu sobre o tema¹⁷. Uma política de desenvolvimento de coleções, conforme Maciel e Mendonça (2006, p.16-17), serve para dar diretrizes na formação e constituição do acervo de biblioteca, respeitando os interesses de seu escopo e o tipo da biblioteca. Para as bibliotecas das IFES, o foco dessa política deve ser as atividades de avaliação e desbastamento para sempre atender às necessidades de informação dos usuários, obtida através de mapeamento dos mesmos e do uso que fazem do conhecimento que adquirem. Os materiais precisam ter sua atualidade e a pertinência constantemente verificada, afirma Weitzel (2006a). Houve pouca efetividade do PNBU neste aspecto e um dos possíveis efeitos decorrentes do problema são gastos desordenados com aquisição de acervo para as bibliotecas. Não se trata apenas de ter recursos financeiros para aquisição de materiais, mas de critérios e diretrizes que visem uma boa formação de coleções, que não pode abdicar da formação complementar e continuada de bibliotecários universitários.

O terceiro ponto, diz respeito à descrição técnica dos documentos, que conquistou avanço tecnológico com os incentivos à automação das bibliotecas, quarto eixo temático. Tema do VI SNBU de 1989 (OHIRA; OHIRA, 2008, p.138), os sistemas de automação de

¹⁶ Atualmente assegurados na lei 11.784/08. Para os servidores federais técnicos em educação, a progressão por capacitação é uma das modalidades de aumento de classe num mesmo nível. (BRASIL, 2008).

¹⁷ Algumas obras importantes: FIGUEIREDO, 1998; VERGUEIRO, 1989; WEITZEL, 2006a.

bibliotecas seguiram as regras da descrição dos materiais presente no Código de Catalogação Anglo-Americano, sendo incorporado a estes novos parâmetros de catalogação digital e intercâmbio de informações, o formato MARC21 e protocolo Z39.50¹⁸. Hoje os principais *software*¹⁹ destinados às bibliotecas universitárias seguem estes padrões, o que agiliza a inserção de dados nos sistemas e proporciona cooperação. Novos padrões para representação documental estão surgindo e futuramente os *software* terão de se adaptar à nova norma de catalogação substituta do AACR2r: o *Resource Description and Access* (RDA). Baseada nos FBRB e construída para ser aplicada em ambiente virtual, é voltada à descrição temática dos itens, com foco no uso e no usuário, além de procurar atender a diferentes unidades de informação (arquivos, centros de documentação) e museus, o RDA promete transformar o trabalho dos bibliotecários (OLIVER, 2011, p.1-7).

A identificação das necessidades dos usuários e o planejamento dos serviços conforme o contexto acadêmico foram questões muito verticalizadas e estudadas pelos profissionais da informação, entretanto, não se tem um número significativo de realização de estudos de usuários e de mudanças no planejamento dos serviços a partir das respostas obtidas nesses estudos. A Biblioteconomia passou por grandes transformações com o advento das tecnologias informacionais que fizeram alterar o seu foco de trabalho: dos acervos para os usuários, dos documentos para a informação. E estas em formato digital ou virtual, como afirmam Drabenstott e Burman (1997).

As atividades cooperativas tiveram grande sucesso na década de 1990. A catalogação cooperativa teve destaque com a rede Bibliodata da Fundação Getúlio Vargas, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, o Catálogo Coletivo Nacional (CCN), o Serviço de Comutação Bibliográfica (COMUT), o Programa de Aquisição Planificada de Periódicos (PAAP), hoje Portal de Periódicos da Capes, todos esses produtos e serviços coordenados pelo IBICT.

Consta na literatura, ainda que brevemente, a importância da atualização das propostas do PNBu e necessidade de continuação de um projeto similar (SILVA, 2009a.; SILVA, 2009b; BUSQUET, 2012). Os itens mencionados no PNBu são bem específicos e se referem a pontos internos da biblioteca, suas funções, objetivos e missão. As questões trabalhadas no texto versam sobre o acervo, recursos humanos, recursos tecnológicos e infraestrutura física,

¹⁸ “Z39.50 é um protocolo de comunicação entre computadores desenhado para permitir pesquisa e recuperação de informação – documentos com textos completos, dados bibliográficos, imagens, multimeios – em redes de computadores distribuídos.” (ROSETTO, 1997).

¹⁹ Com base em Ramos (1999), os mais usados no mercado são o Ortodocs, VTLS, Thesaurus, Aleph, Informa Biblioteca Eletrônica, Caribe, Biblio, Arches Lib e Sysbibli.

atividades cooperativas. Mas a contextualização da biblioteca na instituição de ensino onde ela está, e suas necessidades, não foram alvos diretos de suas diretrizes.

O tema do SNBU de 2012, realizado na mesma instituição do berço de discussões para a formulação do PNBU na década de 1980, foi "A biblioteca universitária como laboratório da sociedade da informação". Sem adentrar no mérito da expressão "sociedade da informação", que se mostra muito dúbia, a temática escolhida foi muito perspicaz e reforça a importância das bibliotecas universitárias enquanto promotoras do conhecimento no mundo científico e na sociedade em geral.

Como uma biblioteca pode ser laboratório dentro da sociedade, se muitas vezes ela não consegue ser dentro da universidade? É preciso que antes ela seja nesta. A nosso entender, a falta de diretrizes públicas para as bibliotecas universitárias configura um problema público, pois implica diretamente no desenvolvimento destas enquanto promotoras sociais, conforme nos conduz a reflexão temática do último SNBU.

5 ESTADO DA ARTE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

As bibliotecas universitárias veem sendo alvo das reflexões de acadêmicos e profissionais no que tange ao seu papel e funções na universidade, especialmente após o início dos SNBUs em fins dos anos de 1970. A fim de problematizar o contexto em que a biblioteca se insere atualmente, é importante verificar o que está sendo discutido acerca da mesma nos âmbitos profissionais e científicos.

As dificuldades ou limitações destas bibliotecas no adequado atendimento às necessidades da pesquisa e da pós-graduação podem configurar um problema caracterizado como problema público se impedem ou inviabilizam que estas unidades operem como coprodutoras de conhecimento. A carência de adequado alicerce biblioteconômico e informacional à pesquisa implica em ritmos de crescimento e desenvolvimento aquém dos possíveis com os recursos já existentes. Considerando que investimentos na produção de conhecimento, incluindo os meios de disponibilização dos estoques de conhecimentos acumulados, geram aumentos mais do que proporcionais na renda do país. Já os obstáculos ou inviabilizações no acesso à informação constituem um fator de limitação nas taxas de crescimento e desenvolvimento da nação.

Fez-se uma sucinta varredura entre as principais ideias que circundam a biblioteca universitária no último decênio com a finalidade de colher impressões e percepções que sirvam à problematização proposta.

5.1 PERSPECTIVA DOS PESQUISADORES DA LITERATURA

Araújo (2003) apresenta uma perspectiva geral sobre as políticas públicas de informação e o papel dos agentes públicos na sua divulgação. As instituições públicas devem prover à sociedade a informação que elas próprias produzem e que foi concebida para ser divulgada aos que a ela se interessem. Esse bem público, mesmo com a possibilidade do uso da tecnologia, nem sempre é compartilhado da forma como se espera por diversos fatores.

Carvalho (2006) aborda a relação entre pesquisa científica, disseminação da informação e políticas públicas. Enfoca que o papel das políticas públicas atuais devam contemplar interesses nacionais e tendências internacionais, a capacidade de produção do conhecimento em favor do mercado. Além do viés materialista e econômico como finalidade das políticas públicas, defende ideias pouco plausíveis e verificáveis na realidade acerca da sociedade da informação.

A autora acredita que a implantação de políticas públicas para estímulo da produção do conhecimento exija infraestrutura e ambiente de pesquisa, organizados principalmente nas universidades e centros de pesquisa. Apresenta uma cronologia das políticas públicas de ciência e tecnologia a partir de 1950, recorrendo a instituições e documentos jurídicos. Nessa estruturação estão contemplados os organismos de fomento à pesquisa que, através do financiamento, permitem às instituições e seus pesquisadores desenvolver seus projetos e gerar novos conhecimentos que, espera-se, sejam de excelência.

Carvalho (2006) argumenta que as políticas de informação devem ser flexíveis para se constituir redes entre os diversos setores sociais, incluindo as esferas de cultura, educação, comunicação, não se esquecendo da economia. As políticas de ciência e tecnologia brasileiras priorizam os centros produtores de conhecimento localizados no Sul e Sudeste. Considera que se deve ter em conta o *locus* da pesquisa, o qual envolve muitos elementos, dentre eles os recursos humanos, espaço físico, laboratórios, eventos técnico-científicos, publicações impressas e eletrônicas, bibliotecas físicas, digitais e virtuais constituídas adequadamente.

Abordando o relacionamento biblioteca-universidade, Schwartz (2007) acredita que ele deve ser coerente e produtivo. Discute a ideia do desenvolvimento de coleções para a pesquisa pela biblioteca, em consonância aos objetivos estratégicos da universidade e aos de desenvolvimento institucional global. A biblioteca precisa ter um papel decisivo no ambiente acadêmico, mas ela não participa dos processos de decisão institucionais.

A especialização das diversas áreas do conhecimento traz desafios aos pesquisadores para mapear os registros documentais que necessitam para seus estudos e melhor compreensão do sistema de comunicação científica. Conforme Schwartz (2007) é interessante pensar nesse relacionamento entre a biblioteca e sua instituição mantenedora, pois muitos problemas que atrapalham o correto funcionamento da biblioteca são oriundos da falta de diálogo entre as partes.

Gaspar e Wetzel (2009) em pesquisa realizada na *George Washington University* evidenciam a importância do trabalho cooperativo entre docentes, alunos e bibliotecários para a potencialização da aprendizagem acadêmica. No intervalo de um semestre letivo esses três agentes sociais se reuniram para debater sobre as pesquisas acadêmicas em curso com vistas a definir a contribuição da biblioteca enquanto possuidora e divulgadora de fontes de informação científica. Ressaltam as autoras que o reflexo da preocupação com a adequação das fontes documentais está na qualidade dos textos acadêmicos produzidos na universidade pesquisada, ressaltam as autoras, além do incentivo aos alunos para atuarem em trabalhos de equipe.

Tarango e Hernández-Orozco (2009) afirmam que a biblioteca universitária deve se reinventar enquanto partícipe do contexto ensino-aprendizagem sob duas condições: a) enquanto unidade administrativa tão relevante e importante quanto às demais unidades acadêmicas e b) com independência suficiente para contribuir na educação superior fornecendo serviços informacionais adequados. Para verificar esse agir independente, os autores propõem uma abordagem cujos itens contemplam: avaliação da biblioteca, avaliação do progresso bibliotecário, avaliação do desenvolvimento da biblioteca.

O primeiro se refere aos parâmetros de qualidade e produtividade expressos em documentos institucionais da biblioteca. Nesses devem estar abordados aspectos históricos: origem, circunstâncias em que foi concebida, as ações que promoveram o desenvolvimento de políticas, histórico de mudança de tecnologias empregadas na formação da cultura de busca e recuperação de informação pelos usuários, as condições institucionais e políticas que influenciaram seu desenvolvimento, a situação atual e tendências futuras favoráveis ou não e criação de posição institucional, que tenha por missão/vocação a promoção do conhecimento (TARANGO; HERNÁNDEZ-OROZCO, 2009).

O segundo item se refere aos recursos humanos da biblioteca e sua produtividade e eficácia: registro quantitativo e mensuração dos tipos de atividades realizadas e o tempo gasto na execução das mesmas.

O terceiro passo, segundo Tarango e Hernández-Orozco (2009), abrange a auto avaliação e avaliação contextual. Tem-se uma primeira perspectiva micro-social (avaliação interna a partir da realização das duas etapas anteriores), a outra macro-social (avaliação com base nos critérios qualitativos estipulados por organizações e métodos que medem a qualidade das instituições (ISO)) e a de gestão do conhecimento (analisam a contribuição na geração do conhecimento acadêmico à luz das perspectivas micro e macro sociais anteriores). Os autores finalizam reforçando a necessidade de autorreflexão e adequação da biblioteca ao contexto universitário.

Conforme Anzolin e Corrêa (2008), a missão da biblioteca universitária se evidencia quando ela atua como mediadora na produção do conhecimento, fornecendo subsídios documentais e informacionais aos seus usuários para reflexão, pesquisa, formação de capital intelectual e geração de novos conhecimentos.

Argumenta González de Gómez (2011) que as bibliotecas universitárias devem, enquanto componentes e participantes da esfera pública, ser espaços comuns do conhecimento, espaços públicos de comunicação da instituição para com a sociedade. As bibliotecas, como organizadoras, produtoras e disseminadoras de informações registradas, têm

a potencialidade de participar ativamente da produção científica acadêmica em todas as suas etapas. A própria estrutura organizacional das universidades brasileiras e de suas bibliotecas facilita o diálogo e atuação destas para com suas instituições, afirma González de Gómez (2011). Os arcabouços do conhecimento produzidos isoladamente em institutos e faculdades podem ser recolhidos, reunidos e difundidos pelo sistema de bibliotecas que geralmente também se apresenta seccionado nos *campi* universitários. As bibliotecas podem valer-se dos seus instrumentos de organização do conhecimento aliados à tecnologia para construir os espaços comuns de conhecimento.

As tecnologias digitais, nômades e interativas podem alterar a atualidade e vigência dos formatos e conteúdos desse conhecimento informacional (ou meta-informacional), mas não a competência crítica e analítica de acompanhar, analisar, reconstruir os novos processos de produção, disseminação e apropriação dos conhecimentos, se exercidas suas competências de maneira crítica e inovadora. A capacidade de construir metalinguagem instrumental e inter-documental (de fins pragmáticos, que não demandam por sua função hierarquias lógicas ou epistemológicas universais), pode ser revertida de muitas maneiras e em muitas direções, ganhando novas formas e aplicações na construção processual e composicional dos espaços comuns do conhecimento (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 239).

Analisando sob perspectiva distinta de Anzolin e Corrêa (2008), Varela et al (2012) recordam que com o uso das atuais tecnologias de comunicação, nem sempre a biblioteca universitária está atualmente como mediadora das fontes de informação científica. O acesso aos conteúdos das pesquisas científicas pode ocorrer diretamente entre autor e produtor, sem passar por mediadores. Esse fato não se caracteriza como negativo, mas é uma das consequências da web 2.0 e da tecnologia impregnada no mundo científico.

A missão da biblioteca universitária, nesse contexto, ganha sentidos mais profundos, no sentido de potencializar a atitude científica nas suas instituições, integrando as funções do tripé universitário, operando no “[...] *habitus* de aprendizagem contínua e de internalização da atitude científica.” (VARELA et al., 2012).

Santana et al (2012) e Dias, Silva e Cervantes (2013), abordam o histórico das políticas de informação em C&T brasileiras de 1950 a 1980, mas sob prismas distintos, os primeiros tratam do Portal de Periódicos da Capes e os segundos do desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. Ambos reforçam a importância de políticas que fomentem a visibilidade e o acesso ao conhecimento científico, uma preocupação quantitativa e qualitativa.

Ambos os autores comentam que a falta de continuidade nas políticas públicas brasileiras atrapalha o desenvolvimento e/ou atualização de projetos importantes à difusão científica e as novas diretrizes em prol da informação em C&T, tão necessárias atualmente, precisam ter caráter holístico e serem integradas com a educação superior, a pós-graduação e a pesquisa.

Explorando a relação educação-biblioteca como imprescindível na história e no engajamento social da biblioteca universitária, Gómez-Hernandez (2013) menciona a importância da permanente capacitação e atualização profissional bibliotecário. A partir da realidade espanhola, o autor narra que dos anos 1980 os cursos de graduação diminuíram consideravelmente e os programas de pós-graduação sofreram processo contrário.

Nesse contexto, as bibliotecas acadêmicas tiveram de se adaptar para o alinhamento e cooperação com as transformações dos objetivos institucionais. Dentre as ações para acompanhamento desta nova realidade, o autor aponta para oferta de cursos para ampliar a competência informacional (de docentes e bibliotecários), investimento em serviços biblioteconômicos *online*, criação de repositórios institucionais e demonstrar interesse em participar do processo de aprendizagem universitário (GÓMEZ-HERNANDEZ, 2013, p. 102-103).

Assim, o olhar do pesquisador remete para a constante preocupação em adequá-la ao seu ambiente para que cumpra suas funções e atenda às demandas informacionais do ensino, pesquisa e extensão, aproveitando as oportunidades tecnológicas e institucionais a fim de prover o acesso ao conhecimento científico. Para isso, se requer a reflexão constante da missão e objetivos da biblioteca à luz do pensamento de que o que ela dispõe e ajuda a construir é um bem público que contribui com o crescimento científico, social e econômico do país.

Os autores examinados indicam que o papel de mediação na produção de conhecimento destas bibliotecas hoje deve ter em vista a participação ativa e consciente do profissional bibliotecário em todas as etapas da produção científica acadêmica, o que depende de um conhecimento claro dos atuais modos e necessidades na comunicação científica. Também indicam que sua viabilização e acompanhamento carecem que as políticas públicas de produção de conhecimento incluam as políticas de informação destas bibliotecas, processos específicos de avaliação (gerais e locais) e capacitação e atualização profissional frente ao ambiente contemporâneo de produção científica acadêmica.

5.2 PERSPECTIVAS DOS BIBLIOTECÁRIOS

Consultaram-se os anais dos Seminários Nacionais de Bibliotecas Universitárias (SNBU), pois eles trazem a voz dos profissionais de informação sobre o ambiente em que atuam.

Baptista, Rueda e Santos (2008) acreditam que o instrumento de avaliação das instituições de educação superior ignore o papel e a contribuição da biblioteca no processo institucional, além de se preocupar excessivamente com o aspecto quantitativo do acervo. Com relação à formação e desenvolvimento de coleções, outros detalhes exógenos (recursos destinados à formação de coleções, a avaliação das coleções por bibliotecários para verificar a consonância com as bibliografias e linhas de pesquisa, a repetição de itens para cursos e disciplinas diferentes) deveriam ser considerados numa avaliação contextualizada.

Nascimento (2008) ressalta que com o crescimento e consolidação da educação a distância no Brasil, a biblioteca universitária, enquanto órgão que oferece apoio educacional, científico e cultural aos que compõem a universidade, precisa se adaptar a esse novo ambiente de ensino. O uso das novas tecnologias no contexto da EAD serve não somente para fornecer suporte aos alunos que dele façam uso, mas também, para integrar comunidade acadêmica, presencial e semipresencial, como é considerada a EAD.

Segundo o documento nº. 5.622 do MEC (BRASIL, 2005a), dentre os itens de infraestrutura para apoio ao ensino estão as bibliotecas dos polos, cuja orientação é que contenham acervo atualizado, amplo, em variadas mídias e que contemple as disciplinas dos cursos ofertados, serviços *online* de atendimento e espaço físico de estudo individual e em grupo.

É papel do bibliotecário, nesse contexto, contribuir na educação dos usuários para o manuseio das ferramentas e instrumentos eletrônicos de busca e recuperação do conhecimento. Mas, para tal, o profissional da informação deve conhecê-los e dominá-los e isso implica na sua constante capacitação e atualização.

No Brasil ainda não se dispõe de documentos institucionais, oriundos de associações de classe ou acadêmicos, que orientem os bibliotecários quanto ao tratamento e operação frente à educação a distância. Nos Estados Unidos, a ALA possui o *Standards for Distance Learning Library Services*, última versão de 2008, que visa nortear as bibliotecas acadêmicas com relação aos procedimentos administrativos e biblioteconômicos na EAD (AMERICAN..., 2008).

Nasser, Dantas e Amaral (2008) afirmam sobre a necessidade de estudos de usuários para averiguar o comportamento informacional dos usuários da biblioteca com vista a se aprimorar e adequar os serviços e produtos da biblioteca às demandas do público. Acreditam que a biblioteca seja um eixo de sustentação do ensino e pesquisa universitários.

A pesquisa realizada com docentes resultou que eles usam mais os serviços *online*, mas desejariam que houvesse mais capacitação sobre uso destes e dos serviços clássicos, além de terem sugerido divulgação ampla sobre o que a biblioteca pode oferecer à comunidade acadêmica (NASSER; DANTAS; AMARAL, 2008).

Silva, Silva e Guerrero (2008) apresentam relato do resultado de pesquisa sobre a competência e o comportamento informacional de mestrandos da área de humanidades de uma universidade paulista em dois momentos distintos: quando ingressaram e posteriormente, quando estavam perto de defender a dissertação.

Como resultados verificaram que os participantes da pesquisa não conheciam as fontes de informação científicas e especializadas em suas áreas de atuação, tinham dificuldades de recuperar informações pertinentes, não desenvolveram maiores habilidades de pesquisa no fim do mestrado e nem tinham o hábito de procurar o bibliotecário quando não obtinham sucesso em suas pesquisas.

Santos (2012) reforça a ideia da biblioteca como um espaço de acesso ao conhecimento no âmbito acadêmico. Ao narrar a história do nascimento das universidades no mundo e no Brasil, cita que foi na década de 1970 e 1980 que os cursos de pós-graduação aumentaram, os docentes passaram a ter carreira acadêmica e as universidades a serem instituições produtoras de pesquisa. Com essa atribuição, as bibliotecas passam a ser um elemento importante na agenda de discussões acadêmicas.

Os anais dos SNBUs dos anos de 2006 e 2004 também foram pesquisados, mas não se identificaram neles contribuições para esta pesquisa.

O olhar do profissional bibliotecário evidenciado nos anais dos SNBUs demonstra sua percepção de mudanças significativas na educação superior com vista à acompanhá-las. A revisão dos parâmetros de avaliação da educação superior que contemplam a biblioteca minimamente, a dificuldade na formação e desenvolvimento de coleções no ambiente universitário, a constante necessidade de educação da comunidade acadêmica, os novos formatos de educação à distância, a preocupação com o incentivo à competência informacional são algumas questões apontadas pela área através dos SNBUs e que contribuem para se pensar na composição da agenda de discussões para bibliotecas universitárias.

Apesar do recorte temporal dessa pesquisa ser a última década, julgamos importante nesse momento fugir dele para complementar a pesquisa com um fato histórico.

Retrocedendo ao nascimento do SNBU e relacionando a visão dos pesquisadores com os nuances deste evento, na primeira edição do ano de 1978 já existia a consciência de adequar a biblioteca para as demandas da pós-graduação. Dentre os painéis temáticos havia um intitulado "A biblioteca universitária e os programas de pós-graduação" que contou com 11 apresentações. Nestas, as que mais chamam a atenção são as palestras de abertura desse painel feitas por docentes convidados da área médica e que ministravam disciplinas de Metodologia da Pesquisa.

A questão mais abordada por eles foi a importância da função do especialista em organização da informação e documentação para auxiliar os pesquisadores em suas atividades. Eles enxergam a biblioteca universitária como um "centro vital da cadeia de informação" e que nele há o profissional especializado, com conhecimentos próprios a organização, seleção e difusão do conhecimento (GUIMARÃES, 1979).

Outro ponto interessante são as expectativas com relação à atualização de artigos em sua área de interesse. Esberard (1979) ressalta a importância da formação humana para os alunos, sendo a biblioteca indispensável para ensiná-los a serem críticos e saberem pesquisar usando as fontes científicas mais adequadas para seus interesses de estudos. Finaliza dizendo que a biblioteca universitária, do ponto de vista do pesquisador, é aquela em que o seu planejamento e política sejam adequados para instituições de uma mesma área do conhecimento, com o objetivo de se adquirir o que é de qualidade científica, evitando duplicidade de esforços e materiais.

A professora Laszlo fala da sua impressão sobre a biblioteca universitária e o imaginário que dela se tem. O início do texto é muito comum entre a maioria das pessoas, mas o seu desenvolver demonstra uma sensibilidade para com a importância dos registros do conhecimento:

Quando entro numa biblioteca, o ambiente de silêncio, respeito e multidão de livros e periódicos me transmitem um estado de espírito de quase religiosidade. Uma biblioteca é, para mim, um congresso permanente de estudiosos. Nas estantes, como se estivessem reunidos em poltronas imaginárias, estão presentes os sábios de todas as épocas e países. Nas publicações encontram-se todos os tesouros da sabedoria: a herança cultural do passado, os progressos científicos e tecnológicos do presente e as previsões do futuro (LASZLO, 1979, p. 393).

A autora reforça que a leitura é a grande chave para desvendar os tesouros escondidos nessa respeitabilidade e religiosidade que ela pressente da biblioteca e a denomina de "casa *master*" dos que se dedicam à pesquisa e ao magistério.

Por fim, Granja (1979) recorda que as bibliotecas universitárias em países desenvolvidos são centros de informação para acesso ao conhecimento com vistas à busca de soluções dos problemas do desenvolvimento socioeconômico. Para retratar a distinta realidade brasileira, apresenta diagnóstico das bibliotecas da USP e conclui que estas não operam enquanto centros de informação por falta de estrutura e investimentos.

As falas desses docentes convidados para o I SNBU e a inclusão do tema pós-graduação na estrutura de painéis do evento demonstram que já se pensou em conceber a biblioteca universitária à luz das necessidades da pós-graduação e da pesquisa. Contudo, o texto do PNBu não contemplou esta temática e ela desapareceu das edições posteriores do SNBU. Também não há registros de trabalhos do SNBU que abordem esse assunto em outros eixos temáticos similares.

É curioso o desaparecimento dessa abordagem que estamos tentando recuperar mais de três décadas após sua breve enunciação. Os motivos que levaram os profissionais da informação da época a não considerarem os levantamentos apontados por esses docentes aqui citados podem ser variados. Quiçá pretenderam primeiro estruturar internamente as bibliotecas universitárias e nas edições seguintes do PNBu, que não ocorreram, contemplar necessidades dos usuários. Talvez a preocupação do contexto não fosse essa ou não se enxergasse a importância da questão.

A falta de continuidade de uma ação pública e, por consequência, a não existência de registros documentais dela tornam difícil a interpretação e compreensão dos fatos históricos. No nosso caso, àqueles relacionados às bibliotecas federais brasileiras. Não cabe a nós julgar tais fatos com olhar atual, mas sim procurar compreender a adequação da biblioteca ao contexto atual das universidades.

6 ESTUDO INVESTIGATIVO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A proposta de uma agenda pressupõe apontar os que preferencialmente devem estar envolvidos na indicação de seus temas e propostas, quem é o alvo da solução, qual proporção e consequência do problema que enseja a necessidade de desenho de uma política. Implica também mapear se há informação disponível suficiente para contextualizar o problema e que dificuldades se apresentam no enfrentamento da questão e finalmente delimitá-la.

A revisão da literatura já elencou elementos que sugerem que a carência de políticas deixou as bibliotecas universitárias sem diretrizes governamentais e que as instituições federais em exame tenderam a concentrar a maior parcela da pesquisa e da pós-graduação, além de uma expansão mais recente de cursos e ingressos na graduação resultantes do REUNI.

Isto não implicaria, necessariamente, que as bibliotecas destas instituições deixariam de colocar para si diretrizes próprias em vista a atender adequadamente sua comunidade, especialmente no seu relevante papel nacional de responder pela maior parte da produção de conhecimento acadêmico no país. Por outro lado, o estabelecimento de diretrizes próprias na falta de diretrizes governamentais não é óbvio, e sua consecução é dependente de recursos do Estado.

Observa-se que mesmo que o Estado estivesse disposto a atender demandas locais, além das dificuldades de coordenação de distribuição de recursos, possivelmente se experimentaria um desenvolvimento desigual das habilidades e meios de atendimento à pesquisa nestas diversas instituições. Ora, os problemas, carências e limitações das bibliotecas para atendimento à pesquisa em instituições federais de ensino superior se dão a partir das práticas da comunidade acadêmica e da biblioteca que precisa atendê-las e tais práticas podem apresentar diferenciais regionais, por instituições, por estados.

As soluções, por seu turno, devem contemplar o mapeamento das atuais condições e a escuta de todos os interessados a fim de que se possam estabelecer temas para uma agenda de discussões. A mesma deve resultar no desenho de políticas que apresentem meios igualmente distribuídos e que, ao mesmo tempo, proporcionem adequações aos contextos locais.

Apresentaremos evidências, indicadores e dados, sob o prisma de importantes partícipes e agentes sociais que precisam e influenciam a biblioteca universitária, evidenciando suas perspectivas sobre o atual desempenho desta no âmbito da pesquisa e pós-graduação. Nossa intenção é levantar aspectos e expor demandas que permitam delimitar possibilidades e limites da situação atual das bibliotecas universitárias. Ao longo da

apresentação analisaremos possíveis motivos para as questões apontadas e, a partir disto, abrir debate sobre prováveis temas para a agenda. Inicialmente descreve-se o modo de coleta; a seguir delineiam-se os dados por cada grupo de agentes (alunos, docentes e bibliotecários) e pelos temas previamente delimitados (fontes de informação, atendimento, planejamento e formação de agenda) graficamente; por fim, uma análise textual conjunta dos grupos em cada temática.

6.1 DESCRIÇÃO DA COLETA DE DADOS

Desenhou-se um questionário para cada grupo (apêndices G, H e I), com perguntas fechadas, abertas e semiabertas (múltipla escolha com possibilidade de comentários). Em algumas questões ofereceu-se possibilidade de marcação por ordem de importância. Nestas, o *SurveyMonkey* forneceu o resultado com base numa média ponderada, a partir das indicações que cada opção recebeu²⁰. Nas demais, a resposta aparece em percentuais de participação. Mantivemos esse formato de resultado para a descrição e análise.

O questionário para os estudantes foi constituído por 27 perguntas, o dos docentes 36 e bibliotecários 32. Os instrumentos de pesquisa contêm questões acerca das seguintes temáticas: 1.^a fontes de informação e seu acesso, 2.^a atendimento da biblioteca, 3.^a planejamento e ação da biblioteca e 4.^a formação de agenda para biblioteca universitária à luz da pós-graduação e pesquisa. As informações que se desejava obter de cada grupo são basicamente as mesmas, de forma a se poder cotejar semelhanças e diferenças de perspectivas.

6.2 DESCRIÇÃO DOS DADOS POR AGENTES SOCIAIS

Descreveremos adiante os dados colhidos para os três grupos de nossa pesquisa: discentes, docentes e bibliotecários. Obtivemos uma baixa porcentagem de respostas em todos os grupos, sendo 1,96% para os estudantes, 8,18% para professores e 29% para bibliotecários.

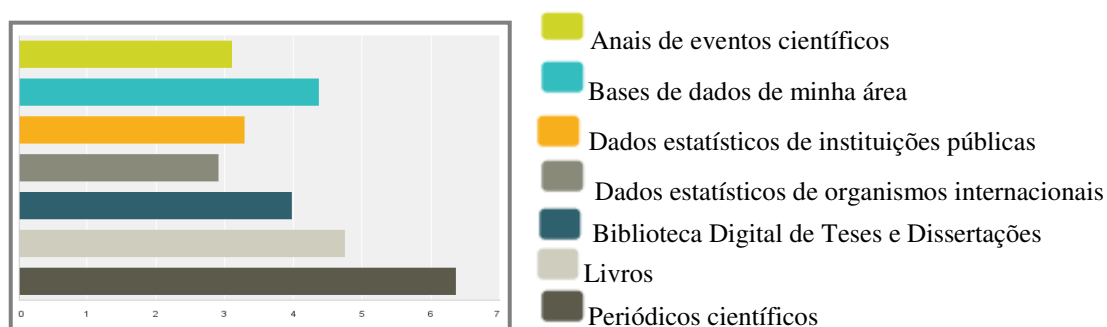
²⁰ Por exemplo, 5 pessoas escolheram a opção “X” como 1º na ordem de prioridade, 9 pessoas marcaram essa mesma opção como 4º na ordem de prioridade e outras 3 como 2º. A partir disso o sistema calcula a média de cada opção, considerando todas as votações que cada uma recebeu.

Estudantes de pós-graduação

Dos 118 respondentes, num total estimado em 6.000²¹, totalizando, 1,96%, as áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Agrárias foram as que mais contribuíram, sendo alunos da UFMG, UFLA e UFU, respectivamente. A maioria está no primeiro ano do curso (50,8%) ou em fase adiantada da dissertação ou tese (24,5%). 72% (85 entrevistados) responderam o questionário por completo. A grande maioria (62,7%) o fez nos 10 dias iniciais de prazo para resposta. O tempo médio de resposta gasto foi entre 10 e 20 minutos.

Com relação às **fontes, sua importância e acesso**, dispusemos sete tipos documentais e solicitamos que fossem apontados os mais importantes, numerados por ordem de relevância. A principal fonte apontada foram os periódicos científicos com 6,36, seguidos dos livros 4,75 e bases de dados 4,37.

Gráfico 01 – Fontes de informação mais usadas



Inserimos um espaço para inclusão de outras fontes, tendo sido também apontados: jornais, *blogs* e organizações privadas da sua área de atuação.

Segundo os estudantes, o acesso se dá, em geral, via assinatura, aquisição ou disponibilização institucional para os livros, trabalhos acadêmicos e periódicos, o que indica o importante papel da biblioteca e do Portal de Periódicos Capes no desenvolvimento da pesquisa. No caso dos dados estatísticos, publicados e produzidos por instituições públicas ou organismos internacionais, são fontes muito relevantes em alguns campos da pesquisa, por exemplo, a Saúde e a Economia (40% e 36,1%, respectivamente).

Para as duas fontes mais usadas, periódicos e livros, não há expressiva inacessibilidade. Apenas 12,1% consideram incompleto o acesso aos livros e 15,1% com

²¹ Tal estimativa se baseou no cálculo de 60 alunos, em média, por cada programa de pós-graduação (99 ao todo).

relação aos periódicos científicos. Perguntamos sobre o interesse da biblioteca em consultar o programa de pós-graduação para indicar necessidade de assinatura de revistas para acesso via Portal de Periódicos da Capes. Grande parte dos discentes (76,2%) não sabe se isso ocorre.

Acerca da existência de repositório institucional na universidade constatou-se que são muito próximas as porcentagens entre os que sabem (47,5%) e os que não sabem (49,5%). A grande maioria considera importante sua existência. Apenas 13,9% acreditam não serem necessários, estando o acesso já garantido por outros meios de divulgação científica.

Gráfico 02 – Existência do repositório institucional

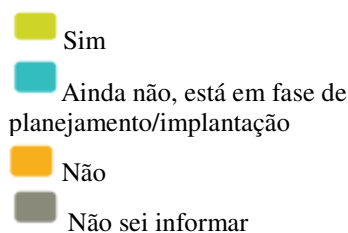
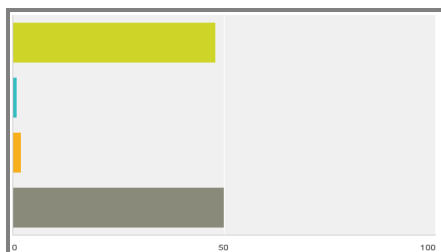
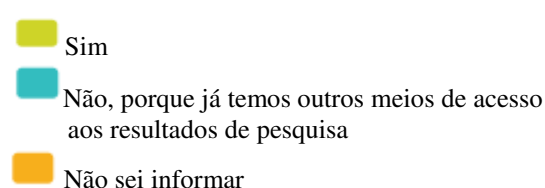
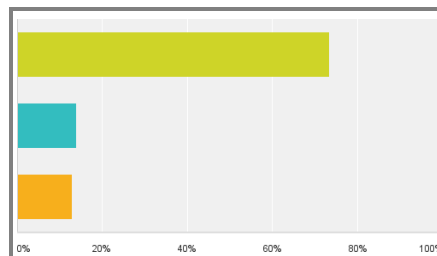


Gráfico 03 – Importância do repositório na visibilidade da produção científica



A maioria (86,1%) considera que a biblioteca ou os bibliotecários deveriam ser os gestores destes repositórios, por sua competência profissional para tal.

A segunda temática do questionário versou sobre a necessidade ou não de mediação e o modo de **atendimento da biblioteca**.

Perguntou-se, para aqueles que indicaram dificuldades de acesso, se saberiam onde encaminhar as demandas para uma possível aquisição. A maioria não sabe e, o mais agravante, 51 participantes não responderam à questão.

Gráfico 04 – Setor da universidade para encaminhar demandas de aquisição



Dos 23,8% que disseram saber, somente 8 responderam nos comentários, a “biblioteca”, portanto, para a maior parte dos estudantes, a biblioteca não figura como lugar para onde podem e devem encaminhar suas demandas de aquisição e acesso à informação.

Com relação à sua percepção acerca do trabalho da biblioteca, no que se refere ao auxílio para identificação de fontes e capacitação da utilização de variados meios de acesso, os dados coletados, que aparecem nos gráficos a seguir, apontam que a maioria foi capacitada durante seu(s) curso(s) a localizar fontes de informação de sua área de interesse, 30% afirmaram não ter tido essa oportunidade e 10% não se recordam. Assim, a biblioteca é vista como um lugar que disponibiliza recursos e ensina como acessá-los, mas não um lugar para onde se podem encaminhar demandas de informação. Indagados sobre a existência atual de capacitação ou treinamentos para uso das fontes as respostas em sua maioria foram positivas, no entanto, há percentuais negativos (17,8%) e dos que não sabem informar (21,7%).

Gráfico 05 – Participação em capacitação para identificar fontes de informação

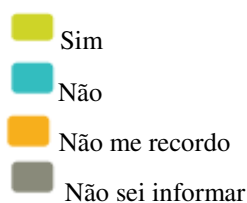
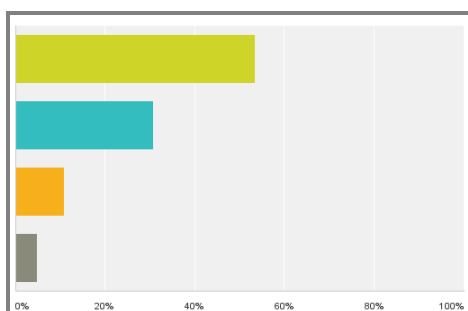
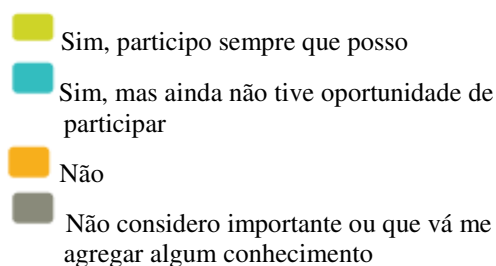
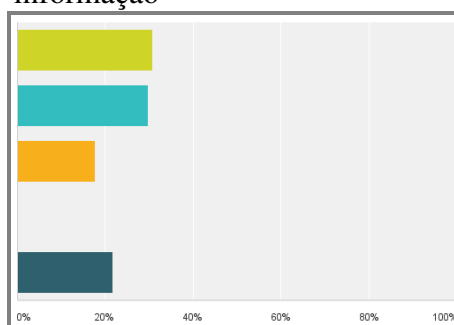


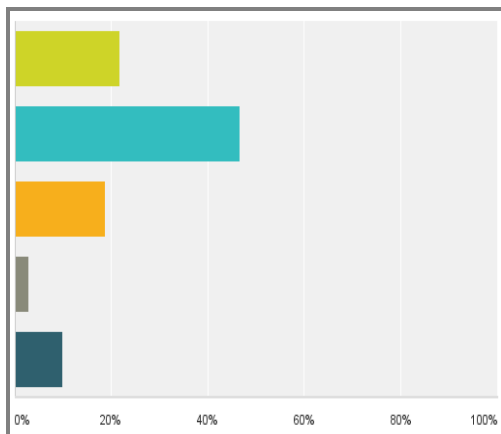
Gráfico 06 – Existência atual de capacitação para com as fontes de informação



■ Não sei informar

Acerca do atendimento da biblioteca em diversos canais, 46,5 % avalia como “Bom”, seguidos de 21,7% que avalia como “Ótimo”. Entretanto, quase 10% dos entrevistados nunca solicitaram atendimento à biblioteca, conforme se vê no gráfico a seguir.

Gráfico 07 – Atendimento da biblioteca



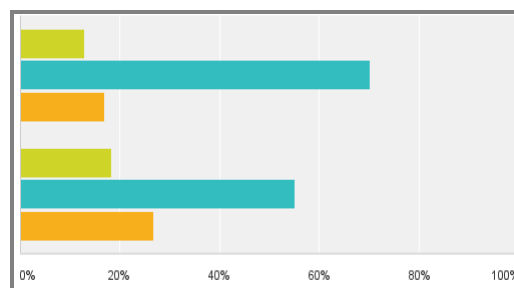
- Ótimo, consigo as informações que preciso ou então me indicam onde encontrá-las em tempo hábil
- Bom, consigo as informações que preciso ou então me indicam onde encontrá-las em tempo hábil
- Regular, a pessoa que me atende geralmente não compreende meus questionamentos
- Ruim, a pessoa que me atende geralmente não compreende meus questionamentos
- Nunca solicitei atendimento da biblioteca

Perguntados sobre o estudo de usuários, as respostas foram majoritariamente negativas. Os entrevistados não participaram (70%) ou não se recordam de ter participado de um (17%). Dentre a minoria que já participou, 13%, isso ocorreu nos últimos 4 anos.

Gráfico 08 – Estudo de usuários

Você já participou de algum estudo de usuários?

Esse estudo procurou saber das suas necessidades de informação?



- Sim
- Não
- Não me recordo

O estudo e monitoramento individual de usuários e usos de informação em uma comunidade como a acadêmica é de alto custo. Entretanto, existem alternativas como o estudo

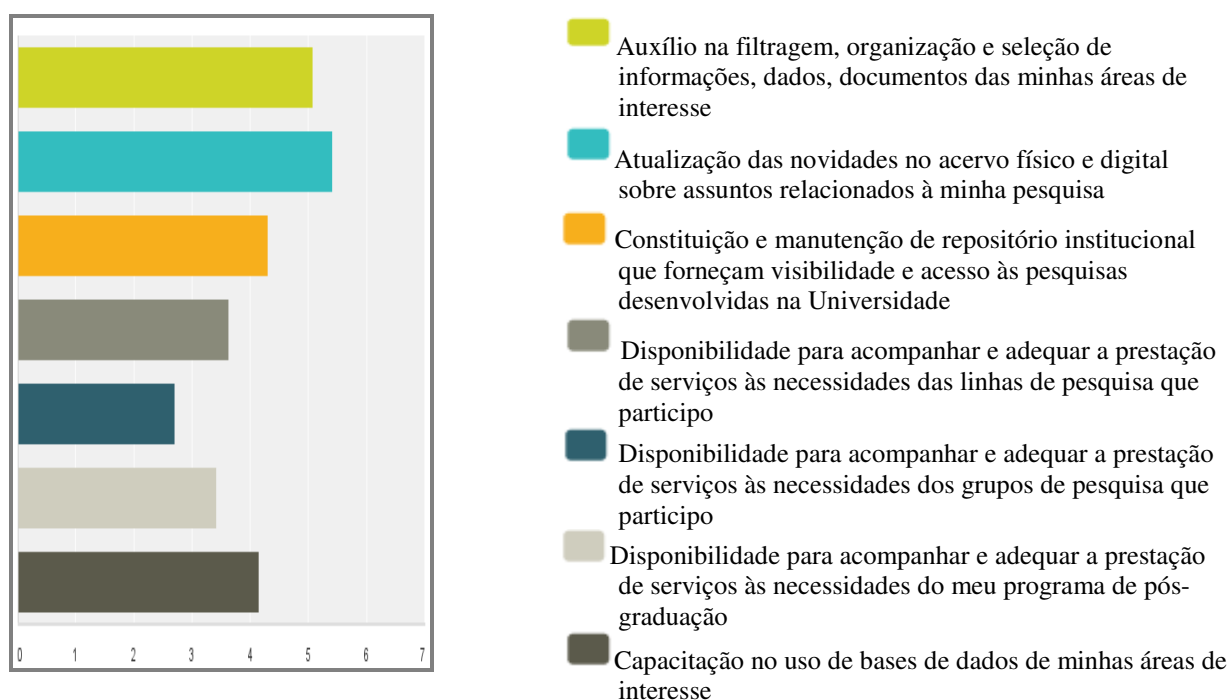
de domínios e de grupos de interesse que podem ser feitos indiretamente (sem uso de questionários individuais).

Não é incomum que pesquisadores e programas de pós-graduação utilizem recursos de editais na aquisição de acervo e que não são necessariamente enviados à biblioteca, mas que carecem de identificação e organização. Este aspecto foi incluído nas questões sobre o relacionamento biblioteca/pós-graduação.

Indagou-se ainda, qual seria a percepção do estudante em relação à aproximação da biblioteca para com as pesquisas em andamento no Programa de Pós-Graduação. Conforme os dois gráficos que se seguem, os alunos manifestam que a biblioteca não buscou conhecer os projetos de pesquisa do programa de pós-graduação (58,4%), bem como não ofereceu auxílio para organizar o(s) acervo(s) departamental (is) que os programas possuem (48,3%). Nesse sentido pressupõem-se duas situações: ou os programas não permitem que os bibliotecários trabalhem estes acervos, ou os bibliotecários consideram que suas atividades encontram-se apenas no interior da biblioteca, sobre livros por ela adquiridos.

Para as ações que mais aproximariam a biblioteca da pós-graduação e seus pesquisadores, foram sugeridas 7 ações e solicitou-se que a escolha fosse feita em ordem de prioridade, gerando pesos de 7 a 1 das de maior para menor prioridade. Observa-se uma boa distribuição entre as opções, o que demonstra que na ótica discente todas as opções são consideradas importantes. Sendo a pontuação máxima de 7, o item “Atualização das novidades no acervo físico e digital sobre assuntos relacionados à minha pesquisa” obteve nota 5,41, “Auxílio na filtragem, organização e seleção de informações, dados, documentos das minhas áreas de interesse” nota 5,07, seguidas de “Capacitação no uso de bases de dados de minhas áreas de interesse” com 4,14. A disponibilidade de serviços e o acompanhamento das linhas de pesquisa e do programa foram considerados mais prioritários do que o atendimento aos grupos de pesquisa dos quais os estudantes participam.

Gráfico 09 – Ações da biblioteca para atendimento da pós-graduação e pesquisa



Apesar da maioria considerar que a biblioteca universitária pode auxiliar no desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa (88,7%), um preocupante percentual de aproximadamente 11% não considera isso possível. Esta impossibilidade, provavelmente, provém da atual estrutura da biblioteca universitária que pouco favorece a um efetivo auxílio de seus profissionais à pesquisa e pós-graduação, além da evidência de que o relacionamento entre pós-graduação e biblioteca está aquém do desejado.

Pediu-se aos estudantes que comentassem como se daria esse auxílio. Dentre os comentários recebidos, ressaltamos: “Uma solução seria **consultar sempre os coordenadores** e os pós-graduandos quanto aos materiais que eles procuraram e não encontraram na biblioteca e buscar adquirir esse material.” (Participante 68); “Os funcionários têm baixíssimo **preparo para dar suporte aos pesquisadores**. A biblioteca funciona como **depósito de livros** de consulta aos graduandos. Não há sala de leitura”; “Integrando-se mais aos grupos de pesquisa. Auxiliando no manuseio de bases e de dados das áreas de interesse. Treinamentos.” (Participante 40) ; “Melhorando o serviço de busca por material com **indicação de fontes**. Poderiam usar o sistema de: ‘quem procurou este livro também procurou por...’” (Participante 22); “**Busca de materiais mais antigos**, não disponibilizados *online*; **ajuda nas buscas** em bases de dados.” (Participante 14) ; “**Ajudando a divulgar** as pesquisas do programa de pós,

por meio da realização de palestras, entrevistas. **Comprando mais livros internacionais**, que são caros ou de difícil acesso.” (Participante 6)

Fornecendo capacitação para busca nas bases virtuais e acervo da biblioteca. **Auxiliando na aquisição** de textos que não fazem parte do acervo ou estão disponíveis gratuitamente nas bases de busca. Mantendo o **acervo atualizado** nas diversas áreas do conhecimento, seja através de livros, teses e dissertações, anais de congressos, entre outras fontes. (Participante 2)

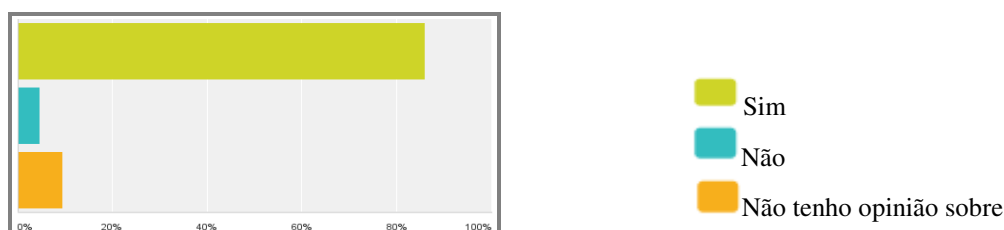
As frases indicam mais estudantes desamparados do que carentes de informações específicas que não encontram na biblioteca. A demanda por ajuda incide principalmente na identificação do que precisam: o que é relevante, o que é atual, qual o estado da arte da área.

A seguir, procuramos saber a opinião dos estudantes acerca da participação da biblioteca enquanto item de avaliação dos cursos de graduação realizada pelo MEC. Apesar de tratarmos de uma agenda para a pesquisa científica, sob prisma da pós-graduação, pensamos que a dedicação da biblioteca para com esse processo avaliativo possa comprometer parte do tempo que seria dedicado a outras questões, como o atendimento à pós-graduação. Além disso, a pergunta nos encaminha sobre a necessidade ou não, do ponto de vista destes estudantes, de a biblioteca ser avaliada. Entende-se que esta avaliação poderia contemplar os interesses destes estudantes e indaga-se, a partir de uma lista de opções, que instituições ou grupos deveriam fazer parte do desenho de tal avaliação.

A informação da participação da biblioteca, enquanto item de avaliação dos cursos de graduação não é algo familiar para 37,6% dos alunos, que desconhecem tal fato e 33 questionados que não responderam a pergunta, apesar de 62,3% terem afirmado saber a existência deste tipo de avaliação.

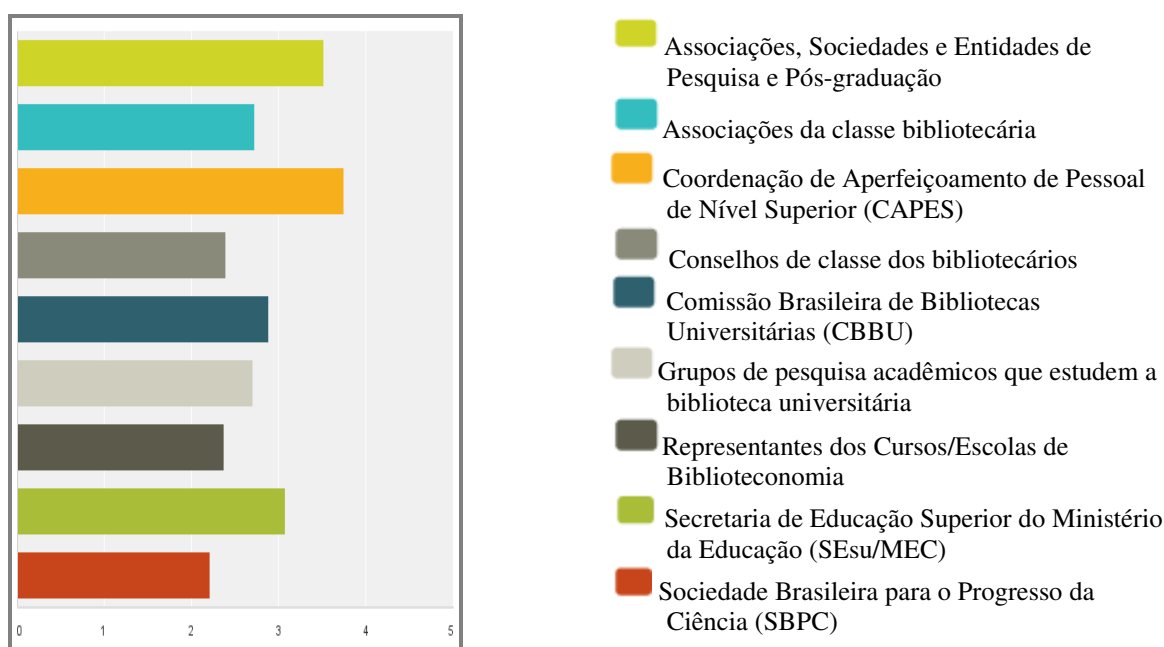
Contudo, 85,8% consideram que suas bibliotecas deveriam estar submetidas a uma avaliação específica.

Gráfico 10 – Avaliação específica da biblioteca



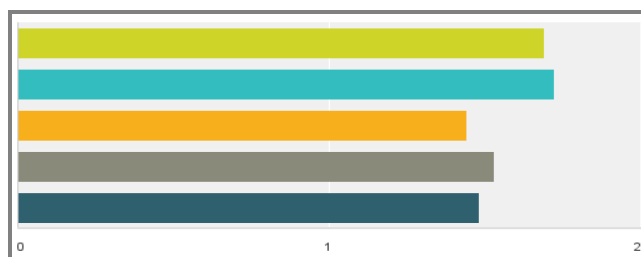
Ainda sobre esta possível avaliação específica, perguntamos acerca da escolha dos grupos/instituições para participar da composição de um instrumento de avaliação. A pergunta admitia até cinco indicações que deveriam ser numeradas por ordem de importância. Os mais indicados foram a “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)” com 3,74 e “Associações, sociedades e entidades de pesquisa e pós-graduação” com 3,51, seguidos da “Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC)” com 3,07.

Gráfico 11 – Possíveis grupos/instituições participantes da avaliação das bibliotecas



Para identificar o que os estudantes considerariam como um atendimento ideal da biblioteca às necessidades da pesquisa e da pós-graduação, formulou-se um conjunto de 5 possibilidades, das quais o estudante poderia escolher duas, numerando em ordem de prioridade. Embora a distribuição entre as opções tenha sido bem uniforme (Gráfico 12), as mais indicadas foram o atendimento das necessidades específicas do programa (1,72), o atendimento às necessidades de cada pesquisador e aluno (1,69) e o rastreamento e localização de recursos informacionais, mesmo fora do acervo da biblioteca, para cada pesquisador e aluno (1,53).

Gráfico 12 - Situação ideal de atendimento para a pós-graduação e a pesquisa



- A biblioteca deveria atender às necessidades específicas de pesquisadores e pós-graduandos
- A biblioteca deveria atender às necessidades específicas do programa de pós-graduação
- Cada pesquisador e estudante deveria contar com o acervo adequado na biblioteca
- Cada pesquisador e estudante deveria contar com o rastreamento e localização de recursos informacionais, mesmo fora do acervo da biblioteca
- Cada programa deveria contar com um bibliotecário especializado para identificar, localizar, acessar e organizar os recursos informacionais necessários ao programa

Indicamos que, caso desejassem, poderiam comentar o questionário ou o tema de pesquisa. Dentre outros, obtivemos, todos grifos nossos: “Achei a pesquisa oportuna e de grande relevância no **auxílio à pesquisa.**” (Participante 75); “Acho o tema muito pertinente. **A Biblioteca com o passar do tempo afastou-se da sociedade acadêmica** ou não, desestimulando a presença destes na biblioteca.” (Participante 71); “A pesquisa tem gigantesca relevância. As **bibliotecas são o maior gargalo para a pesquisa** pública avançada. O coração da universidade é a biblioteca. A pesquisa **deve resultar propostas concretas de enorme relevância.**” (Participante 59);

“Relevante. **A pós-graduação está “largada”** dentro da universidade! Só há olhos para a graduação! Os alunos da pós, ao meu ver, são vistos como máquinas para publicar *papers* com prazo de validade entre 2-4 anos (mestrado, doutorado) depois são descartados!” (Participante 40).

Notamos que os alunos manifestarem-se interessados e críticos com relação ao nosso tema de pesquisa, contribuindo para a análise da ação, esperada e efetiva, da biblioteca no ambiente acadêmico. Do ponto de vista desse grupo, a personalização do atendimento e aproximação da biblioteca ao contexto do programa de pós-graduação é urgente para suprir a necessidade de serviços que visem à mediação informacional.

Docentes de pós-graduação

No grupo dos docentes, obtivemos 113 respondentes do total de 1381 correspondendo a 8,18% da amostra. A área do conhecimento com maior percentual de respostas foi Ciências da Saúde (56,6%) e as Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foram, seguidos da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU) as que mais contribuíram. A grande maioria, 86,7%, contribuiu com a pesquisa nos primeiros 10 dias de prazo para resposta e o tempo médio gasto na participação foi entre 10 e 20 minutos.

Para saber as fontes mais relevantes, relacionaram-se sete, solicitando sua marcação por ordem de relevância. Todas as fontes são amplamente utilizadas, destacando-se os periódicos científicos para quase todos os pesquisadores (95,4%), seguidos de livros (73,6%) e bases de dados (62,4%):

Gráfico 13 – Fontes de informação mais usadas



O acesso a essas fontes se dá, quase sempre, 89,5%, na universidade onde lecionam.

Sobre os anais de eventos científicos é interessante destacar que duas opções bastante divergentes tiveram a mesma porcentagem: 34,2% afirmam ter acesso a anais de congressos por meio da instituição e outros 34,2% afirmam não ter acesso a todos que se precisam. Os anais de eventos são fundamentais na rápida atualização dos progressos da pesquisa em qualquer campo do conhecimento, já que apontam à fronteira do conhecimento. Se 34,2% não conseguem ter acesso, isto é indicativo de retardamento na difusão da comunicação científica. Para as bases de dados, 64,7% têm acesso via institucional, 15,4% não sabem se o acesso é mediado pela universidade em que trabalha e 16,1% não têm acesso a todos que precisam. Os dados estatísticos, produzidos e divulgados por instituições públicas e organismos

internacionais, aparecem como fontes importantes e acessadas pela maioria dos pesquisadores, apesar de 23,8% não saberem se o acesso ocorre por via institucional e 20,9% consideram insuficiente o acesso aos que precisam.

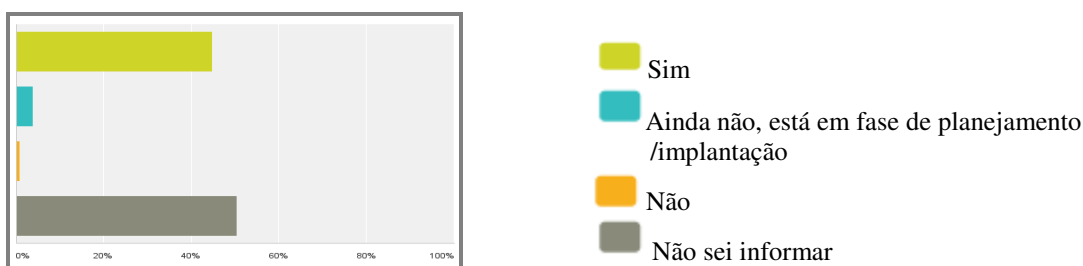
Acerca da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) o acesso é sempre feito por via institucional, mas curiosamente, quase 20% desconhecem que assim o seja.

Apesar de mais de 53,3% terem acesso a livros eletrônicos ou impressos através da instituição, 34,2% não têm acesso a todos que precisam. O acesso a periódicos científicos é realizado por via institucional para quase 65,7%, enquanto 25,7% argumentam que não conseguem todos que precisam. Abrimos espaço para comentários sobre outras fontes usadas e recebemos: jurisprudência dos tribunais, dados do IBGE, bancos de patentes pagas e gratuitas e, curiosamente, o Google. É possível que este *site* tenha sido citado para acesso a documentos digitalizados (livros esgotados, por exemplo).

Há programas de pós-graduação que são consultados pela biblioteca para indicar revistas a serem incorporadas na base de Periódicos do Portal Capes, apesar de 41,9% dos participantes não saberem informar sobre tal fato. É prudente que a biblioteca deva ter meios para saber o que solicitar junto a Capes e critérios de seleção para evitar desperdício de recursos públicos que poderiam ser utilizados na aquisição de outros recursos para a pesquisa.

Acerca da existência de repositório institucional, mais da metade dos entrevistados não sabe informar se há ou não um repositório em sua universidade:

Gráfico 14 – Existência do repositório institucional



Apesar disso, a maioria considerável de 75,2% acredita na visibilidade da pesquisa brasileira via repositórios e que a biblioteca ou bibliotecários seriam o setor ou profissionais mais capacitados para geri-los.

Gráfico 15 – Importância do repositório na visibilidade da produção científica

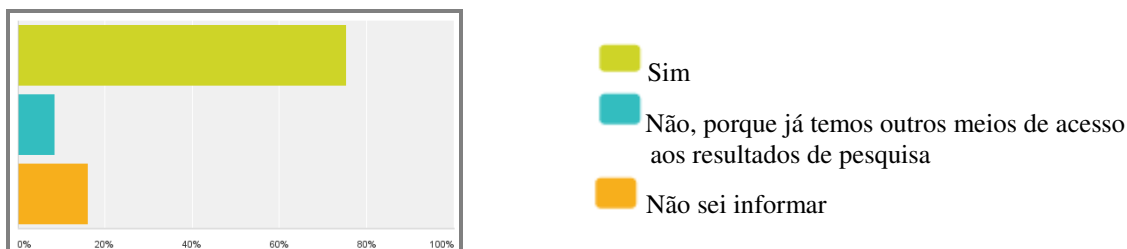
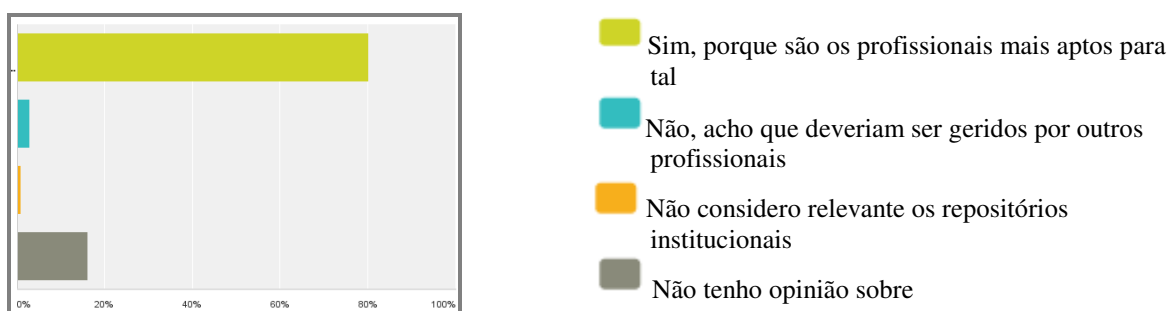


Gráfico 16 – Gestão do repositório institucional



Em relação às buscas de recursos informacionais para pesquisa, 69,2% afirmaram ter facilidade para buscar informações nas bases de dados, mas para 22,1%, apesar de afirmarem ter facilidade, gostariam de ajuda para tal.

Indagou-se sobre o acesso a periódicos e bases de dados das áreas de interesse que não são gratuitos. As porcentagens entre os que afirmam haver dificuldade e os que o acesso via institucional minimiza essa questão são iguais no caso dos periódicos (34,2%) e para as bases de dados a assinatura institucional supre demanda de 64,7%. Também se perguntou se a biblioteca informa sobre as estatísticas de uso do Portal Capes junto ao programa. Esta é uma informação desconhecida para 66,6% dos participantes e 18,2% negam que isso já tenha ocorrido. A investigação da biblioteca junto aos programas de pós-graduação para saber da demanda de aquisição de novos títulos para a base Capes também é desconhecida pela maioria (45,1%), seguidos de 20,4% que negam existir tal investigação.

Questionou-se se os docentes sabem para onde encaminhar as demandas para possível aquisição dessas fontes. Apenas 51,7% dos docentes afirmaram saber, seguidos de 31% que não sabem e 17,2% não sabem informar. Para os que responderem afirmativamente, dispusemos espaço aberto para dizer qual seria este setor. Os mais citados foram a biblioteca (54,8%) e o departamento (19,3%).

58,6% dos docentes foram capacitados durante algum de seus cursos *stricto sensu* para identificar fontes de informação pertinentes na sua área, apesar de 32,6% informarem que não. Havíamos indagado sobre a facilidade de uso de bases eletrônicas e a maioria disse utilizá-las sem grandes dificuldades. Agora, indagados sobre a existência de capacitação fornecida pela biblioteca aos docentes para acesso a fontes e se a consideram relevante para seu trabalho, a maioria informou que participa (35,5%) ou tem o desejo de participar (30,7%).

Gráfico 17 – Participação em capacitação para identificar fontes de informação

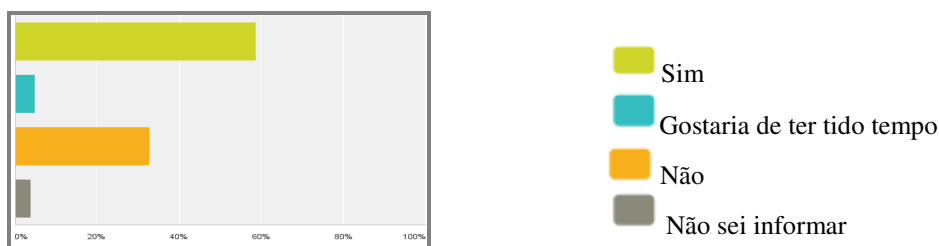
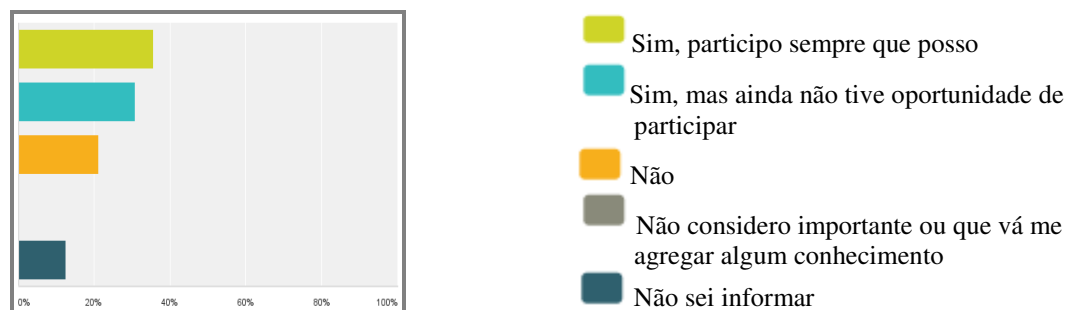
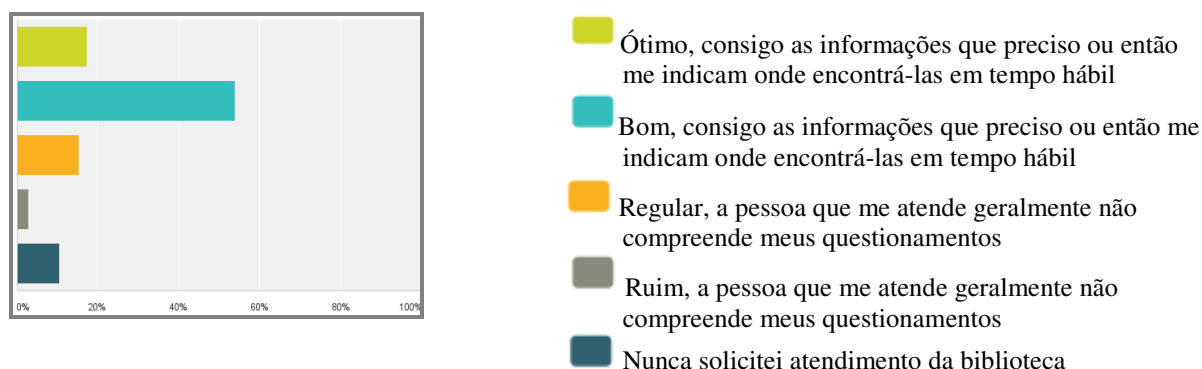


Gráfico 18 – Existência atual de capacitação para com as fontes de informação



O atendimento oferecido pelas bibliotecas é considerado “Bom” por 53,8%. As porcentagens das opções “Ótimo” e “Regular” apresentam-se próximas, 17,3% e 15,3% respectivamente. 10,5% dos questionados nunca solicitaram atendimento na biblioteca.

Gráfico 19 – Atendimento da biblioteca

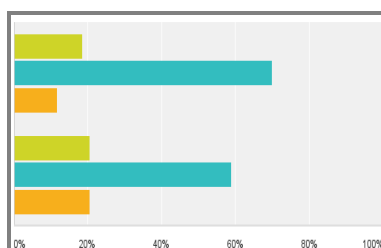


A maioria, 69,9%, não participou de estudos de usuários. Os 18,4% que já participaram afirmam que isto ocorreu nos últimos 3 anos. É interessante observar que para os que participaram destes estudos apenas 20,5% considera que o estudo procurou saber de suas necessidades informacionais.

Gráfico 20 – Estudo de usuários

Você já participou de algum estudo de usuários?

Esse estudo procurou saber das suas necessidades de informação?



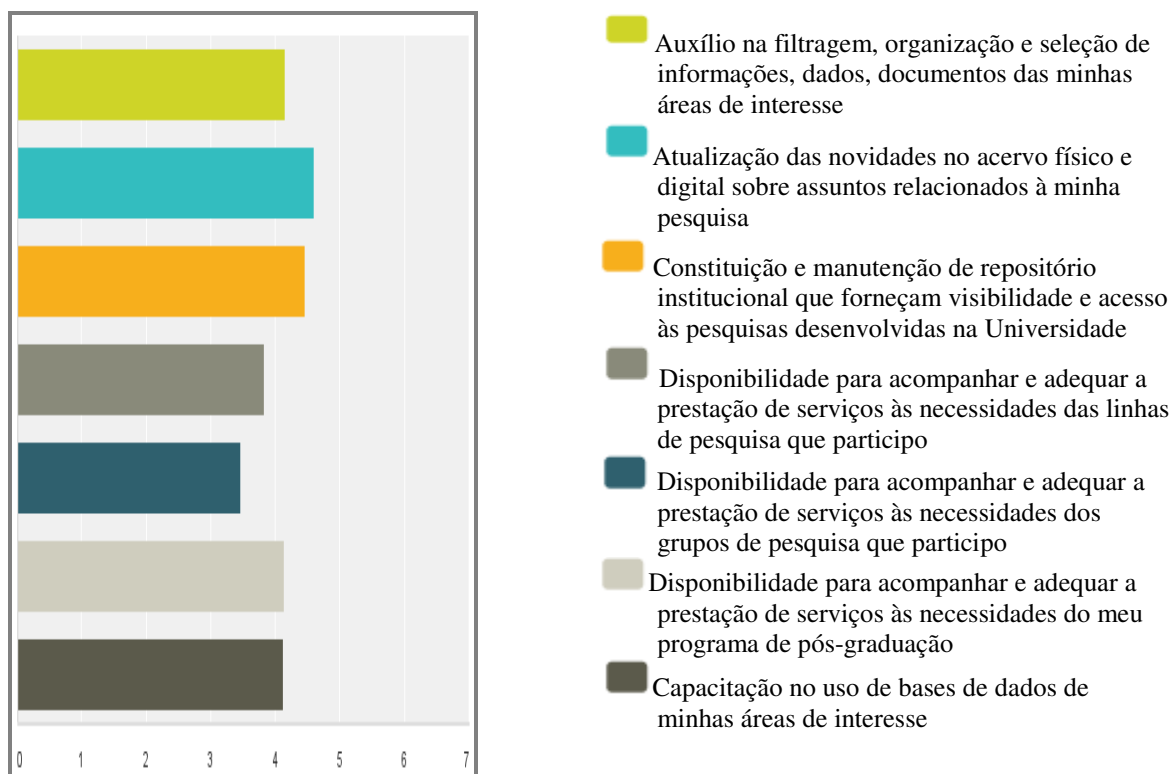
Sim
Não
Não me recordo

Sobre o interesse da biblioteca em conhecer os projetos de pesquisa em andamento no programa de pós-graduação, as ementas e programas das disciplinas ministradas nos cursos e ajudá-los a organizar seus acervos departamentais, as respostas foram negativas. A maioria (49,4%) não sabe informar ou afirma que não houve interesse (34,4%). O quantitativo dos que não responderam a pergunta é considerável (20 docentes).

Indagados sobre quais seriam as importantes ações da biblioteca para potencializar o atendimento à pós-graduação, dispuseram-se sete opções. Todas poderiam ser marcadas, indicando-se a ordem de prioridade. Observa-se que todas as ações foram consideradas relevantes. A mais importante, no ponto de vista dos docentes, foi a “Atualização das novidades do acervo físico e digital sobre assuntos relacionados à minha pesquisa”, com

65,6% (4,59), seguidas da “Constituição e manutenção de repositório institucional que forneçam visibilidade e acesso às pesquisas desenvolvidas na universidade”, com 63,6% (4,45) e “Auxílio na filtragem, organização e seleção de informações, dados e documentos das minhas áreas de interesse”, com 63,5% (4,14).

Gráfico 21 – Ações da biblioteca para o atendimento da pós-graduação e da pesquisa



Quando perguntados sobre o que pensavam do papel da biblioteca em seu trabalho 90% consideraram que a biblioteca pode contribuir para as atividades de pós-graduação e pesquisa. Mas 20 dos 113 docentes pesquisados não responderam à questão. Sobre como isso pode ocorrer, recebemos, dentre as sugestões em questão aberta: “Além dos itens mencionados acima, a manutenção e eventualmente **ampliação do acervo de periódicos não digitalizados** é fundamental. Na área da saúde tanto o contexto histórico como a raridade de muitas doenças justificam essa necessidade.” (Participante 95); “A biblioteca de minha instituição de formação muito me ajudou e ali fui **treinada a utilizá-la. Na instituição onde trabalho não ocorre nem uma coisa nem outra.** Talvez porque lá fosse uma excelente biblioteca setorial e aqui ser uma má biblioteca central.” (Participante 55); “Facilitando nosso acesso ao acervo e **dialogando com os gestores do programa** de pós-graduação para acolher

demandas.” (Participante 53); “**Gostaria de economizar o tempo que gasto em busca em bases de dados**, no Portal CAPES ou Scielo em outra atividade importante como a pesquisa e a orientação, mas as **bibliotecárias não tem tempo suficiente para se dedicar ao pesquisador.**” (Participante 25); “Oferecendo **disponibilidade de bibliotecários para acompanhar** e adequar às necessidades de **cada programa.**” (Participante 23); “Disponibilizar e **atualizar acervo** adequado para utilização pelos docentes e discentes; **capacitar usuários** na busca de material de interesse, seja ele na forma digital ou impressa; **criar condições para divulgar produção** científica da área.” (Participante 12).

Creio que as **bibliotecas se preocupam muito em atendimento dentro do seu ambiente somente.** é preciso ir até o pesquisador/docente de forma mais colaborativa. Mostrando acervos, recebendo sugestões mais espontaneamente, sem data fixa com prazos curtos, etc... (Participante 37)

Considero que o pessoal poderia ser mais qualificado no auxílio ou oferecer **treinamentos regulares para pesquisas em bases de dados e fontes.** Me parece que há boa vontade mas pouca qualificação. Se o ambiente fosse mais enriquecedor eu seria mais bem qualificada do que sou. (Participante 89)

O *software* usado na pesquisa registrou na análise de texto desses comentários que os verbos mais citados foram: **acompanhar, adequar e facilitar.**

A grande maioria (85,3%) sabe que a biblioteca é um item dentro da avaliação dos cursos de graduação realizada pelo MEC e acredita (91%) que ela deveria ser submetida a uma avaliação específica.

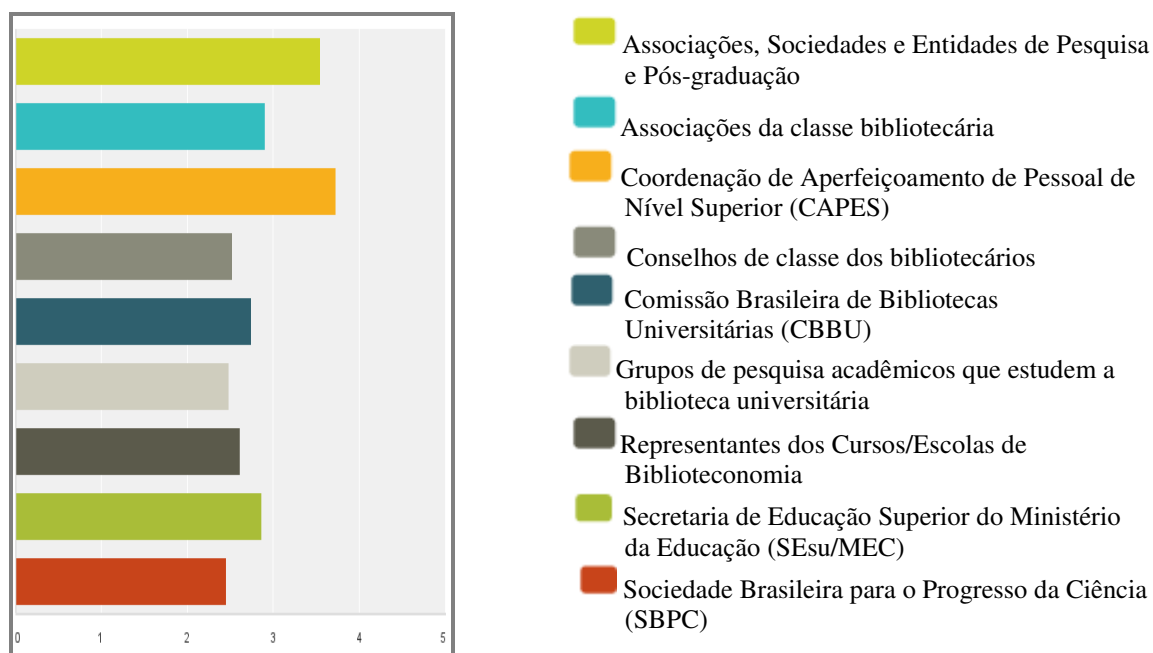
Gráfico 22 – Avaliação específica da biblioteca



Indagamos acerca das entidades ou grupos mais adequados para construir esse instrumento avaliativo. Foram fornecidas nove opções e cada pesquisador poderia escolher até cinco instituições, indicando por ordem de importância. A distribuição ficou bastante dividida. A “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)” teve

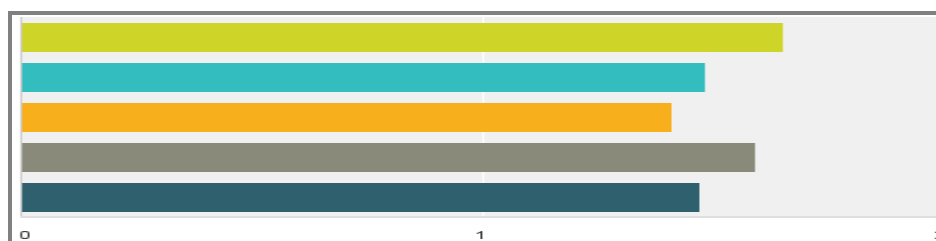
3,72, “Associações e entidades de pesquisa e pós-graduação” com 3,54 e as “Associações da classe bibliotecária” 2,90.

Gráfico 23 – Possíveis grupos/instituições participantes da avaliação das bibliotecas



O atendimento ideal e mais adequado possível é o que os leitores e pesquisadores desejam. Acerca desta possibilidade, duas, dentre as opções que oferecemos, poderiam ser escolhidas. Obtivemos como mais importantes, “A biblioteca deveria atender às necessidades específicas de pesquisadores e pós-graduandos” com 1,65, “Cada pesquisador e estudante deveria contar com o rastreamento e localização de recursos informacionais, mesmo fora do acervo da biblioteca” 1,59 e “A biblioteca deveria atender às necessidades específicas do programa de pós-graduação” 1,48 foram as mais escolhidas. As demais tiveram média muito próxima a essas.

Gráfico 24 – Situação ideal de atendimento à pós-graduação e a pesquisa



- A biblioteca deveria atender às necessidades específicas de pesquisadores e pós-graduandos
- A biblioteca deveria atender às necessidades específicas do programa de pós-graduação
- Cada pesquisador e estudante deveria contar com o acervo adequado na biblioteca
- Cada pesquisador e estudante deveria contar com o rastreamento e localização de recursos informacionais, mesmo fora do acervo da biblioteca
- Cada programa deveria contar com um bibliotecário especializado para identificar, localizar, acessar e organizar os recursos informacionais necessários ao programa

Nota-se que os pesquisadores demandam personalização no atendimento, mesmo individual para cada pesquisador e pós-graduando e suas necessidades informacionais, dentro e fora da biblioteca, seguido ao atendimento das necessidades do programa. Nos comentários gerais, sobre o questionário ou o tema da pesquisa, tivemos poucas manifestações, sendo que apenas um comentário se ateve ao tema de pesquisa, os demais se detiveram à crítica sobre a estrutura e extensão do questionário.

Bibliotecários

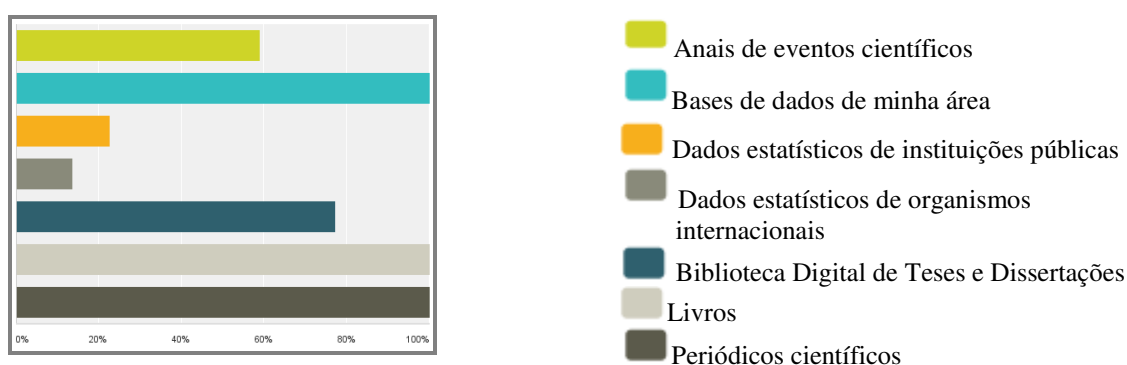
Do universo estimado em 76 bibliotecários, tivemos apenas 29 % participantes, logo, 22 respondentes. Esse número modesto denota pouco interesse dos profissionais da informação em identificar e indicar limitações ou demandas que possam servir de temas para uma agenda política, que lhes afeta diretamente.

Metade deles trabalha em biblioteca multidisciplinar ou central, seguidos dos que trabalham em bibliotecas setoriais de Ciências Exatas e Ciências Humanas, ambos com 13,6%. As universidades que mais colaboraram com nossa pesquisa foram a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). A maior parte dos entrevistados, 63,6%, ocupa atualmente cargo de gestão/administração da biblioteca, sendo este e o processamento técnico os que tiveram a mesma porcentagem de resposta, seguidos do

atendimento presencial 54,5% e virtual 22,7%. A idêntica porcentagem entre os que gerenciam e são operacionais de setor interno e as distribuições de percentuais entre as opções disponíveis nos permitem afirmar que os bibliotecários que participaram dessa pesquisa desempenham mais de uma função em suas bibliotecas. E isso era uma das possibilidades da questão, marcar mais de uma opção de resposta.

Acerca das fontes de informação oferecidas, 100% das bibliotecas oferecem bases de dados de diversas áreas do conhecimento, livros e periódicos científicos, seguidos de 77,2% que dispõe a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e 59% anais de eventos científicos.

Gráfico 25 – Fontes oferecidas pela biblioteca



Perguntados sobre a existência de política de desenvolvimento de coleções formalizada, documentada, 68,1% afirmou não haver tal política, que estaria em fase de planejamento/ implementação. Já 27,2% afirmam que existe, sendo que destes, 53,8% consideram que esta política contempla as necessidades informacionais da pós-graduação e pesquisa, enquanto 38,4% não sabem informar.

Gráfico 26 - Existência de Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) formalizada

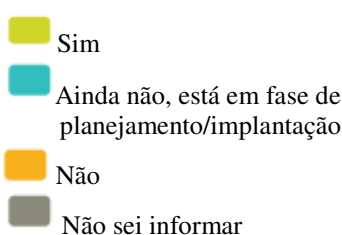
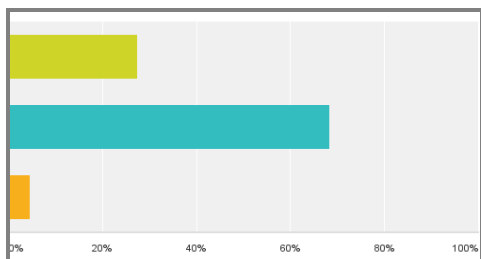
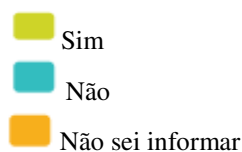
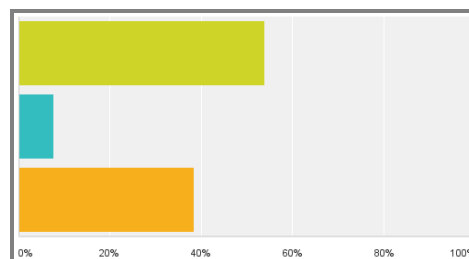
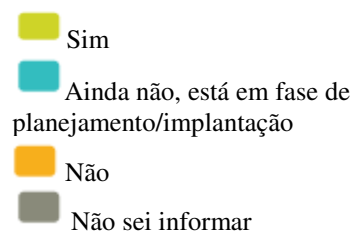
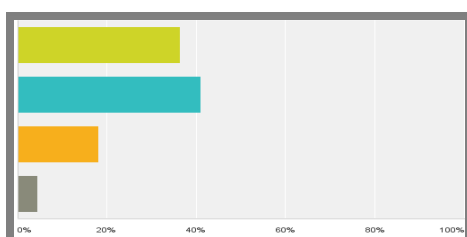


Gráfico 27 – Necessidades informacionais da pós-graduação e pesquisa contempladas na PDC formalizada



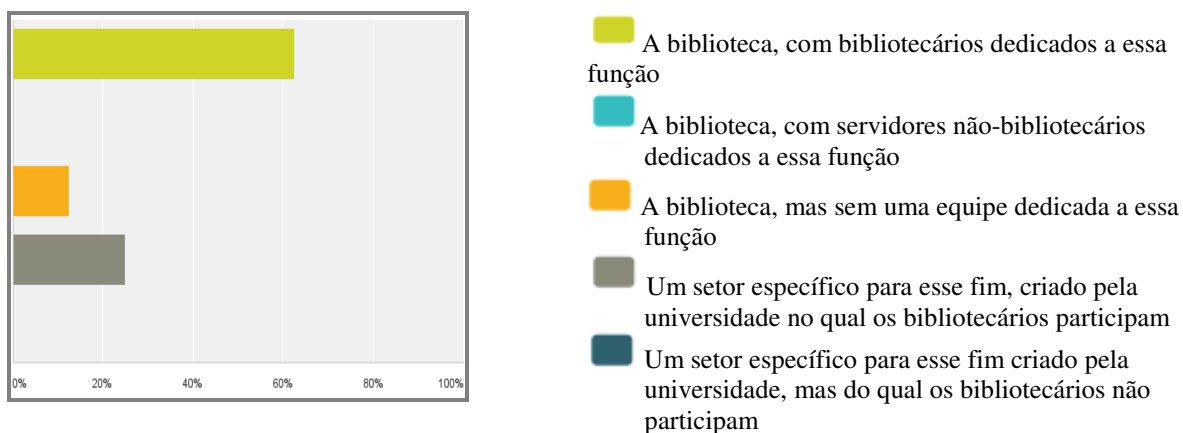
Com relação à existência de repositório institucional, em 40,9% das universidades ainda não têm, mas estaria em fase de implantação, seguidos de 36,3% que possuem e 18,1% que não possuem.

Gráfico 28 – Existência do repositório institucional



Anteriormente vimos que não existe BDTD em todas as instituições e indagamos acerca da possibilidade dela ser substituída pelo repositório. Aqui notamos que esta possibilidade aumenta. Em 62,5% dos casos, o repositório será gerenciado pela biblioteca e com profissionais dedicados a esta função, seguidos de 25% de instituições que terão um setor específico do qual os bibliotecários participarão.

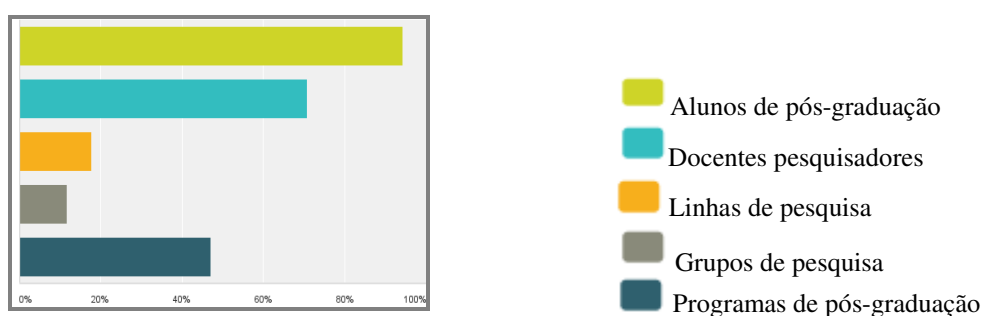
Gráfico 29 – Gestão do repositório institucional



Sobre a aquisição e atualização de anais de eventos científicos do interesse dos pesquisadores 31,8% das bibliotecas possuem e mantêm esse tipo de material disponível, apesar de não haver grande quantitativo, porque sua obtenção se dá por doação, não sendo objeto de aquisição solicitado pela universidade ou programa de pós-graduação. 27,2% das bibliotecas não possuem anais de evento em suas coleções. O percentual dos que não sabem informar e dos que afirmam que a biblioteca mantém essa tipologia documental atualizada foi o mesmo: 18,1%.

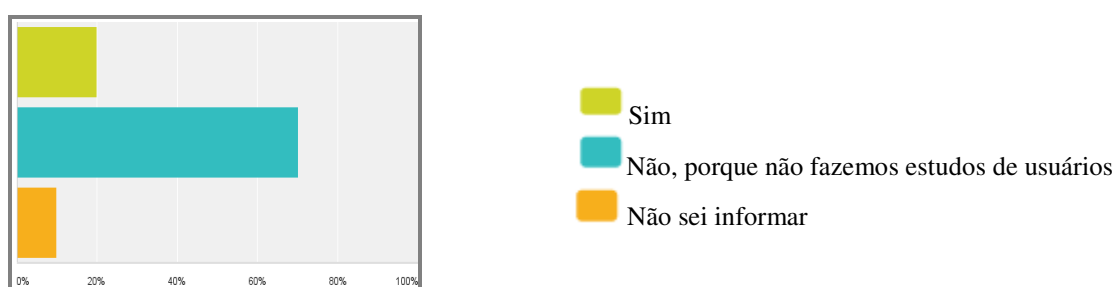
Dentre os participantes da pesquisa, 80% afirmam que sua biblioteca conhece e identifica os grupos de usuários que ela atende. Ofereceram-se algumas opções para escolha de possíveis grupos de usuários que a biblioteca contemplaria no atendimento à pós-graduação e a pesquisa. A divisão teve em vista saber que sujeito (individual ou coletivo) o bibliotecário identifica como usuário no segmento da pesquisa e pós-graduação. Os mais escolhidos foram alunos da pós-graduação (94,1%), docentes (70,5%) e os programas de pós-graduação (47%). Portanto, há uma tendência à identificação de usuários individuais.

Gráfico 30 - Grupos identificados para o atendimento da pós-graduação e da pesquisa



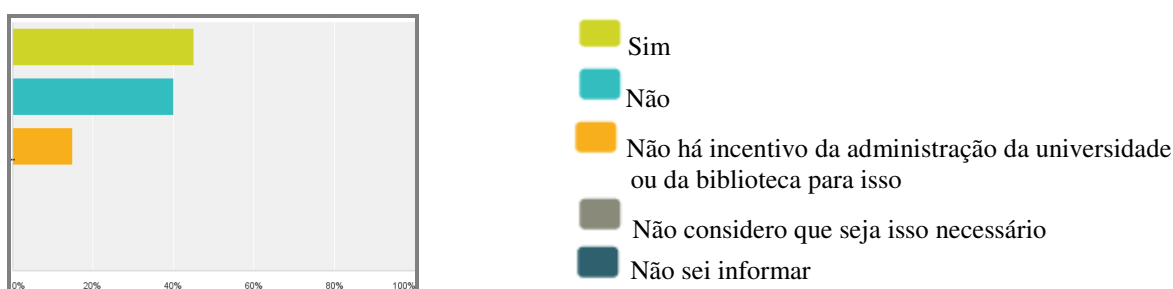
Acerca dos cursos atendidos pela biblioteca, a grande maioria dos entrevistados sabe identificá-los, indicando-os nos comentários da questão. Indagou-se, então, sobre a realização de estudos de usuários. A maior parte das respostas foi negativa: 45% responderam não haver registros destes estudos e 35% não souberam informar, por consequência, 80% das bibliotecas não planejam o atendimento conforme esse estudo, nem por usuários individuais, nem por usuários coletivos.

Gráfico 31 – Atendimento com base em estudos de usuários



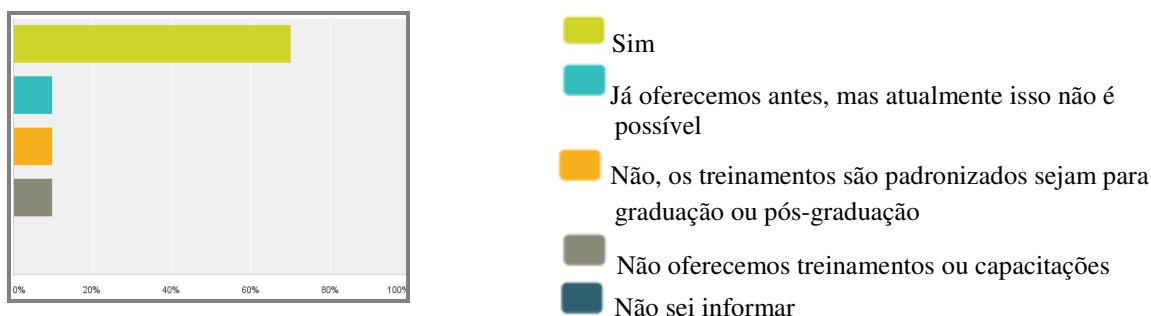
Ainda acerca do atendimento, perguntamos sobre o perfil do bibliotecário de referência. Conforme os dados, em 45% dos casos o bibliotecário é especializado na área de conhecimento que a biblioteca atende, seguidos de 40% das bibliotecas em que isso não ocorre.

Gráfico 32 – Especialização do bibliotecário de referência



Em 70% das bibliotecas há capacitação dos usuários de pós-graduação para uso das fontes de informação de suas áreas de interesse. 10% padronizam a capacitação oferecendo o mesmo curso para os diversos níveis de ensino. A mesma porcentagem de resposta foi para os que não oferecem capacitação e os que já ofereceram anteriormente não sendo possível na atualidade.

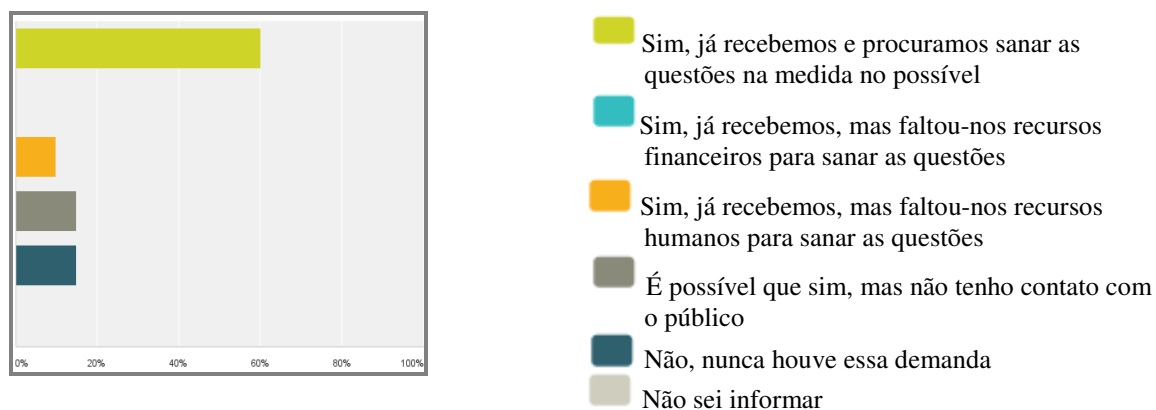
Gráfico 33 – Capacitação para identificar fontes de informação



No que diz respeito à comunicação entre biblioteca e seu escopo a maioria das bibliotecas, 90%, possui outros canais de comunicação com os usuários, além do contato presencial. Os mais frequentes são *e-mails* (94,1%), telefone (64,7%) e *Twitter* (35,2%). A partir daí, questionou-se quanto ao recebimento de queixas ou inadequação dos serviços e produtos vindos da pós-graduação e a pesquisa.

Em 60% dos casos já houve recebimento de críticas que procuraram, na medida do possível, sanar tais demandas, seguidos de 15% que afirmam que isso já pode ter ocorrido, mas não há certeza, porque o participante não tem contato com o público.

Gráfico 34 – Recebimento de queixas sobre os serviços e produtos da biblioteca

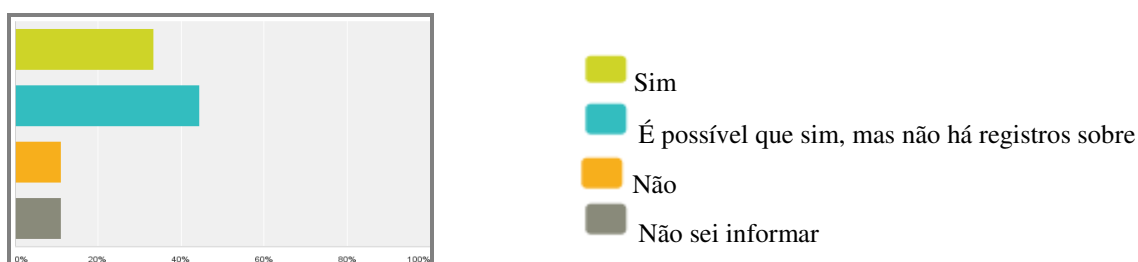


80% dos bibliotecários desconhecem os projetos de pesquisa desenvolvidos nos programas que elas atendem.

Perguntamos se a biblioteca conhece as ementas e programas das disciplinas ministradas nos programas de pós-graduação. 70% desconhecem essas informações. Aos que responderam afirmativamente questionamos se tal fato serve para elaborar estudos de

necessidades informacionais. Dentre os nove bibliotecários que responderam, 4 consideram que pode ser possível, mas não há registros, seguidos de 3 que responderam positivamente (dois não sabem informar).

Gráfico 35 – Estudos de necessidades de informação com base no conhecimento dos projetos de pesquisa, ementas e disciplinas



É comum que os grupos de pesquisa formados no âmbito dos programas de pós-graduação consigam, via projetos submetidos a agências de fomento à pesquisa científica, recursos financeiros para adquirir material bibliográfico de seus interesses. São formados, assim, os acervos departamentais relevantes para a pesquisa. Indagamos se a biblioteca contribuiu na identificação e organização desses acervos. 60% responderam negativamente, contudo acreditam que seria um bom meio para identificar necessidades informacionais e auxiliar o desenvolvimento das pesquisas, seguidos de 15% que responderam afirmativamente, ou os que já propuseram parceria nesse sentido, mas não obtiveram retorno.

Sobre o Portal de Periódicos Capes, procuramos saber se a biblioteca verifica, junto aos programas de pós-graduação, se há necessidade de incorporação de novos títulos de periódicos. 60% das bibliotecas não verificam, seguido de 20% que realiza esse levantamento.

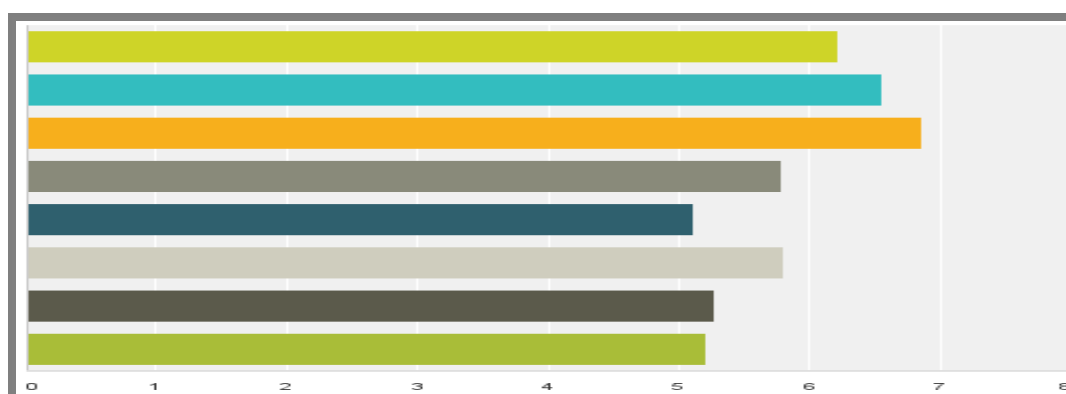
Dentre os que responderam sim, perguntamos qual a finalidade dessa informação, oferecendo opções de resposta e abrindo espaço para comentários. Somente 5 bibliotecários responderam e afirmaram que através desse levantamento analisam se os docentes e alunos sabem pesquisar no Portal ou para alertar à Capes acerca da possibilidade de suspensão de aquisição de periódicos por baixa utilização. Nos comentários recebemos a informação de que podem ser usados para auxiliar na indexação de temas específicos do processamento técnico, na seleção de aquisição de acervo bibliográfico ou implantação de novos serviços (Participante 14).

Pensando na biblioteca universitária como um todo, perguntamos se os serviços e produtos foram concebidos considerando a diversidade das necessidades informacionais da

comunidade acadêmica e contemplando as especificidades de cada grupo do tripé universitário (graduação, pós-graduação e extensão). 85% afirmam que os serviços e produtos atendem ao tripé universitário, seguidos de 15% que dizem priorizar o nível de ensino graduação. Nos comentários, alguns questionados informaram que o número reduzido de profissionais não permite o atendimento ideal às especificidades de cada grupo (Participante 10) e, em um caso específico, o acervo de obras raras, além de fonte de informação também tem função de bem cultural (Participante 6), provavelmente atendendo a comunidade externa ou aos que se interessarem.

Dispusemos algumas opções para que os bibliotecários pudessem escolher quais ações considerariam as mais relevantes para que a biblioteca exerça seu papel junto à pós-graduação, além de abrir-se espaço para comentários. Os participantes escolheram “Capacitação no uso de bases de dados diferentes áreas dos docentes” (6,85), “Atualização das novidades no acervo físico e digital sobre assuntos relacionados às pesquisas em andamento” (6,55) e “Auxílio na filtragem, organização e seleção de informações, dados, documentos das diferentes áreas dos docentes” (6,21), “Disponibilidade para acompanhar e adequar a prestação de serviços às necessidades dos programas de pós-graduação” (5,79). Nos comentários, sugeriram que a comunidade acadêmica deve ser incentivada a usar os acervos de obras raras (Participante 6).

Gráfico 36 – Ações da biblioteca para o atendimento da pós-graduação e da pesquisa



- Auxílio na filtragem, organização e seleção de informações, dados e documentos das áreas de interesse
- Atualização das novidades no acervo físico e digital sobre assuntos relacionados à pesquisa
- Constituição e manutenção de repositório institucional que forneçam visibilidade e acesso às pesquisas desenvolvidas na Universidade
- Disponibilidade para acompanhar e adequar a prestação de serviços às necessidades das linhas de pesquisa
- Disponibilidade para acompanhar e adequar a prestação de serviços às necessidades dos grupos de pesquisa
- Disponibilidade para acompanhar e adequar a prestação de serviços às necessidades do programa de pós-graduação
- Capacitação no uso de bases de dados de áreas de interesse
- Organização e manutenção de repositório institucional

Ainda sobre a contribuição da biblioteca no desenvolvimento da pesquisa, deixamos uma questão aberta para que os bibliotecários pudessem expressar sua opinião. Algumas pessoas repetiram opções da questão anterior, outras deixaram efetivamente sua contribuição. Destacamos: “**Disponibilizando acervos** condizentes com as linhas de pesquisa, oferecendo

orientações no uso de bases de dados, normalização de trabalhos acadêmicos e **levantamentos bibliográficos**” (Participante 18); “**Através de parcerias com os programas** para conhecimento das necessidades, apresentação de serviços e tomada de decisões” (Participante 16); “Mantendo-se **conectada aos programas de pós-graduação** e procurando atender as demandas apresentadas pelos mesmos” (Participante 14); “Acredito que a personalização dos serviços seja um bom caminho. **Tratar graduação, extensão e pós da mesma forma não funciona bem**” (Participante 12).

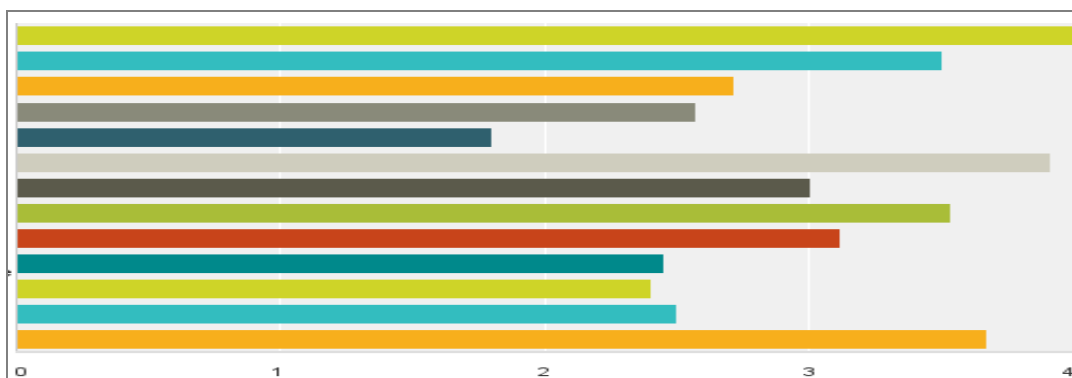
Perguntamos se os participantes sabem da existência de uma política pública voltada às bibliotecas universitárias. Tínhamos a hipótese de que a maioria das respostas seria negativa, devido ao fosso histórico na literatura sobre o assunto e pelos atuais currículos da Biblioteconomia não abordarem a sua história e conceitos (SILVA, 2009a; SILVA, 2009b). Nossa hipótese foi confirmada e 47,3% não sabem informar, seguidos de 31,5% que não existe.

Dentre os 21% que afirmam conhecer, mencionaram o Projeto Biblos, realizado na década de 1980/1990 para aquisição de acervo de livros para as bibliotecas universitárias, a implantação do Catálogo Coletivo Nacional (CCN) e o Programa de Comutação Bibliográfica (Comut) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o Portal de Periódicos Capes, os repositórios institucionais (Bibliotecário 14) e o PNBu (Bibliotecário 5).

Perguntou-se, ainda, se os bibliotecários acreditam que o Estado deva estruturar uma política específica para as bibliotecas universitárias. 84,2% afirmam que sim, seguidos de 15,7% que não têm opinião sobre. Portanto, confirma-se a importância de se conceber uma política pública na área sob o ponto de vista dos bibliotecários universitários mineiros.

Acerca da possibilidade de criação dessa política, perguntamos sobre os grupos e entidades que dela poderiam participar. Os mais votados foram a Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO) que recebeu média de 4,0, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com 3,91, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) com 3,67 e a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) com 3,53.

Gráfico 37 – Possíveis grupos/instituições participantes da avaliação das bibliotecas



- Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO)
- Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN)
- Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB)
- Associações, Sociedades e Entidades de Pesquisa e Pós-graduação
- Associações da classe bibliotecária
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
- Conselhos de classe dos bibliotecários
- Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU)
- Federação Bras. de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB)
- Grupos de pesquisa acadêmicos que estudem a biblioteca universitária
- Representantes dos Cursos/Escolas de Biblioteconomia
- Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SEsu/MEC)
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Pensando na concepção de uma agenda para bibliotecas universitárias, à luz da pós-graduação e pesquisa, questionamos aos bibliotecários que temas deveriam fazer parte dela ou serem revistos. As respostas ficaram bem distribuídas entre as opções. Os cinco assuntos mais apontados foram “Políticas administrativas, biblioteconômicas e jurídicas” com média de 8,0 “Acesso aberto às publicações científicas” 7,63, “Acessibilidade física nas bibliotecas” 7,4, “Competência informacional de docentes e alunos” 7,33 e “Direitos autorais” 7,25. Já os assuntos considerados menos importantes foram “Preservação e conservação do acervo (físico e eletrônico)” com 2,25, “Repositórios institucionais (planejamento, implementação e manutenção)” com 3,00, “Noções de políticas públicas” com 3,61, “Tecnologias da informação e comunicação” com 3,71 e, empatados com a mesma média de 4,0, “Instrumentos usados na organização e representação do conhecimento”, “Planejamento, organização e administração de bibliotecas” e “Redes de informação”.

Tabela 04 – Temas da agenda para bibliotecas universitárias¹

TEMA	PONTUAÇÃO OBTIDA
Políticas administrativas, biblioteconômicas e jurídicas	8,00
Acesso aberto às publicações científicas	7,63
Acessibilidade física nas bibliotecas	7,40
Competência informacional de docentes e alunos	7,33
Direitos autorais	7,25
Disseminação seletiva da informação	6,88
Acervos digitais e eletrônicos	6,56
Formação e desenvolvimento de coleções	6,15
Diversidade cultural	6,00
Gestão e administração de unidades de informação	5,86
Papel da biblioteca no atendimento à pós-graduação e a pesquisa	5,31
Especialização dos recursos humanos para o atendimento	5,22
Educação a distância	5,00
Papel da universidade na geração de conhecimento	4,83
Estrutura tecnológica das bibliotecas	4,67
Estrutura física das bibliotecas	4,17
Instrumentos usados na organização e representação do conhecimento	4,00
Planejamento, organização e administração de bibliotecas	4,00
Redes de informação	4,00
Tecnologias da informação e comunicação	3,71
Noções de políticas públicas	3,61
Repositórios institucionais (planejamento, implementação e manutenção)	3,00
Preservação e conservação do acervo (físico e eletrônico)	2,25

Fonte: Própria

Abrimos espaço para comentários acerca do questionário e/ou tema de pesquisa e recebemos, apenas, os seguintes: “Muito interessante!” (Participante 14); “Muito Bom. Questionamentos importantes para o atendimento aos programas de pós-graduação e pesquisa.” (Participante 13); “Questionário muito extenso. As perguntas devem ser melhores formuladas para direcionar melhor o assunto e poupar o tempo de quem responde.” (Participante 8) ; “O tema ficou muito abrangente. Qual o objetivo principal da política para bibliotecas universitárias. Esse é um leque grande, precisaria de um recorte mais específico.” (Participante 6)

¹ Optou-se fazer uma tabela com as indicações dos temas mais escolhidos devido o gráfico gerado pelo *SurveyMonkey* ter ficado muito extenso e ilegível. Apresentaremos por ordem decrescente de pontuação.

6.3 ANÁLISE CONJUNTA DOS DADOS EMPÍRICOS

Descritos os dados de cada grupo, apresenta-se uma análise conjunta que permite comparar e identificar questões em comum. Tem-se em vista identificar os obstáculos e problemas no atendimento das bibliotecas universitárias à pesquisa e pós-graduação tanto decorrentes das transformações nos últimos anos, quanto da inexistência de políticas específicas para elas. Também se buscaram possíveis temáticas emergentes na pesquisa de campo, que complementam a revisão da literatura e o levantamento de dados já realizado.

Tabela 05 – Dados gerais do estudo investigativo

	ALUNOS	DOCENTES	BIBLIOTECÁRIOS
PORCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO	Estimativa 6.000 118 participantes - 1,96%	Estimativa 1381 113 participantes – 8,18%	Estimativa 22 participantes – 29%
ÁREAS E INSTITUIÇÕES QUE MAIS CONTRIBUÍRAM	Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Agrárias UFMG, UFLA e UFU	Ciências da Saúde (56,6%) UFMG, UFV e UFU	Biblioteca multidisciplinar ou central, de Ciências Exatas e Ciências Humanas UFJF, UFOP, UFVJM
DESEMPENHO DE FUNÇÃO		66,3% não é/não foi coordenador e/ou diretor de curso e/ou programa de pós-graduação	63,6% gestão/administração da biblioteca e processamento técnico, atendimento presencial 54,5% e virtual 22,7%.
TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA	62,7% responderam nos 10 dias iniciais do prazo para resposta. Tempo médio de resposta: entre 10 e 20 minutos	86,7% responderam nos 10 dias iniciais do prazo para resposta. Tempo médio de resposta: entre 10 e 20 minutos	63,6% responderam nos 10 dias iniciais do prazo para resposta. Tempo médio de resposta: entre 20 e 25 minutos

Fonte: Própria.

A análise por temática das questões gerou quatro tabelas comparativas entre os agentes sociais (apêndices J, K, L e M) que serviram de base para identificar temas correlacionados que se destacaram para uma releitura. Nesta, a ordem dos apêndices acabou se tornando secundária.

Papel da biblioteca para a pós-graduação (Apêndices L e M)

68,2% dos discentes e 71,1% dos docentes consideraram o atendimento de suas bibliotecas bom ou ótimo. O dado está fortemente relacionado com as possibilidades de

acesso à informação por via institucional, mesmo que se infira no conjunto das respostas que o papel da biblioteca ainda está aquém do desejado.

As fontes de informação disponíveis não são um entrave, mas sim a identificação de recursos (acesso). Estudantes e pesquisadores consideraram todas as fontes indicadas no questionário como relevantes para suas pesquisas (e ainda incluíram outras), destacando-se os periódicos, livros e bases de dados, cujo acesso se dá por meio da própria instituição. Os pesquisadores sabem disso e embora haja algumas queixas, especialmente dos docentes, relativas ao acesso a alguns títulos de periódicos e dos discentes em relação às bases de dados e às estatísticas de instituições públicas, ambos consideram-se satisfeitos com o acervo e atendimento da biblioteca.

Apesar da satisfação generalizada e com o fato de que as lacunas não chegam a constituir um obstáculo significativo à pesquisa, inesperadamente pesquisadores não consideram a biblioteca como o lugar para onde podem encaminhar suas demandas informacionais.

Alguns programas e pesquisadores contam com algum acervo próprio, conforme se pode inferir nos três questionários, mas isto não deveria substituir o papel da biblioteca. Para grande parte dos pesquisadores a biblioteca é um lugar onde se pode acessar um acervo dado, mas não se pode contar com serviços de identificação e aquisição de materiais que atendam aos rumos das pesquisas.

Docentes e discentes consideraram todas as opções de ação que propusemos para a biblioteca² como importantes, mas destacou-se como mais significativo o trabalho biblioteconômico de suporte. Entende-se este trabalho de suporte como as ações que agilizem e auxiliem à pesquisa, o que poderíamos chamar de uma “biblioteconomia para pesquisa”.

Com relação ao acervo, o rastreamento e localização de recursos é o que se destaca o que reforça a expectativa do trabalho biblioteconômico junto à pesquisa.

É bastante provável que a necessidade de ajuda na identificação e organização de informações para pesquisa se deva à sobrecarga de trabalho informacional que incide sobre pesquisador. As dificuldades para gerir estas informações e estarem atualizados com novos instrumentos e bases científicas fica evidente.

² As ações propostas foram: “Auxílio na filtragem, organização e seleção de informações, dados, documentos das minhas áreas de interesse”; “Atualização das novidades no acervo físico e digital sobre assuntos relacionados à minha pesquisa”; “Constituição e manutenção de repositório institucional [...]”; “Disponibilidade para acompanhar e adequar a prestação de serviços às necessidades das linhas de pesquisa que participo”; “Disponibilidade para acompanhar e adequar a prestação de serviços às necessidades dos grupos de pesquisa que participo”; “Disponibilidade para acompanhar e adequar a prestação de serviços às necessidades do meu programa de pós-graduação”; “capacitação no uso de bases de dados

O conhecimento do usuário de pós-graduação e pesquisa pela biblioteca (Apêndice K)

Os estudos de usuários são meios importantes para se obter informações que permitam conceber, com um mínimo de detalhes, o escopo da biblioteca, não devendo ser encarados como supérfluos ou secundários. São, ainda, um instrumento chave para conhecer a comunidade acadêmica (NASSER; DANTAS; AMARAL, 2008) e podem ser realizados considerando os usuários individualmente ou para grupos de usuários (área do conhecimento, cursos, linhas de pesquisa, grupos de pesquisa) permitindo traçar perfis que são fundamentais para a elaboração de quase todas as políticas da biblioteca. Cabe ressaltar que os usuários das bibliotecas que responderam aos questionários consideram, antes de tudo, seus programas como o usuário central da biblioteca, seguido de pesquisadores e estudantes de pós-graduação, entendidos individualmente.

Se os pesquisadores docentes e em formação não reconhecem o lugar para onde podem enviar demandas de recursos informacionais, a biblioteca também desconhece seus perfis e necessidades. Pudemos inferir que estas bibliotecas não conhecem seu usuário e quando buscam fazê-lo não fica claro para eles que se trata de identificar suas demandas informacionais. Os estudos de usuários e usos de informação mapeiam perfis de interesse, necessidades de informação (conteúdos, tipologias, autores, áreas) e usos da informação (como são utilizadas na pesquisa), mas parece que há uma desconexão entre o que os bibliotecários consideram serem perguntas para tal mapeamento e o que os pesquisadores consideram serem perguntas com esta finalidade.

O que impede que a biblioteca realize estes estudos e monitoramentos? Podemos elencar algumas hipóteses: talvez a biblioteca, por não realizar a identificação de seu escopo, não considere os pesquisadores como seus usuários; usuário é aquele que frequente a biblioteca (não a comunidade acadêmica); o pesquisador “não precisa” da biblioteca, ou os bibliotecários não têm meios (capacitação) ou recursos (quantitativo de pessoal) para realizá-los.

A agenda precisa incluir os meios, tanto em qualificação como em quantitativo de profissionais bibliotecários que permitam superar esta problemática lacuna de estudo de usuários.

Abriu-se espaço para justificativas ou comentários. As respostas indicaram que o atendimento é feito conforme as demandas presenciais ou virtuais, o quadro de pessoal é muito reduzido para realizar ações como esta, ou foi feito um estudo há mais de quatro anos. Araújo (2003) comenta, acerca da difusão informacional do conhecimento gerado em

instituições públicas, que realmente esse é um dos fatores que tem atrapalhado na propagação de informações. Observe-se que a justificativa do reduzido quadro de recursos humanos aponta a precariedade do trabalho técnico de tratamento documental, feito sem conhecer o usuário, sem estabelecer políticas norteadoras e articuladoras dos setores. O que, a nosso ver, é muito preocupante, pois o planejamento antecede a ação, o contrário é desastroso.

Quando se solicitou que os bibliotecários identificassem quem eram seus usuários de pesquisa e pós-graduação, as opções menos apontadas foram “grupos de pesquisa” e “linhas de pesquisa” e “programas de pós-graduação”. A identificação dos usuários como individuais (cada docente ou discente da pós-graduação), contrasta com a identificação do “programa” como principal usuário da biblioteca por parte dos estudantes. No caso dos docentes a identificação individual do pesquisador também foi a mais apontada, mas está imediatamente seguida do “programa” como usuário.

Mediação no âmbito da pesquisa (Apêndice K)

Observando os resultados do estudo investigativo de modo geral, dos três grupos de agentes participantes, ressalta-se que a opção “Não sei informar”, constante em todas as temáticas abordadas, aparece em percentuais consideráveis. Estudantes e docentes, em muitos casos, desconhecem os serviços, produtos e potencialidades da biblioteca universitária e os profissionais que atuam nesta desconhecem as necessidades informacionais dos outros grupos. São evidências de problemas de comunicação e interação entre as partes que deve afetar substancialmente o desempenho esperado da biblioteca universitária, comprometendo a produção e disseminação do conhecimento científico.

Certamente a falta de estudo de usuários está no cerne do problema da mediação, mas a inovação em termos de canais e modos de auxiliar aos usuários e mesmo de conhecer suas necessidades aparece como evidente no que diz respeito à pesquisa e à pós-graduação.

Discutir novos meios que fomentem a comunicação entre estes potenciais parceiros na coprodução de conhecimento científico, biblioteca e pesquisadores, aparecem como temas para uma agenda. Em nosso estudo, 90% das bibliotecas possuem canais de comunicação com os usuários além do contato presencial. Os meios existentes ainda não são adequadamente utilizados, ou talvez seja necessário pensar em novas maneiras e meios de comunicação entre bibliotecários e pesquisadores.

Os discentes sabem que podem ir à biblioteca, física ou virtualmente, para obter informações para suas pesquisas. Entretanto, a percepção patrimonialista da biblioteca

prevalece, do ponto de vista dos estudantes, à percepção de mediadora no acesso à informação.

Os docentes, ao contrário dos estudantes, atuam na universidade por um longo período de tempo. O fato de quase metade dos participantes desconhecer para onde deve encaminhar suas demandas pode indicar que os docentes não buscam auxílio para resolverem suas necessidades de informação. Sozinhos tentam localizar aquilo que precisam e quase metade disse não saber a quem encaminhar suas demandas de atendimento por fontes de informação. A questão da mediação no âmbito da pesquisa é um tema relevante da agenda e se articula com o próximo tema de releitura dos resultados, que é o entendimento das necessidades informacionais da pesquisa e pós-graduação.

Entendimento das necessidades da pesquisa e pós-graduação (Apêndice J)

Como organizadoras e disseminadoras de informação registrada, as bibliotecas têm potencialidade para participar ativamente da produção científica acadêmica em todas as suas etapas. Entretanto, o entendimento do processo de pesquisa, da comunicação científica, o papel das fontes e usos da informação são um dos primeiros passos na estruturação dos serviços. A pesquisa indicou, em vários momentos, senão um entendimento frágil do que seja o usuário pesquisador ao menos um tratamento genérico e indiferenciado de usuários.

Em relação aos anais de eventos, por exemplo, primeiro acesso registrado a resultados de pesquisa, apenas 18,1% dos bibliotecários indicaram manter tais acervos atualizados. O fato da biblioteca não monitorar os eventos relevantes para os programas de pós-graduação pode ser considerado como um indicativo da falta de entendimento sobre o papel deste tipo documental na pesquisa, do que são a própria pesquisa e a comunicação científica. Essa não compreensão também se confirma quando os bibliotecários apontaram que tais materiais não são objeto de aquisição solicitado pelos programas, indicando que a incorporação no acervo depende de demanda e um dos prováveis motivos porque isto não ocorre é que a maioria dos docentes e discentes não sabe a quem encaminhar suas demandas.

Tal desconhecimento não se trata apenas de um problema para as bibliotecas que estão apagadas no seu papel, mas de uma questão para a própria pesquisa, já que se pode inferir que docentes e estudantes consideram-se desassistidos e acabam assumindo a atividade de obtenção de informação como uma tarefa exclusivamente pessoal.

Apesar de a maioria das bibliotecas dispor de BDTD, sendo um meio de divulgação da produção científica institucional, é preocupante que haja um percentual de quase 30% das universidades mineiras não a tenham.

As bibliotecas universitárias pesquisadas têm pouca influência no desenvolvimento das coleções de periódicos oferecidos pelo portal CAPES, que são a principal fonte de pesquisa. Os critérios utilizados no desenvolvimento desta grande coleção (RODRIGUES, 2008) podem não contemplar pesquisas e programas específicos. Além disso, mesmo que a assinatura de um título de periódico possa apresentar uma relação custo/benefício desfavorável, isto não implica que não seja viável ou desejável, por exemplo, atender a necessidades pontuais na aquisição de alguns artigos que sejam fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas.

Assim, um maior envolvimento dos bibliotecários que atendem aos programas de pós-graduação com a identificação de recursos de periódicos relevantes para pesquisa e a discussão de meios que permitam maior precisão na seleção podem aperfeiçoar o uso destas importantes fontes.

O desconhecimento com relação às linhas de pesquisa e aos projetos em andamento podem implicar em um desenvolvimento de coleções que não supra às necessidades reais da pós-graduação. Além disso, a aquisição de coleções à parte pelas pós-graduações, sem identificação e tratamento por parte dos bibliotecários podem implicar em aquisições duplicadas e acesso restrito que poderia ser ampliado por um adequado serviço bibliotecário.

Os bibliotecários tem consciência que o modelo de tratamento igualitário para todos os alicerces do tripé universitário não seja o atendimento adequado e esperado pela comunidade acadêmica. A personalização, ainda que não seja viável a individualização, do atendimento é uma tendência e urgência crescente nos serviços e produtos que a biblioteca universitária se dispõe a oferecer. A biblioteca universitária tem que se reinventar para atender as demandas atuais de conhecimento, se valorizando enquanto unidade administrativa e contribuinte na produção de conhecimento (TARANGO; HERNÁNDEZ-OROZCO, 2009).

Há indicativos de que a formação e/ou atualização do bibliotecário para entender e poder trabalhar mais adequadamente no serviço a pós-graduação é um aspecto a ser discutido em uma agenda. Cursos de especialização ou mestrado podem contemplar atualizações nos estudos sobre os processos de pesquisa (e certamente outros que sirvam os dois outros alicerces do tripé universitário), já que a progressão por capacitação de servidores públicos federais em educação pode não estar fornecendo conhecimentos adequados ao trabalho biblioteconômico para pesquisa.

Repositórios institucionais (Apêndice J)

Outro ponto relevante é o repositório institucional. O registro do conhecimento científico produzido na universidade pública é um bem público que precisa ser socializado, além de ser base para a construção de novos conhecimentos. É também uma prestação de contas à sociedade que, via impostos, sustenta as organizações públicas, num processo cíclico que tem de ser alimentado. Na divulgação da pesquisa científica, a mediação de editoras comerciais nem sempre segue princípios sociais, incorporando-se aí noções capitalistas, com restrição ao conhecimento via acesso pago (MIGUÉIS, 2012).

A ideia de construção de repositórios institucionais é fruto do Movimento de Acesso Livre que opera com três princípios: o autoarquivamento, a revisão pelos pares e a interoperabilidade. O primeiro é um elemento de viabilidade que busca garantir os direitos do autor e inseri-lo na participação ativa de alimentação de uma base de dados institucional, o segundo objetiva assegurar a fidedignidade e qualidade dos conteúdos, conforme tradição da comunicação científica e o último se preocupa com a disseminação e compartilhamento das informações (SWAN, 2012).

No âmbito da pesquisa científica é válido não apenas o acesso a resultados, mas a visibilidade da produção dos programas. Os repositórios são bases de dados que disponibilizam a produção científica da instituição diretamente ao usuário, sem mediações. Além da possibilidade de todo o conhecimento ser gerado na íntegra, sem intervenções, o processo é mais rápido que o de publicações em veículos científicos tradicionais, como os periódicos, pois o próprio autor pode submeter o seu texto ao repositório, tendo sido avaliado, mas ainda não disponibilizado pela revista.

Weitzel (2006b, p. 62) aponta como uma de suas vantagens a visibilidade, pela não obrigatoriedade do intermediário na comunicação científica e para Miguéis et al (2012), os repositórios institucionais articulam-se ao movimento que visa a difusão da literatura científica preservando e maximizando o impacto das pesquisas.

A partir dos argumentos de Mágan Wals (2001), nesse movimento de acesso aberto ao conhecimento científico, as bibliotecas podem ser caracterizadas como “editoras” dos repositórios já que contribuem na reunião e organização das coleções.

Os repositórios podem ser compreendidos como uma coleção virtual que passa a compor, junto aos demais recursos, físicos ou eletrônicos, o acervo de uma biblioteca. Para estabelecimento e manutenção de acervos é preciso uma política de desenvolvimento de coleções (PDC). Em quase 70% não há PDC formalizada. Dos 27% que possuem metade

informa que a pós-graduação e a pesquisa são contempladas. Além da necessidade de se estabelecer políticas, é preciso observar que as mesmas devem considerar que as variações do tripé-universitário carregam em si demandas específicas que requerem atendimento diferenciado.

Mais de 75% dos docentes e alunos consideram o repositório institucional importante e acreditam serem os bibliotecários e/ou a biblioteca os profissionais e/ou setor mais adequado para gestão do mesmo. No âmbito das políticas públicas, tramita no Senado Federal o Projeto de Lei n.387 de 2011 que visa obrigar as universidades e centros de pesquisa a terem seus repositórios (ROLLEMBERG, 2011).

Como realidade atual nas universidades brasileiras, sua efetividade depende de algumas ações do Estado, em vista de constituir a obrigatoriedade de disponibilizar os resultados de pesquisa, em quaisquer meio, ressalvados os direitos autorais e de *copyright*, financiadas com recursos públicos e viabilizar o instrumental tecnológico para garantir interoperabilidade. Ou seja, é preciso que o Estado veja na pesquisa científica brasileira e nos seus resultados um objeto de políticas públicas, que incluam os repositórios.

Os estudantes, isoladamente, apresentam um frágil entendimento do que seja o repositório e seu papel. Além de fornecer visibilidade da produção individual, os repositórios permitiriam mapear e investigar o desenvolvimento da pesquisa em uma instituição, a trajetória de pesquisadores, o desenvolvimento de temas e seus relacionamentos por programas de pós-graduação, dentre outras possibilidades.

Contudo, a construção e gestão do repositório, como tarefa exclusiva da biblioteca, pode apresentar entraves. Aponta Henning (2013) que a interoperabilidade depende de uma articulação que deveria estar ao cargo de uma entidade central e que, além disso, os repositórios sem mandatórios de arquivamento por parte dos pesquisadores (política institucionalizada que os forcem a fazer o depósito) é pouco viável. Além disso, considera-se que o simples mandatório de autoarquivamento, sem uma infraestrutura que organize as entradas para futuras pesquisas, tenderia mais a uma justaposição de trabalhos ou metadados de trabalhos, com buscas restritas a palavras e nomes. A organização dos documentos no repositório é fundamental para possibilitar pesquisas sobre trajetória de programas ou linhas de pesquisa, possibilidades de relações entre programas, áreas mais produtivas na universidade, áreas que necessitam de estímulos, entre outros. Portanto, ele deve ser configurado, também, para gestão da pesquisa dentro da instituição.

Henning (2013) identifica um conjunto de obstáculos a superar. Além dos mandatórios, o Brasil tem uma lei de direito autoral pouco flexível, inclusive para cópias sem

fins lucrativos. Portanto, a temática do repositório associada aos direitos autorais é relevante, especialmente para as áreas de conhecimento onde as barreiras ao acesso estão solidamente fincadas em interesses econômicos das editoras.

Os docentes têm mais clareza da relevância do repositório institucional do que os estudantes. Para as bibliotecas universitárias, nas atuais condições, os repositórios não são apenas um projeto a se desenhar. Sem mandatório implica ou na responsabilização dos bibliotecários pela busca, identificação e depósito dos itens, uma tarefa de difícil execução, ou que eles efetivamente não existirão para além das intenções.

Para os bibliotecários, curiosamente, os repositórios estão entre os assuntos menos importantes para uma agenda e esse dado carece de investigação. Possivelmente isso agrega dificuldades na sua construção e gestão dentro das universidades federais. A concepção dos repositórios e o papel dos bibliotecários na sua gestão é uma temática importante para discutir modos de sua viabilização em formatos de efetivos repositórios “de” e “para” pesquisa.

Desenvolvimento de Coleções (Apêndice J)

Para a gestão e consonância das fontes de informação científica com a pós-graduação e a pesquisa, a existência e efetiva aplicação da Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) são primordiais. As coleções das bibliotecas universitárias devem ser constituídas para o atendimento das necessidades informacionais do ambiente acadêmico. Schwartz (2007) nos recorda que a mesma deve ser construída tendo em vista as metas da instituição, alinhada ao planejamento da universidade, incorporando as três esferas da universidade. A diversidade crescente de novos tipos documentais no âmbito acadêmico também implica na diversificação das coleções, seu acompanhamento e articulação.

O estudo de usuários e/ou de grupos de usuários (área do conhecimento, cursos, linhas de pesquisa, grupos de pesquisa) permite traçar perfis que são fundamentais para a elaboração de quase todas as políticas da biblioteca, incluindo-se aí a PDC (FIGUEIREDO, 1998; WEITZEL, 2006a). Certamente a falta destes estudos implica em um deficiente desenvolvimento das coleções, incluindo-se as necessárias da pesquisa.

Em 45% dos casos o bibliotecário é especializado na área de conhecimento que a biblioteca atende, ou seja, ele é capacitado e deve conhecer os principais conceitos e fontes de informação naquela área, seguidos de 40% das bibliotecas em que isso não ocorre. Com bibliotecários mais especializados e capacitados ao diálogo com as áreas em que atuam o

atendimento à pesquisa poderia receber resultados positivos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011).

70% dos alunos e docentes nunca participaram de um estudo de usuários e os bibliotecários confirmam essa preocupante realidade. Curioso que o mesmo percentual destes afirma oferecer treinamento próprio à pós-graduação, ou seja, os bibliotecários supõem quais sejam as fontes que docentes e alunos dos programas de pós-graduação necessitem. É possível que suas inferências sejam razoáveis em muitos casos, entretanto seria mais adequado procurar saber dos próprios usuários quais realmente são as suas demandas informacionais. Há uma grande demanda por personalização do atendimento, há de se estar atentos a esse contexto.

Os discentes precisam saber que a biblioteca pode receber e procurar adquirir os recursos necessários. Eles sabem que podem ir à biblioteca, física ou virtualmente, para obter informações para suas pesquisas. Entretanto, parecem considerar que a formação do acervo é algo sobre o que ele não tem a menor possibilidade de ingerência.

Os periódicos científicos foram apontados como tipo documental mais relevante para a pesquisa e grande parte das revistas de interesse dos pesquisadores são aquelas obtidas por assinatura institucional, disponibilizadas pelo Portal de Periódicos da Capes. A comunidade bibliotecária tem pouca influência na gestão dessa base de dados e na incorporação de novos títulos ou retiradas dos menos utilizados.

Se as PDC estão em desenvolvimento, sem considerar quem usa as coleções e suas prioridades, elas correm o risco de serem concebidas a partir de suposições que os bibliotecários têm acerca do seu escopo, que nem sempre dizem respeito à realidade. Procedendo assim, a biblioteca está se desenvolvendo para si mesma, com base em seus pressupostos e não no seu contexto. Seria como se ela ainda estivesse seguindo as diretrizes do PNBUE e sua situação ainda fosse a dos anos de 1980.

Capacitação de usuários e auxílio na identificação de fontes (Apêndice K)

É preocupante que boa parte das bibliotecas capacite da mesma forma graduação e pós-graduação. As demandas por informação não são as mesmas, as necessidades são diferentes. Os problemas decorrentes desta padronização apontam para uma possível inclusão do tema formação do bibliotecário para atender pós-graduação e pesquisa na agenda. Além disso, há de se ter em conta que a demanda vai além da capacitação. Porque o auxílio, mesmo

ao que sabe manejar os instrumentos de uma base de dados, apareceu como demanda tanto discente como docente.

Vimos que para os participantes há lacunas no acesso às fontes de informação que lhes interessa e, no que tange ao atendimento oferecido pela biblioteca, a maioria dos estudantes e docentes considerou como bom ou ótimo. Parece haver uma internalização de que a busca de fontes de informação e sua gestão é de sua responsabilidade exclusiva, ou quase. Curiosamente, as atividades de busca e gerenciamento colocam-se, nas perguntas posteriores, como um problema a ser resolvido (demanda por ajuda). É possível que os modos de acesso remoto direto tenham fornecido ao pesquisador maior autonomia de buscas, mas seria prudente indagar o que esta autonomia acarreta (quicá estar desassistido e perdido perante tantas opções de informação e até que ponto isto não tem implicado num apagamento da biblioteca relativamente à pesquisa e a pós-graduação).

Também é possível haver uma concepção dos bibliotecários de que não é necessário auxiliar aos pesquisadores, cabendo a eles, especialmente com os atuais meios de acesso, buscarem e organizarem de modo próprio seus acervos. Neste caso o bibliotecário não se coloca como mediador, mas considera que os instrumentos é que devem cumprir este papel. Outro possível problema é o entendimento de circunscrição do trabalho biblioteconômico: o que está fora da biblioteca não é da alçada do bibliotecário.

A falta de recursos humanos é uma questão que muito afeta o planejamento e ações que visem conhecer o escopo da biblioteca. Certamente a falta de recursos é um problema. Entretanto, é preciso estabelecer o que não funciona, o que deveria ser modificado, quais as necessidades para atender a estas mudanças. Os recursos necessários decorrem deste estabelecimento. E se não há instrumentos para identificação de fontes de informação necessárias, não adianta ter recursos para adquiri-las.

Quando questionamos aos bibliotecários acerca do conhecimento da biblioteca para com seu público alvo, as opções “grupos de pesquisa” e “linhas de pesquisa” receberam porcentagens muito baixas. Esse dado demonstra que há outros tipos de usuários que são alvo em potencial para atuação da biblioteca com relação à pós-graduação, mas ela desconhece ou não os reconhece como tal.

É bastante provável que a demanda por ajuda na identificação e organização de informações para pesquisa se deva à sobrecarga informacional que incide sobre o pesquisador, conforme já identificado por Schwartz (2009). As dificuldades para gerir estas informações e estarem atualizados com novos instrumentos e bases científicas fica evidente.

Demanda por política e avaliação específicas (Apêndice M)

A última parte do estudo nos informa que os participantes enxergam que a biblioteca universitária carece de aprimorar sua ação junto aos seus principais interessados e que há instituições potencialmente capacitadas para ajudar na construção de instrumentos avaliativos específicos e que, portanto, podem participar da constituição da agenda e de políticas públicas, operando como agentes de pressão (Gráficos 12, 24 e 39). Há, portanto, uma demanda por mudanças que adequem as bibliotecas à atualidade dos procedimentos da pesquisa e da pós-graduação.

A adequação da biblioteca às necessidades de pesquisa poderia ser objeto de avaliação, o que certamente pressupõe o estabelecimento de parâmetros desejáveis, já que a grande maioria considerou que ela precisa sofrer uma avaliação específica, confirmada pela visão dos bibliotecários. Acreditamos que a verdadeira contribuição da biblioteca universitária esteja apagada com a incidência apenas quantitativa na avaliação nos cursos de graduação (BAPTISTA; RUEDA; SANTOS, 2008). Um instrumento de avaliação incluiria as demandas da pesquisa e seria apropriado para indicar pontos carentes, além de apontar o comprometimento do Estado com o bom funcionamento das bibliotecas universitárias federais.

Sobre a indicação de instituições que contribuiriam para a composição desse instrumento avaliativo, a distribuição das respostas de docentes e discentes indica que todas as possíveis instituições listadas foram consideradas importantes. É interessante, porque o dado sugere que os participantes acreditam que tal instrumento deve ser construído coletivamente, a fim de contemplar aspectos variados das funções da biblioteca, a partir do tripé universitário. As entidades mencionadas remetem a interesses da graduação, da pós-graduação (do Estado e das sociedades científicas e locais) e entidades representativas dos bibliotecários. A CAPES se destaca nos três grupos pesquisados, já que, conforme visão desses é a instituição mais apontada para participar e fornecer critérios avaliativos no que tange à pesquisa científica.

Os bibliotecários não enxergam a CBBU, entidade específica para bibliotecas universitárias criada no período de criação e implantação do PNBUS, como sua principal representante. Os próprios conselhos de classe (CRBs e CFB) sequer foram citados.

A entidade que regula a pós-graduação brasileira veio em primeiro lugar e a nova associação para profissionais da informação, ABRAINFO, criada em 2012, na cidade de São Paulo, por bibliotecários brasileiros de relevante atuação e produção científica na área, cujo objetivo é unir as áreas afins de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, e ganhar força

representativa social (ASSOCIAÇÃO..., 2013) veio logo após. Isto sugere que a classe bibliotecária não enxerga em instituições tradicionais da área a possibilidade de sua representação e de resposta para as exigências profissionais e científicas do contexto atual. Apesar da modesta participação dos bibliotecários na pesquisa, 22, a pontuação de novas entidades talvez expresse um desejo por transformação da representatividade biblioteconômica e a percepção que a biblioteca universitária precisa ser revista.

7 PROPOSTAS PARA UMA AGENDA PÚBLICA DE DISCUSSÕES

O fato de 84,2% dos bibliotecários considerarem a necessidade de criação de uma política específica para biblioteca é um dado importante e indicativo de carência, de necessidade de repensar a biblioteca universitária. Uma política pública só poderá ser eficaz se os interessados mais diretos participarem e estiverem dispostos a discutir pelo que querem (SUBIRATS, 2008; KINDOWN, 2011; DIAS; MATOS, 2012).

Acreditamos que, apesar da maioria ter se manifestado positivamente, seja preocupante o percentual dos que não têm opinião. A consciência política é de suma importância nos agentes sociais que diretamente se beneficiam ou se interessam pela composição da agenda de uma política pública. A participação dos grupos de pressão é importante na composição da agenda (SUBIRATS, 2008; KINGDON, 2011), o contexto de criação do PNBu nos mostra isso (CHASTINET, 1990).

O melhor atendimento possível é o que qualquer usuário de uma determinada prestação de serviços deseja. As opções marcadas pelos alunos e docentes foram as mesmas, mas notamos que os primeiros apontam a preocupação com a coletividade, com o programa de pós-graduação e os segundos desejam atendimento específico para cada aluno e pesquisador, denotando a individualidade. Ambos os grupos desejam que a biblioteca extrapole seus limites de acervo e ajude-os a encontrar informações, conforme a tendência para estas bibliotecas identificadas na revisão do estado da arte (DRABENSTOTT; BURMAN, 1997; MÁGAN WALS, 2004; VARELA et al, 2012).

A temática para agenda de discussão das bibliotecas universitárias federais é o nosso objetivo principal nessa pesquisa. A necessidade de se ter políticas norteadoras do agir biblioteconômico foi a opção mais escolhida. Contudo, a efetivação de uma política pública não prescinde da participação dos que dela se interessem. Entretanto, nem sempre os interessados convergem nas suas propostas.

A contribuição dos bibliotecários nos surpreendeu ao apontarem os repositórios e a preservação digital como menos importantes. Contraditoriamente, um dos temas mais indicados foram o acesso aberto às publicações científicas. Como garantir a acessibilidade sem se preocupar com curadoria digital?

Bibliotecas universitárias devem, enquanto componentes e participantes da esfera pública, ser espaços comuns do conhecimento, espaços públicos de comunicação da instituição para com a sociedade, tendo potencialidade para participar ativamente da produção científica acadêmica em todas as suas etapas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011). Aliando os

instrumentos de organização do conhecimento com as novas tecnologias de informação e comunicação, é possível construir os espaços comuns de conhecimento e difusão informacional (SANTOS, 2012).

As construções de políticas de informação que fomentem a visibilidade e o acesso ao conhecimento científico devem caminhar no sentido de criar espaços comuns do conhecimento e de favorecer o desenvolvimento de novas pesquisas que justifiquem os investimentos nos programas de pós-graduação e de seus setores viabilizadores e coparticipantes (incluindo aqui a biblioteca). Sem contribuir ao acesso do conhecimento a biblioteca universitária não tem por que existir (SANTANA et al, 2012; DIAS; SILVA; CERVANTES, 2013).

Se observarmos a insuficiência atual das bibliotecas universitárias federais no atendimento à pesquisa, é possível caracterizar a situação como um problema público. Subirats (2008) e Kingdon (2011) indicam as características: importância, visibilidade, quantidade, coletividade para caracterizar um problema social, entendido como um problema público se afeta uma parcela significativa da população.

As atuais carências de ação da biblioteca universitária afetam a comunidade acadêmica, a princípio apenas um reduzido grupo da sociedade. Mas seus problemas ganham relevância social, pois suas ações implicam na formação intelectual de muitos outros: os pesquisadores acadêmicos que geram conhecimento científico.

O conhecimento produzido nas universidades públicas é um bem público que proporciona externalidades positivas, sendo não-rival e não excludente, e que as bibliotecas universitárias têm papel de destaque no acesso a tais registros. Logo, se através de nossa pesquisa identificamos que há uma disparidade entre a real ação da biblioteca e as demandas/expectativas dos agentes produtores de conhecimento, apontamos um dado que justifica e problematiza a situação atual das bibliotecas universitárias como problema público que precisa de ações planejadas do Estado.

A partir da reflexão da biblioteca universitária e de sua caracterização enquanto problema público nota-se que muitas são as relações entre os mais distintos tipo de políticas públicas. As políticas de desenvolvimento econômico e social necessitam estar articuladas com as de ciência e tecnologia e estas com as de informação para C&T. Nesta última, há de considerar as políticas para bibliotecas universitárias federais. O encadeamento das políticas, além de lógico, também está relacionado à soluções comuns para problemas distintos. Conforme visto em Subirats (2008), quando as políticas públicas são pensadas de modo articulado, um mesmo procedimento pode ser adotado para dirimir questões diversas.

Para composição da agenda há se estabelecer algumas identificações:

- Os envolvidos na delimitação das temáticas: além do mapeamento realizado na revisão da literatura, temos as indicações dos que responderam ao questionário e inclui instituições que consideram adequadas para pensar o perfil e a avaliação das bibliotecas a eles próprios, por definição, já que não seriam alvo desta pesquisa sem que se fosse pressuposto sua necessária participação. Portanto, os temas aqui elencados abrem a agenda, mas não a fecha em temas e participantes, nem para o âmbito da pesquisa e da pós-graduação. O desenrolar das discussões em uma agenda pressupõe a inclusão destes interessados.

- O alvo da solução: no caso específico desta dissertação, as bibliotecas universitárias federais, especialmente no que tange aos recursos e meios para atenderem à pesquisa e pós-graduação. Há outros aspectos que não foram contemplados neste estudo (graduação, extensão, bibliotecas em instituições privadas de ensino superior) por não serem parte de nosso objetivo;

- A proporção e consequência do problema: primeiro, identificou-se que não há diretrizes específicas para as bibliotecas universitárias; segundo, a tendência de uma alta especialização das universidades federais no ensino de pós-graduação e na pesquisa implicou numa deficiência no atendimento específico às suas demandas informacionais. A consequência são entraves na produção de conhecimento em ciência e tecnologia e, conseqüentemente, no desenvolvimento da própria economia;

- Dados: há informações suficientes sobre a concentração da pesquisa e pós-graduação em universidades públicas e os resultados de nossa pesquisa de campo forneceram a opinião de interessados diretos na informação científica constituindo subsídio para contextualizar o problema.

- Dificuldades: atualmente temos a prática de que as bibliotecas e bibliotecários destas instituições não constituem diferenciais para atendimento a pós-graduação e a pesquisa. Isto aparece não só nas práticas, mas no pouco interesse por parte dos pesquisadores nas bibliotecas, que também internalizaram as atividades de busca, identificação e organização da informação como tarefas suas.

A formação de temas para uma agenda para as bibliotecas universitárias é a intenção primária desta pesquisa. Procuramos verificar sob ótica de alguns grupos envolvidos quais seriam as principais demandas das bibliotecas na atualidade, seguindo o que preza a literatura acerca de formação de agenda (DIAS; MATOS, 2012; KINGDON, 2011; SUBIRATS, 2008). Analisando os resultados do estudo investigativo, somados às nossas percepções acerca da

literatura biblioteconômica, pretendemos expor possíveis temáticas para composição desta agenda.

O estudo investigativo indica que a biblioteca universitária precisa ser problematizada e discutida no âmbito das políticas públicas e que há um fosso entre suas ações e as necessidades dos usuários da pós-graduação. Esse é o argumento crucial que a caracteriza como problema público na esfera da educação superior brasileira. A biblioteca urge por diretrizes para seu funcionamento, diretrizes públicas e não iniciativas fragmentadas e variantes conforme a instituição. Da mesma forma que as universidades seguem instruções específicas de órgãos reguladores do ensino superior, suas bibliotecas também precisam tê-las. Assim como o PNBUC procurou suprir demandas do contexto educacional da década de 1980/1990 (biblioteca em si mesma), há que se responder ao contexto atual (o relacionamento biblioteca- necessidades de informação dos usuários).

A formação dos temas da agenda para as bibliotecas universitárias com relação à pós-graduação e pesquisa precisa estar voltada a finalidade que inicialmente defendemos: a contribuição da biblioteca na produção de conhecimento científico.

Para iniciar uma possível composição para a agenda, extraímos da literatura da área e do estudo investigativo quais seriam os temas principais e a seguir agrupamos nestes outras temáticas relacionadas:

Quadro 03 – Identificação dos temas: correspondência na literatura e no estudo investigativo

TEMAS	SUB-TEMAS	FONTE
Atendimento	Auxílio na identificação de novidades informacionais nas áreas de interesse dos usuários	Schwartz (2007) + Estudo investigativo
	Conhecimento das pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação	Schwartz (2007) Nasser, Dantas e Amaral (2008) + Estudo investigativo
	Criação e manutenção de formas de diálogo entre os bibliotecários e usuários	Estudo investigativo
	Identificação de quem sejam os usuários da biblioteca	Schwartz (2007) Nasser, Dantas e Amaral (2008) + Estudo investigativo
	Personalização no atendimento conforme os grupos de usuários e suas necessidades de informação: alunos, docentes, linhas de pesquisa, grupos de pesquisa e projetos de pesquisa	Schwartz (2007) + Estudo investigativo
Comunicação	Divulgação científica (meios e importância dos agentes)	Araújo (2003) ; Domínguez-Aroca (2005) ; Carvalho (2004); González de Gómez (2011) ;

científica	► socialização do conhecimento	Santos (2012) + Estudo investigativo
Cooperação	Cooperação entre docentes, alunos e bibliotecários	Domínguez-Aroca (2005) ; Schwartz (2007) ; Gaspar e Wetzel (2009) ; Tarango e Hernández-Orozco (2009)
Educação de usuários e bibliotecários	Competência informacional (usuários e bibliotecários)	Anzolin e Corrêa (2008a) ; Silva, Silva e Guerrero (2008) ; Gómez-Hernandez (2010, 2013)
Fontes do conhecimento científico	Assinatura e manutenção de fontes de informação pagas que sejam do interesse do escopo da biblioteca	Estudo investigativo
	Composição de acervo físico e eletrônico adequado às demandas informacionais	
	Discussão sobre os papéis do pesquisador e do bibliotecário no que se refere à identificação, acesso e manutenção de fontes de informação	
	Gestão e organização do repositório institucional	
Planejamento	Adequação do quantitativo e da qualificação de bibliotecários para atender à pós-graduação e pesquisa	Lubisco (2009) ; Silva (2009a) ; Silva (2009b); Busquet (2012) + Estudo investigativo
	Divulgação de fontes de informação da área do conhecimento dos pesquisadores	Schwartz (2007)
	Estudos de usuários para conhecimento do escopo da biblioteca e suas necessidades de informação	Schwartz (2007) Nasser, Dantas e Amaral (2008)
	Identificação de possíveis entraves para realização de estudos de usuários	Estudo investigativo
	Planejamento de produtos e serviços com especificidades para a pós-graduação	
Política pública	Avaliação específica para a biblioteca universitária	Brasil (1986a; 1986b); Baptista, Rueda e Santos (2008) ; Lubisco (2009) ; Silva (2009a) ; Silva (2009b) + Estudo investigativo
	Participação da biblioteca universitária nas políticas públicas de informação	Brasil (1986a; 1986b) ; Carvalho (2006); Silva (2009a) ; Silva (2009b) ; González de Gómez (2011) ; Santana et al (2012) ; Dias, Silva e Cervantes (2013)
Tecnologias de informação e comunicação	Uso das tecnologias de informação e comunicação na comunicação científica	Domínguez-Aroca (2005)

Fonte: Própria.

A ligação entre os temas e categorias torna complexo o mapeamento de possíveis entraves ou problemas que sejam relativos a cada um. Entendemos que os problemas encontrados possuem algum tipo de relação com todos os temas. Dada a amplitude que podemos identificar, elaborou-se um quadro síntese com sete grandes categorias que procuram contemplar estas temáticas sob o ponto de vista de ações possíveis e meios ou instrumentos para viabilizar estas ações.

Uma vez que a agenda só tem concreta efetivação com a participação de diversos agentes, muitos deles aqui mapeados, o quadro pretende apenas realizar a abertura para discussões, com base nos resultados de nossa pesquisa.

Quadro 04 – Ações e meios para uma discussão

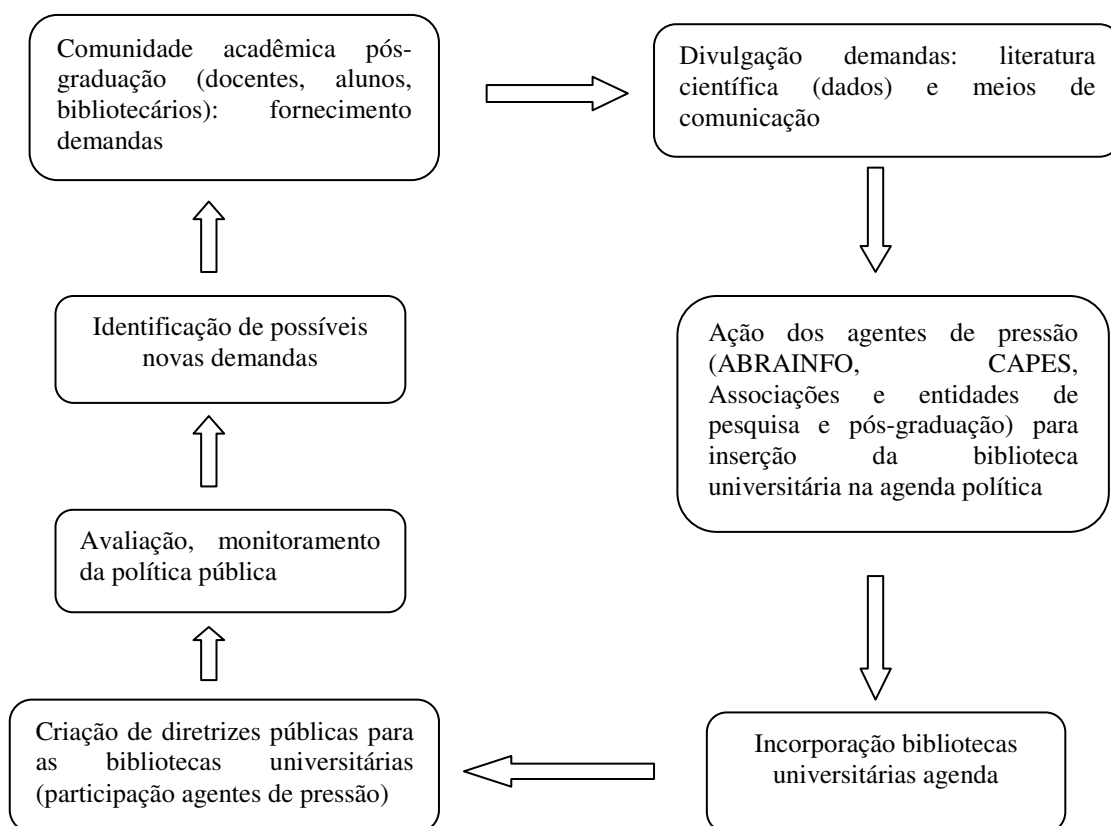
AÇÕES POSSÍVEIS	MEIOS
CAPACITAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS	Curso de capacitação específica para uma biblioteconomia para pesquisa e pós-graduação
	Cursos de capacitação e metodologias específicas para estudos de usuários
	Produção de material didático com metodologias de estudos de usuários
	Curso de metodologia de desenvolvimento de coleções para pós-graduação e pesquisa
	Curso de capacitação para uso de novas ferramentas de comunicação e adequação ao ambiente da pesquisa e pós-graduação
	Constituição de meios mais adequados e eficazes de incentivo à qualificação de bibliotecários, que contemplem diretamente ao atendimento da pesquisa (não se ignora a necessidade de outras modalidades de qualificação, estando-se aqui apenas focalizando o objeto desta pesquisa)
INFRAESTRUTURA PARA CONSTRUÇÃO DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS ACADÊMICOS	Constituição de comissão para identificação das necessidades estruturais para construção de repositórios acadêmicos
	Levantamento dos estudos sobre repositórios no Brasil e no exterior
	Estabelecimento de entidade central que forneça os meios de operação e interoperabilidade entre repositórios acadêmicos
	Constituição de comissão para elaborar os critérios
	Levantamento das necessidades diferenciais do tripé acadêmico a serem

ELABORAÇÃO DE CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECAS ACADÊMICAS	contemplados no exame da comissão
	Elaboração de parâmetros gerais e básicos de atendimento para cada alicerce do tripé acadêmico para submissão ao aval dos grupos e instituições direta e indiretamente interessados
	Levantamento do quantitativo de recursos humanos necessários, incluindo a necessidade de bibliotecários que auxiliem na identificação e recuperação de fontes, para além do acervo da biblioteca e facilitem a comunicação científica
	Construção do instrumento e da metodologia para sua revisão periódica
ACERVO: DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES PARA PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	Criação de repositórios institucionais acadêmicos, geridos pelas bibliotecas
	Inclusão de critérios de verificação e seleção de periódicos para base CAPES segundo necessidades locais dos programas de pós-graduação
	Inclusão de identificação e tratamento de acervos de programas de pós-graduação não inseridos nas bibliotecas
PLANEJAMENTO DE SERVIÇOS	Planejamento de serviços de auxílio na identificação e recuperação de fontes de informação
	Planejamento de serviços específicos que atendam às linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, com base nas suas ementas e ementas de suas disciplinas
	Serviço de divulgação específico para pós-graduação e a pesquisa
CAPACITAÇÃO DE USUÁRIOS	Capacitação diferenciada de usuários no uso de bases com recursos de informação para pesquisa
REGISTRO DE POLÍTICAS DA BIBLIOTECA E MEIOS DE QUANTIFICAÇÃO DE SEUS EFEITOS	Elaborar critérios para formulação das políticas das bibliotecas universitárias públicas e meios de quantificação e avaliação de seus resultados, que contemplem, mas possa ir além (com parâmetros locais) dos critérios estabelecidos por um instrumento específico para avaliação de bibliotecas acadêmicas.

Fonte: Própria.

Nessa perspectiva de abertura de caminhos de discussão, retomaremos aqui o ciclo das políticas públicas ampliando-o, adequando-o ao contexto da Biblioteconomia universitária e inferindo algumas possibilidades:

Figura 04 – Proposta de adequação do ciclo das políticas públicas ao contexto das bibliotecas universitárias federais



O desenho da agenda para que se estabeleça uma possível política para estas bibliotecas deve ter em conta critérios de avaliação da mesma, que muito provavelmente incidiria sobre a biblioteca. Não é objetivo desta pesquisa, mas é um ponto a ser trabalhado quando se pensa em políticas públicas e que faltou ao projeto do PNB. Os próprios agentes que foram mapeados poderiam contribuir com essa avaliação e um dos grupos que foram investigados se incluiu (Gráfico 12 e 24).

Tanto o levantamento de demandas na literatura quanto as percepções do estudo investigativo deixou de abordar um aspecto importante para a agenda: não há queixas de falta de recursos financeiros para sanar problemas decorrentes de demandas da pós-graduação. Seria muito difícil que os recursos estatais disponíveis a educação superior fossem suficientes para atender todas as demandas do setor. Por isso, é primordial criar meios de mapeamento de necessidades e critérios de priorização.

8 CONCLUSÃO

O apontamento de temas relevantes a uma agenda de discussões pública em vista de uma política estatal às bibliotecas universitárias, no âmbito da pesquisa e da pós-graduação, concerne em apontar o estado atual dessas bibliotecas como um problema social que se caracteriza como um problema público e sua inclusão na agenda política. Os dados obtidos na literatura e na pesquisa de campo iniciam, mas não concluem, o que os teóricos chamam de maturação do problema.

Para além dos temas, identificaram-se agentes sociais (individuais e, especialmente, institucionais) cujo envolvimento também depende deste processo de maturação. Esta pesquisa partiu da identificação de três grupos fundamentais de interessados, já que são os ligados mais imediatamente ao problema e que apontaram, em suas perspectivas, outros importantes participantes potenciais neste processo. Outros agentes sociais podem ser incorporados à discussão, na medida em que se torna mais clara a dimensão do problema.

Se grupos de pressão e movimentos sociais são fundamentais para fazer repercutir o problema social, sua mobilização em torno da “causa” depende também de sua compreensão do problema, que em parte procurou-se dimensionar nesta pesquisa. Considerando que a pouca visibilidade das implicações da situação destas bibliotecas decorre principalmente do desconhecimento da “natureza” do problema. A pesquisa caminhou no sentido de também fornecer subsídios que permitam aos interessados apontados e mesmo à sociedade em geral, entender que a situação atual das bibliotecas universitárias implica em um comprometimento do potencial da pesquisa no país.

A falta de uma política para as bibliotecas universitárias indica um longo tempo de falta de comprometimento do Estado e sua frágil percepção do papel destas bibliotecas para a pós-graduação e pesquisa. A ação do Estado no que se refere ao fornecimento de acesso à informação para a pesquisa e a pós-graduação esteve, e a ainda está, muito centrada no Portal de Periódicos CAPES, que foi uma ação localizada e adequada ao contexto da virada do século, quando o pensamento era que a simples disponibilização de conteúdos científicos *online* resolveria a questão. Essa concentração implicou num isolamento das bibliotecas, com uma conseqüente desresponsabilização de sua participação e ação de modo mais incisivo junto aos produtores do conhecimento científico.

A constituição do Portal de Periódicos CAPES não esteve no escopo de uma política de informação para C&T mais ampla que contemplasse as bibliotecas universitárias. O conhecimento local que elas têm, ou deveriam ter, de sua comunidade, certamente

contribuiriam muito (para além dos critérios estatísticos de uso, bibliométricos e de impacto) na elaboração de critérios para inclusão ou exclusão de títulos de periódicos e alternativas pontuais de acesso a artigos relevantes para pesquisa.

Sob o prisma das políticas públicas, com a descontinuidade do PNBU e o não surgimento de novas diretrizes, as bibliotecas ficaram sem norteamento para se planejar e organizar frente às demandas informacionais. A ação dos grupos de pressão, de relevância ímpar na representação dos interesses dos grupos sociais, não foi como esperada pelas projeções do PNBU e sua expressividade hoje se mostra reduzida, conforme evidenciou a pesquisa de campo. A classe bibliotecária acredita nas recentes iniciativas interdisciplinares de novas associações, como a ABRAINFO, que a princípio, tem por preocupação unir profissionais com funções afins.

No Brasil, as iniciativas do PNBU foram um indicativo da necessidade de reformulação da estrutura e sistema que a biblioteca universitária apresentava. Hoje, com o ingresso massivo de estudantes nos cursos de graduação das universidades federais, a biblioteca e seu papel precisam ser repensados, não só no sentido de atender a esta nova demanda, mas de garantir acesso seletivo àquilo que nas instituições federais de ensino superior se apresenta como sua maior contribuição no âmbito acadêmico: a pesquisa e a pós-graduação. Assim, não é só uma questão de capacitação, que também é, mas de repensar sua estrutura, cuja viabilização não será possível sem uma política pública.

O tema da avaliação específica para estas bibliotecas, que já aparece como uma necessidade na literatura da área, foi amplamente acolhido pelos pesquisadores, pós-graduandos e bibliotecários mineiros, resultado este que possivelmente se repetiria caso a pesquisa se estendesse para outros estados da federação. O desenho de tal instrumento seria favorecido pela discussão dos demais temas propostos nesta agenda no que se refere à pesquisa e à pós-graduação.

Um primeiro aspecto a se pensar, acerca de um instrumento de avaliação específico, seria sua adequação aos diferentes perfis das instituições de ensino superior. Algumas, em sua maioria instituições privadas de ensino, se dedicam prioritariamente ao ensino de graduação. Entretanto, a avaliação do MEC se refere aos cursos e não às bibliotecas. O segundo é pensar naquelas instituições que são responsáveis pela maior parte da produção de pesquisa e ensino de pós-graduação (universidades). Embora em sua maioria sejam instituições públicas de ensino, também incluem importantes instituições privadas. Diretrizes, parâmetros e quesitos específicos de avaliação, identificam, avaliam e indicam carências de ação, no nosso caso referente à avaliação destas bibliotecas em relação à pesquisa e pós-graduação. As temáticas

da agenda também servem como meios para se chegar aos componentes deste instrumento. O perfil desejável de uma biblioteca e ação biblioteconômica para a pesquisa e pós-graduação devem anteceder e fundamentar o desenho deste instrumento em relação ao alicerce do tripé acadêmico.

É esperado da biblioteca universitária que ela extrapole suas barreiras e dimensões físicas e esteja mais próxima dos que dela precisem. Se o PNBUE esteve voltado à biblioteca enquanto instituição e suas necessidades de estruturação, atualmente uma política pública que contemple as bibliotecas universitárias deve se preocupar com as potencialidades do agir bibliotecário e do atendimento real das necessidades informacionais do escopo da biblioteca, principalmente, em nosso caso, os envolvidos com a pós-graduação e a pesquisa. Através da publicização dos resultados do estudo investigativo, buscamos dar visibilidade ao problema com intuito de fornecer subsídios para geração de novas pesquisas e publicações sobre o tema.

O estudo investigativo nos mostra que docentes e alunos não conhecem efetivamente as potencialidades da biblioteca universitária e que os bibliotecários têm consciência destas mas, por motivos variados (burocracia, falta de infraestrutura e de recursos humanos adequados, falta de proatividade, falta de cobrança por parte do Estado), não as exploram.

As queixas de desassistência e o desamparo dos pesquisadores e pós-graduandos também sugerem a carência de atualização de conhecimentos por parte dos bibliotecários dos atuais modos de produção de conhecimento, tanto no plano teórico da comunicação científica quanto nos desdobramentos práticos do acesso remoto sobre os pesquisadores e a pesquisa. Sem isso não fica claro o importante papel a ser desempenhado pela biblioteca e pelos bibliotecários na produção de conhecimento acadêmico.

A igualação dos serviços da biblioteca para a comunidade acadêmica é um indicativo desta falta de atualização dos bibliotecários. As avaliações do MEC dos cursos de graduação (que não deixam de ser um parâmetro norteador para elas) concentram atenções sobre meios para atender à graduação, que não são adequados para a pós-graduação. Falta preparo aos bibliotecários a fim de desenvolverem ações adequadas à pesquisa que, conforme os resultados obtidos se referem mais ao auxílio na identificação, seleção de material relevante para pesquisa, do que da disponibilização e acessibilidade dos acervos (em parte razoavelmente atendido pelo portal CAPES).

Ainda nesta perspectiva de atualização e preparo dos bibliotecários também se inclui um traçado, mais abrangente, de uma política de informação para ciência e tecnologia. Seu escopo será certamente mais amplo em conteúdos e participantes na discussão de uma agenda política, mas que certamente precisam incluir as bibliotecas de universidades federais. A

participação com competência e conhecimento destes bibliotecários (bibliotecas) no traçado desta política é fundamental. Sua não inclusão implica em insistir na ilusão da eficácia do acesso não mediado, aumentando-se os custos (de recursos e tempo) na identificação e recuperação de informação para pesquisa e despotencializando a capacidade produtiva da pesquisa no país.

As tecnologias de informação e comunicação superdimensionaram a disponibilidade de acesso e novos tipos documentais, além de facilitarem a comunicação informal. Aí também apareceram, ao contrário da perspectiva inicial de poder ter acesso a tudo, de um lado, as barreiras via preços de alguns periódicos em algumas áreas do conhecimento e o movimento de livre acesso como resposta e resistência a tais barreiras; de outro lado, uma sobrecarga para todos das atividades informacionais.

Na chamada “sociedade da informação” (FERNANDES, 2004, f.218-224), além de suas atividades profissionais tradicionais, tem acrescida a atividade informação, devendo coletar, ordenar e utilizar um leque cada vez mais amplo de informações de sua área e ser um disponibilizador de novas informações. Pesquisadores também enfrentam esta sobrecarga de trabalho (o informacional) para realizarem suas pesquisas. O acesso rápido e não mediado pela biblioteca que indicava agilidade, com o tempo parece levar à sobrecarga.

As pessoas continuam precisando do acompanhamento e do auxílio para buscar registros do conhecimento que lhes interesse. As tecnologias de informação e comunicação não as fez mais independentes das contribuições da organização e representação do conhecimento, atividades tão caras e inerentes ao bibliotecário. Pelo contrário, as TICs potencializaram e impactaram a quantidade e qualidade dos registros do conhecimento e na produção documental, científica ou não, o que demanda mais colaboração para o pesquisador, leitor.

Destacam-se no contexto contemporâneo, e foram aspectos contemplados nesta pesquisa, os repositórios institucionais, como resposta de enfrentamento aos desafios atuais de acesso à informação para a pesquisa (e extensão e divulgação). Repositórios institucionais acadêmicos deve ser um capítulo de destaque no desenho de uma política de informação para C&T e não podem prescindir das bibliotecas tanto na elaboração de seu desenho como na sua execução. Docentes, especialmente, e discentes indicaram sua relevância como tema para a agenda. A ação isolada de estruturação de repositórios institucionais em IES, conforme o quadro atual é um indicativo da falta de entendimento e da inércia do Estado em relação aos atuais problemas e modo de produção do conhecimento científico. Certamente a falta de compreensão mais ampla também aparece nas respostas dos bibliotecários a esta pesquisa,

considerando os repositórios como tema de menor relevância. Uma política de informação para C&T inclui repositórios e bibliotecas e sua necessária articulação. Repositórios geridos por bibliotecas dependem também de claro discernimento dos bibliotecários de seu papel hoje. Embora os repositórios possam ser vistos como patrimônio da produção intelectual da instituição, não podem ser desenhados e geridos numa perspectiva patrimonialista. As múltiplas possibilidades de utilização dos repositórios precisam ser contempladas no seu desenho, assim como os meios para garantir sua manutenção e a interoperabilidade entre repositórios de diferentes instituições acadêmicas que contemplem as mesmas áreas ou campos de pesquisa.

Ao observar a sobrecarga de trabalho informacional dos pesquisadores e pós-graduandos e a não identificação da biblioteca como lugar para enviarem suas demandas de informação, fica clara a urgência de um reexame da biblioteca na medida em que deixou de lado o seu papel de coprodutora de conhecimentos. Mesmo não tendo sido objeto desta pesquisa aproximar alguma quantificação da queda no ritmo de produção de conhecimento acadêmico decorrente da falta de suporte da biblioteca à pesquisa, conforme os alicerces teóricos fica evidente que os impactos são negativos, implicando num ritmo de crescimento e desenvolvimento econômico aquém do possível para a economia brasileira.

Mais do que descaso, o problema parece apontar para um precário entendimento dos fazedores de políticas (*policy makers*) do atual modo de funcionamento da pesquisa e da pós-graduação, das transformações nestes processos de formação e produção e nos sistemas de comunicação científica e mesmo com a *web* não se pode prescindir da mediação da informação por bibliotecários especializados.

Os possíveis temas e vias de solução indicados na construção da agenda são reflexos de um contexto que preza por produtos, serviços e atendimento personalizados e adequados aos que nele estejam. Essas questões muito interessam, ou deveriam interessar, ao Estado quando da concepção de políticas informacionais e científicas. As contribuições dos bibliotecários enquanto profissionais que atuam na organização e representação dos registros do conhecimento e a priorização pelo atendimento aos grupos sociais mais necessitados dela não podem passar despercebidos na formação da agenda e na construção dessas políticas.

Temos consciência que outros enfoques para o atendimento a pós-graduação e a pesquisa poderiam ter sido abordados, tais como a tendência para a organização e representação do conhecimento bem como os seus instrumentos (FRBR, RDA). Ademais, haveria de se considerar também as outras esferas da universidade, ensino, extensão e o setor

administrativo, e suas demandas informacionais, pois toda a estrutura de ensino e a produção de conhecimento são afetados pelas carências da pós-graduação.

Muitas são as complexidades e desafios que circundam a temáticas políticas públicas. Contudo, acreditamos ser importante que ela seja retomada na Biblioteconomia e na Ciência da Informação para que as bibliotecas universitárias sejam problematizadas, se produza mais literatura sobre o assunto e o Estado tenha mais registros e dados do quão problemática é a situação delas frente a realidade acadêmica brasileira atual.

REFERÊNCIAS

AGUIAR VILLANUEVA, Luis F. Estudio introductorio. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2007. v.1. p. 50.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2 ed. rev. ampl. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2005. p.2.

AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. Políticas públicas. In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUemg, 2012. p.390. Disponível em: < <http://pt.calameo.com/read/0016339049620b36a7dac> >. Acesso em: 26 fev. 2012.

AMERICAN Library Association. **Standards for distance learning library services**. jul. 2008. Disponível em: < <http://www.ala.org/acrl/standards/guidelinesdistancelearning> >. Acesso em: 03 abr. 2013.

ANÁLISE da produção científica a partir de publicações em periódicos especializados. In: _____. **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo 2010**. São Paulo: FAPESP, 2011. v.1. Cap.4. p.4/15, 4/19, 4/22, 4/24. Disponível em: < <http://www.fapesp.br/indicadores/2010/paginas-iniciais.pdf> >. Acesso em: 04 fev. 2013.

ANALISE de modelos organizacionais de bibliotecas universitárias nacionais. Brasília: PROBIB, 1990. (SESu/PNBU/Doc. PET/90/07).

ANZOLIN, Heloisa Helena; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Biblioteca universitária como mediadora na produção de conhecimento. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.8. n.25, p.801-817, set./dez. 2008. Disponível em: < <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=146> >. Acesso em: 06 fev. 2013.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação pública: paradoxos e desafios. **Informação & Informação**, v.8, n.2, 2003. Disponível em: < <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004348&dd1=91059> >. Acesso em: 28 mar. 2013.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Profissionais da Informação. [2013]. Disponível em: < <http://www.abrainfo.org.br/> >. Acesso em: 16 nov. 2013.

BAPTISTA, Rafael; RUEDA, Daniela; SANTOS, Nadia Bernuci. **A biblioteca universitária no contexto das avaliações do MEC**: uma reflexão. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo, SP. Disponível em: < <http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/3274.pdf> >. Acesso em: 25 mar. 2013.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003. p.210-211.

BRASIL. **Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2002. Art.98.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2005a. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf >. Acesso em: 06 ago. 2012.

_____. _____. **Decreto nº 5786 de 24 de maio de 2006**. Dispõe sobre os centros universitários e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5786.htm >. Acesso em: 21 mar. 2013.

_____. _____. **Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm >. Acesso em: 21 mar. 2013.

_____. _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> >. Brasília, 1996. Acesso em 21 mar. 2013.

_____. _____. **Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm >. Acesso em: 21 mar. 2013.

_____. _____. **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm >. Acesso em: 21 mar. 2013.

_____. _____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm >. Acesso em: 22 de dezembro de 2013.

_____. _____. **Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília, 2005b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm >. Acesso em: 07 jan. 2014.

_____. _____. **Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2005c. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/LEI/L11096.htm >. Acesso em: 21 mar. 2013.

_____. Ministério da Educação. Educação básica. **Ministério reúne editoras para falar sobre livro didático**. 11 nov. 2011. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17236:ministerio-

[reune-editoras-para-falar-sobre-livro-didatico&catid=211&Itemid=86](#) >. Acesso em: 18 dez. 2013.

_____. _____. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília, 2008. 23 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

_____. _____. **Portaria nº 287 de 24 de abril de 1986a.** Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/exibir.do?URI=http%3A%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fcpd%2Finep%2Fprolei%2FDocumento%2F-2494772495139594551>>. Acesso em: 03 nov. 2010.

_____. _____. **Portaria nº 288 de 24 de abril de 1986b.** Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/exibir.do?URI=http%3A%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fcpd%2Finep%2Fprolei%2FDocumento%2F-1630081750154280098>>. Acesso em: 03 nov. 2010.

_____. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. **Reforma Universitária e as Bibliotecas Universitárias do Nordeste.** Brasília, 1968. p.3.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 97.

BUSQUET, Leandro Martins Cota. **Bibliotecas universitárias e o impacto das políticas públicas do ensino superior: o caso da BCG/UFF.** 167 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_Leandro_Busquet.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

CARDOSO, Alexander Herzog. **O Brasil na sociedade do conhecimento: um diagnóstico a partir da metodologia do Banco Mundial.** f.32. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)-COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://portal.crie.coppe.ufrj.br/portal/data/documents/storedDocuments/%7B93787CAE-E94C-45C7-992B-9403F6F40836%7D/%7B3ED508E4-66EE-492E-9C7A-51A23E0EE587%7D/O%20Brasil%20na%20Economia%20do%20Conhecimento%20-%20Herzog,%20A.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2013.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias.** Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

CARVALHO, Kátia de. Disseminação da informação no âmbito da pesquisa e o papel dos organismos de fomento. **DataGramZero**, v.7, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.brapi.ufpr.br/documento.php?dd0=0000003723&dd1=5fdb>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

CHASTINET, Yone. Participação da comunidade na implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – PNBU. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 6., 1989, Belém. **Anais.** Belém: UFPA, 1990. p.38-56.

CHIARINI, Tulio; VIEIRA, Karina Pereira. As universidades federais mineiras estão-se tornando mais desiguais? Análise da produção de pesquisa científica e conhecimento (2000-2008). **Educ. Pesqui.**, 2012, v.38, n.4, p.897-918. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n4/08.pdf> >. Acesso em: 16 maio 2013.

COMISSÃO Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU). Missão. [2013]. Disponível em: < http://www.febab.org.br/cbbu/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=11 >. Acesso em: 10 dez. 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). Documento final. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: < http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf >. Acesso em: 11 nov. 2012.

CONSTITUIÇÃO Federal do Brasil. Art. 205-214. 1988. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/> >. Acesso em: 25 abr. 2012.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Ciências Sociais Aplicadas I. In: _____. **Avaliação trienal 2010 (triênio 2007-2009)**. Disponível em: < http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/SOC_APLIC_07mai10.pdf >. Acesso em: 25 jul. 2013.

CUNHA, Miriam Vieira da; SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Os Seminários Nacionais de Bibliotecas Universitárias e a temática centrada na formação profissional**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12, Florianópolis, 2000. Disponível em: < <http://snbu.bvs.br/snbu2000/parallel.html> >. Acesso em: 08 maio 2010.

_____; CAVALCANTI, Córdelia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. p.53.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Por um plano nacional de educação nacional: nacional, federativo, democrático e efetivo**. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=132061 >. Acesso em: 03 dez. 2012

DERY, David. **Problem definition in policy analysis**. Lawrence, KS: University Press of Kansas, 1984. p.25-26.

DIAS, Geneviane Duarte; SILVA, Terezinha Elizabeth da; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Políticas de informação nas bibliotecas universitárias: um enfoque no desenvolvimento de coleções. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação.**, Campinas, SP, v.11, n.1, p.39-59, jan./abr. 2013. Disponível em: < <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/572> >. Acesso em: 06 jun. 2013.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DOMÍNGUEZ-AROCA, María-Isabel. La biblioteca universitaria ante el nuevo modelo de aprendizaje: docentes y bibliotecarios, aprendamos juntos porque trabajamos juntos. **RED: Revista de Educación a Distancia**, v.4, n.4, 2005. Disponível em: < <http://eprints.rclis.org/12628/> >. Acesso em: 02 dez. 2013.

DRABENSTOTT, Karen M.; BURMAN, Celeste M. Revisão analítica da biblioteca do futuro. **Ci. Inf.**, Brasília, v.26, n.2, 1997. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/401> >. Acesso em: 07 jan. 2013.

ESBERARD, Charles Alfred. A biblioteca universitária no Brasil do ponto de vista do pesquisador, suas expectativas e interesses. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1., Niterói, 23-28 julho de 1978. **Anais**. Niterói: Núcleo de Documentação/UFF, 1979. p.373-377.

FERNANDES, Geni Chaves. **A ameaça: tempo, memória e informação**. 2004. f. 218-224. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FERREIRA, Lusimar Silva. **Bibliotecas universitárias brasileiras**. São Paulo: Pioneira, 1980.

FIGUEIREDO, Nice Menezes. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. 2.ed. rev. e atual. Brasília: Tesaurus, 1998.

FRAUCHES, Celso. **Documentos**. 2010. Disponível em: < http://www.ilape.edu.br/artigos/cat_view/17-artigos/19-celso-frauches >. Acesso em: 30 abr. 2013.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.21, p.226-229, jun. 2000.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **História e missão**. [2014]. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao> >. Acesso em: 06 jan. 2014.

FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR (FIES). [2014]. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=198&Itemid=303 >. Acesso em: 06 jan. 2014.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Assessoria de Comunicação. **Governo federal compra 88% da produção de livros didáticos**. 18 maio. 2010. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15438:governo-federal-compra-88-da-producao-de-obras-escolares&catid=222&Itemid=86 >. Acesso em: 18 dez. 2013.

GASPAR, Debora; WETZEL, Karen A. A case study in collaboration: assessing academic librarian/faculty partnerships. **College and Research Libraries**, v.70, n.6, p.578-591,

nov.2009. Disponível em: < <http://crl.acrl.org/content/70/6/578.full.pdf+html> >. Acesso em: 28 mar. 2013.

GÓMEZ-HERNANDEZ, José-Antonio. Las bibliotecas universitarias y el desarrollo de las competencias informacionales en los profesores y los estudiantes. **RUSC - Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento**, v.7, n.2, p.37-47, 2010. Disponível em: < <http://eprints.rclis.org/18498/>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

_____. Unir educación y bibliotecas: la evolución de un reto permanente. **El profesional de la información**, mar./abr., v.22, n.2, p.101-105, 2013. Disponível em: < <http://elprofesionaldelainformacion.metapress.com/media/bav097bntjcxtp8aekdw/contributions/b/3/r/3/b3r34ju865344k18.pdf> >. Acesso em: 06 abr. 2013.

GONZALEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A universidade e a sociedade da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.9, n.1, p. 225-242, jul./dez. 2011. Disponível em: < http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/viewFile/510/pdf_11 >. Acesso em: 16 ago. 2012.

GRANJA, Elza Corrêa. A biblioteca universitária e seus reflexos na pesquisa científica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1., Niterói, 23 a 28 julho de 1978. **Anais**. Niterói: Núcleo de Documentação/UFF, 1979. p. 396-402.

GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2001.

GUIMARÃES, Jorge da Silva Paula. A biblioteca universitária no Brasil do ponto de vista do pesquisador, suas expectativas e interesses. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1., Niterói, 23 a 28 julho de 1978. **Anais**. Niterói: Núcleo de Documentação/UFF, 1979.

HENNING, Patrícia Corrêa. **Micro e macropolíticas de informação: o acesso livre à informação científica no campo da saúde no Brasil e em Portugal**. 2013. 234 f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Saúde)-Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: < <http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6998> >. Acesso em: 09 dez. 2013.

HILU, Luciane; GISI, Maria Lourdes. **Produção científica no Brasil: um comparativo entre universidades públicas e privadas**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 10., PUC-PR, Curitiba, 07-10 nov. **Anais eletrônicos**. Curitiba: PUC-PR, 2011, p.5667-5670. Disponível em: < http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5221_3061.pdf >. Acesso em: 18 nov. 2012.

HISTÓRIA do CBBB. [2013]. Disponível em: < <http://xxvcbbd.febab.org.br/historia-da-cbbd/> >. Acesso em: 21 ago. 2013.

INEP. **Censo da Educação Superior 2011: resumo técnico**. Brasília, 2013. Disponível em: < http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf >. Acesso em: 28 set. 2013.

_____. **Censo da educação superior**. Sinopse estatística 2005. Brasília. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse> >. Acesso em: 22 de setembro de 2013.

_____. **Censo da educação superior**. Sinopse estatística 2011. Disponível em : < <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse> >. Acesso em: 20 set. 2013.

_____. **Evolução das estatísticas do ensino superior no Brasil 1980-1996**. Brasília, 1996. Disponível em: < http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf >. Acesso em: 22 de setembro de 2013.

_____. **Os desafios do Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2004. 191 p. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=5363 >. Acesso em: 03 abr. 2010.

_____. **Plano nacional de educação, 2001-2011**. Brasília, 2001. < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm >. Acesso em: 09 dez. 2013.

_____. **Plano nacional de educação, 2011-2020**. Brasília, 2010. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107 >. Acesso em: 09 dez. 2013.

JONES, Charles Irving. **Introdução à teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 8. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Forum, 2012. p.1035;1046.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives and public policies**. 2nd. ed. Boston: Longman, 2011.

LAHERA PARADA, Eugenio. **Política y políticas públicas**. Santiago de Chile: CEPAL, 2004. (Serie Políticas Sociales, n.95).

_____. _____. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2007. v.1. Disponível em: < http://www.ena.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=858 >. Acesso em: 22 de maio de 2013.

LASZLO, Herta. A vinculação entre a biblioteca universitária e os cursos de pós- graduação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1., Niterói, 23 a 28 julho de 1978. **Anais**. Niterói: Núcleo de Documentação/UFF, 1979. p.393-395.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> >. Acesso em: 21 mar. 2010.

LINDBLOM, Charles E. Still muddling, not yet through. **Public Administration Review**, v. 39, p.517-526, 1979.

LUBISCO, Nídia M. L.; VIEIRA, Sônia Chagas (Orgs). **Biblioteca universitária brasileira: instrumento para seu planejamento e gestão, visando a avaliação do seu desempenho.** Salvador: EdUFBA, 2009. 56 p.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga. **Bibliotecas como organizações.** Niterói: Rio de Janeiro: Intertexto: Interciência, 2006. p.16-17.

MAGÁN WALS, José Antonio (Coord.). **Temas de Biblioteconomía universitária y general.** Madrid: Editorial Complutense, 2001.

_____. **Tratado básico de Biblioteconomía.** 5. ed. Madrid: Editorial Complutense, 2004.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. **Bens públicos.** São Paulo: Fórum, 2009. p.35-52.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.14, maio./jun./jul./ago. 2000. Disponível em: < http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_09_ANA_WALESKA_P_C_MENDONCA.pdf >. Acesso em: 11 ago. 2012.

MIGUÉIS, Ana et al. Alguns aspetos da utilização do Estudo Geral: efeitos associados ao depósito de documentos. In: CONFERÊNCIA LUSO-BRASILEIRA SOBRE ACESSO ABERTO, 3., 2012. Lisboa. **Anais.** Disponível em: < <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/20700> >. Acesso em: 09 dez. 2012.

MIRANDA, Antônio. **Biblioteca universitária no Brasil: reflexões sobre a problemática.** Brasília: Capes, [199-].

MOROSINI, Marília Costa et al. O Brasil e a educação superior. In: CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, San Francisco, California – US 23 a 26 maio 2012. **Anais.** Disponível em: < <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2012/files/31918.pdf> >. Acesso em: 18 out. 2012.

MUELLER, Suzana PinheiroMachado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v.35, n.2, p.27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf> >. Acesso em: 20 maio 2012.

NASCIMENTO, Aline Vieira. Desafios da biblioteca universitária diante do avanço do ensino superior à distância no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo, SP. **Anais.** Disponível em: < <http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/3178.pdf> >. Acesso em: 25 mar. 2013.

NASSER, Jane Cury; DANTAS, Jefferson Higino; AMARAL, Sueli Angélica do. Comportamento dos docentes do programa de pós-graduação em administração (PPGA) da Universidade de Brasília na busca e uso da informação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo, SP. **Anais.** Disponível em: < <http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2935.pdf> >.

ORERA-ORERA, Luisa. La biblioteca universitaria ante el nuevo modelo social y educativo. **El Profesional de la Información**, v.16, n.4, p.329-337, 2007. Disponível em: < <http://eprints.rclis.org/12442/> >. Acesso em: 29 nov. 2013.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; OHIRA, Masanao. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias – SNBU (2000-2004): análise das citações. **Enc. Bibli.**, Florianópolis, n. 25, 2008. Disponível em: < www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1158/886 >. Acesso em: 19 nov. 2012.

OLIVEIRA, Joelma Gualberto de. **Processo de avaliação do INEP/MEC de bibliotecas universitárias pertencentes às instituições de educação superior privadas de Belo Horizonte/MG**. Belo Horizonte, 2010. 281 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-87BKMR/disserta_o_vers_o_final.pdf?sequence=1 >. Acesso em: 12 fev. 2013.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2011.

OTRANTO, Célia. A globalização e a educação superior brasileira. In: SOUZA, Donaldo B. ; FERREIRA, Rodolfo (Org.). **Bacharel ou professor? O processo de reestruturação dos cursos de formação de professores no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Quartet, 2000. p.41-53. Disponível em: < <http://www.celia.na-web.net/pasta1/trabalho2.htm> >. Acesso em: 20 abr. 2012.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. 3. ed. rev. atual. Curitiba, PR: Ibpe, 2011. (Série Gestão Pública).

ROSETTO, Márcia. **Uso do Protocolo Z39.50 para recuperação de informação em redes eletrônicas**. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 26, n. 2, maio/ago. 1997. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19651997000200004&script=sci_arttext >. Acesso em: 07 nov. 2013.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

PRETTO, Nelson de Luca. Políticas públicas educacionais no mundo contemporâneo. **Liinc em Revista**, v.2, n.1, p.8-21, mar. 2006. Disponível em: < <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000007510&dd1=1cc00> >. Acesso em: 06 mar. 2013.

ROLLEMBERG, Rodrigo. **Projeto de Lei do Senado, n.387 de 2011**. 2011. Disponível em: < http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=101006 >. Acesso em: 28 set. 2013.

RIGOTTO, Márcia E.; SOUZA, Nali J. de. Evolução da educação superior no Brasil, 1970-2003. **Análise**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.339-358, ago./dez. 2005. Disponível em: < http://www.nalijsouza.web.br.com/educacao_brasil.pdf >. Acesso em: 28 de set. de 2013.

RISTOFF, Dilvo. Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Org.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008. p.39-50.

RODRIGUES, Kátia de Oliveira. **Mudanças nas práticas de desenvolvimento de coleções de periódicos científicos nas bibliotecas universitárias brasileiras**. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: < https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7936/1/Katia_Rodrigues_2.pdf >. Acesso em: 12 fev. 2013.

R7 ultrapassa Terra no ranking dos maiores portais de notícias do país. Disponível em: < <http://www.canaltech.com.br/noticia/internet/R7-ultrapassa-Terra-no-ranking-dos-maiores-portais-de-noticia-do-pais/> >. Acesso em: 02 maio 2013.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, n.4, out. 2011. Disponível em: < http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf >. Acesso em: 03 dez. 2013.

SANTANA, Jaciane Freire et al. Políticas públicas de acesso à informação científica: Portal Periódicos Capes. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da informação**, v.17, n.35, p.121-144, set./dez., 2012. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n35p121/23587> >. Acesso em: 24 mar. 2013.

SANTOS, Gildenir Carolino; RIBEIRO, Célia Maria. **Acrônimos, siglas e termos técnicos: Arquivística, Biblioteconomia, Documentação, Informática**. 2. ed. rev. ampl. Campinas, SP: Editora Átomo, 2012.

SANTOS, Marivaldina Bulcão dos. Biblioteca universitária: acesso à informação e conhecimento. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17, 2012, Gramado, RS. **Anais**. Disponível em: < <http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QHV.pdf> >. Acesso em: 24 mar. 2013.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2007. v.1.

SCHWARTZ, Charles A. The university library and the problem of knowledge. **College & Research Libraries**, v.68, n.3, p.238-245, May 2007. Disponível em: < <http://crl.acrl.org/content/68/3/238.full.pdf+html> >. Acesso em: 20 mar. 2013.

SCHWARTZMANN, Jacques; SCHWARTZMANN, Simon. O ensino superior privado como setor econômico. **Ensaio: aval. pol. pub. Educ.**, Rio de Janeiro, v.10, n.37, p.411-440, out./dez. 2002. Disponível em: < <http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-98-2013-o-ensino-superior-privado-como-setor-economico.pdf> >. Acesso em: 16 dez. 2012.

SÉCCA, Rodrigo Ximenes; LEAL, Rodrigo Mendes. Análise do setor de ensino superior privado no Brasil. **Educação: BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n.30, p.103-156, 2009.

Disponível em: <

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3003.pdf >. Acesso em: 28 set. 2013.

SEMINÁRIO Nacional de Bibliotecas Universitárias. [2008?]. Disponível em: <

<http://www.biblioteca-servicos.ufc.br/snbu.html> > Acesso em: 04 dez. 2012.

SILVA, Angela Maria Moreira. **Bibliotecas universitárias federais da Amazônia:**

desbravando fronteiras, administrando improvisos. 174 f. 2009a. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas)-Programa em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2009a. Disponível em: <

http://www.tedebr.ufma.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=386 >. Acesso em: 24 abr. 2012.

SILVA, Edilene Maria da. **A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias.** 2009b. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da

Informação)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009b. Disponível em: <

http://eprints.rclis.org/14433/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_CI_EDILENE_MARIA_DA_SILVA.pdf >. Acesso em: 20 jul. 2013.

SILVA, Helen de Castro; SILVA, Marli Vítor; GUERRERO, Janaína Celoto. Avaliação do nível de competência em informação de pós-graduandos da área de humanidades. In:

SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo, SP. **Anais**. Disponível em: < <http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/3028.pdf>

>. Acesso em: 19 mar. 2013.

SILVA, Maria das Graças Martins da; BERALDO, Tânia Maria. Universidade, sociedade do conhecimento, educação: o trabalho docente em questão. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Org.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008. p.307-326.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Esfera pública, visibilidade midiática, deliberação, identidade coletiva e novas tecnologias da comunicação: analisando contribuições para o debate.

Contemporanea, v.4, n.1, p.197-206, jun. 2006. Disponível em: <

<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/viewFile/3485/2542> >. Acesso em: 13 maio 2013.

SISTEMA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS. 2013. Disponível em: <

<https://www.scdp.gov.br/security/login.asp?msgCert=Seu%20certificado%20digital%20n%E3o%20foi%20encontrado> >. Acesso em: 07 dez. 2013.

SOUZA, Nali de Jesus de; OLIVEIRA, Júlio César de. Relações entre geração de conhecimento e desenvolvimento econômico. **Análise**, Porto Alegre, v.17, n.2, p.211-223, jul./dez. 2006. Disponível em: <

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view/304/241> >. Acesso em: 22 de novembro de 2013

SUBIRATS, Joan. El papel de la burocracia en el proceso de determinación y implementación de las políticas publicas. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2007. v.1.

_____. et al. **Análisis y gestión política públicas**. Barcelona: Editorial Ariel, 2008.

SWAN, Alma. **Policy guidelines for the development and promotion of open access**. Paris: UNESCO, 2012. 76 p. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002158/215863e.pdf> >. Acesso em: 11 nov. 2013.

TARANGO, Javier; HERNÁNDEZ-OROZCO, Guillermo. Evaluación de bibliotecas universitarias: un modelo de avance y desarrollo. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v.32, n.2, p.147-175, Jul.-Dic. 2009. Disponível em: < <http://eprints.rclis.org/17039/1/4421.pdf> >. Acesso em: 22 mar. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS. **PROADES**: Programa de Avaliação de Desempenho dos Técnicos Administrativos em Educação da UFJF. 2009. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/prorh/files/2008/09/manual-proades11.12.09.pdf> >. Acesso em: 16 nov. 2012.

VARELA, Aida Varela. Potencializando a atitude científica mediante o desenvolvimento de competências informacionais: missão da biblioteca universitária. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais**. Disponível em: < <http://www.eventosecongressos.com.br/metodo/enancib2012/arearestrita/pdfs/19559.pdf> >. Acesso em: 04 dez. 2012.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia**: princípios básicos, uma abordagem moderna. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. p.720.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Editora Polis: Associação Paulista de Bibliotecários, 1989.

VOSS, Dulce Maria da Silva. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): contextos e discursos. **Cadernos de Educação**, n.38, p.43-67, jan./abr. 2011. Disponível em: < <http://www2.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n38/02.pdf> >. Acesso em: 18 de dezembro de 2013.

WEITZEL, Simone. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência: Niterói: Intertexto, 2006a.

_____. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v.12, n.1, p.51-71, jan./jun. 2006b. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/19/7> >.

APÊNDICE B – Modelo de mensagem eletrônica enviada às bibliotecas que possuem um único e-mail de contato

Eu

Para Eubcentral@ufv.brdir@bu.ufmg.brbiblioteca@reitoria.ufla.br

29 de Jul

Caro Bibliotecário, bom dia!

Desenvolvemos uma pesquisa que busca identificar aspectos para agenda pública em vista de transformações e adequações das bibliotecas de universidades federais às reais necessidades de suas comunidades, tendo por guia que estas instituições são hoje responsáveis pela maior parcela de formação em pós-graduação e pela pesquisa acadêmica no país.

Gostaríamos de pedir alguns minutos de sua atenção para responder este questionário. Nosso objetivo é levantar, junto aos interessados mais diretos das bibliotecas de universidades federais, bibliotecários e docentes, aspectos e temas para construção dessa agenda de discussão à luz das demandas informacionais da pós-graduação e da pesquisa acadêmica. Daí serem suas críticas e demandas fundamentais para esta pesquisa.

Não faremos identificações pessoais ou de bibliotecas específicas nos resultados da pesquisa.

Na página de sua biblioteca, localizamos apenas este endereço de e-mail. Caso haja outros bibliotecários na instituição, pedimos encarecidamente que encaminhe este e-mail a eles.

Agradecemos sua colaboração e participação!

Cordialmente,

Ana Carolina de Souza Caetano

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio)

Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes (Orientadora)

Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio)

APÊNDICE D – Modelo de mensagem eletrônica enviada às secretarias dos programas de pós-graduação – e-mail docentes

From: [Ana Carolina](#)
Sent: Tuesday, July 23, 2013 11:03 AM
To: spgdfp@posgrad.ufla.br
Subject: E-mail docentes - Pesquisa acadêmica - PPGB/Unirio

Prezado Secretário(a) do Programa de Pós-Graduação em Fitopatologia da UFLA, bom dia!

Sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio). Desenvolvo pesquisa que busca identificar aspectos para agenda pública em vista de transformações e adequação das bibliotecas de universidades federais às reais necessidades de suas comunidades, tendo por guia que estas instituições são hoje responsáveis pela maior parcela de formação em pós-graduação e pela pesquisa acadêmica no país.

Nosso objetivo é levantar, junto aos interessados mais diretos das bibliotecas de universidades federais, docentes e bibliotecários, aspectos e temas para construção de desta agenda de discussão à luz das demandas informacionais da pós-graduação e da pesquisa acadêmica. Daí serem suas críticas e demandas fundamentais para esta pesquisa.

Realizando buscas na página do seu Programa de Pós-Graduação, não localizamos os endereços de emails dos docentes. Solicitamos a gentileza de nos encaminhar lista com estes endereços (e-mail) para que possamos enviar por via eletrônica o instrumento de pesquisa (questionário) aos docentes de seu programa, que constituem um dos grupos-alvo de nosso estudo investigativo. As críticas e demandas destes docentes são fundamentais para esta pesquisa.

Não faremos identificações pessoais ou de programas específicos nos resultados da pesquisa.

Disponibilizo os endereços eletrônicos de minha orientadora e institucional do Programa de Pós para quaisquer esclarecimentos:

Orientadora: Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes / geni@centroin.com.br

Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio) / ppgb@unirio.br

Mais uma vez agradecemos sua colaboração,

Cordialmente,

Ana Carolina de Souza Caetano
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio)

Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio)

APÊNDICE E – Modelo de mensagem eletrônica enviada às secretarias dos programas de pós-graduação – e-mail discentes

De: Ana Carolina de Souza Caetano <acscaetano@gmail.com>
Para: acscaetano <acscaetano@yahoo.com.br>
Data: 30/07/2013 15:31
Assunto: Pesquisa acadêmica - Agenda para bib. univ. federais - perspectiva alunos - PPGB/Unirio

Prezado Coordenador e/ou Secretário do Programa de Pós-Graduação, boa tarde!

Sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio). Desenvolvemos pesquisa que busca identificar aspectos para agenda pública em vista de transformações e adequação das bibliotecas de universidades federais às reais necessidades de suas comunidades, tendo por guia que estas instituições são hoje responsáveis pela maior parcela de formação em pós-graduação e pela pesquisa acadêmica no país.

Nosso objetivo é levantar, junto aos interessados mais diretos das bibliotecas de universidades federais, docentes, discentes e bibliotecários, aspectos e temas para construção desta agenda de discussão à luz das demandas informacionais da pós-graduação e da pesquisa acadêmica. Daí serem suas críticas e demandas fundamentais para esta pesquisa.

Nesse momento do estudo investigativo, queremos ouvir os alunos da pós-graduação de seu curso. Por gentileza, contamos com sua colaboração para divulgar aos discentes o link a seguir:

<https://pt.surveymonkey.com/s/agendabudiscentes>

Não faremos identificações pessoais ou de programas específicos nos resultados da pesquisa.

Disponibilizo os endereços eletrônicos de minha orientadora e o institucional do Programa de Pós para quaisquer esclarecimentos:

Orientadora: Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes / geni@centroin.com.br
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio) / ppgb@unirio.br

Agradecemos muito a sua colaboração, bem como a dos alunos do seu Programa!

Cordialmente,

Ana Carolina de Souza Caetano
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio)

Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio)

APÊNDICE F – Modelo de mensagem eletrônica enviada aos agentes sociais do estudo
investigativo

Eu

Para Eucecil@unifal-mg.edu.br fatima.goiata@unifal-mg.edu.br e 46 Mais...
29 de Jul

Caro Bibliotecário, bom dia!

Desenvolvemos uma pesquisa que busca identificar aspectos para agenda pública em vista de transformações e adequações das bibliotecas de universidades federais às reais necessidades de suas comunidades, tendo por guia que estas instituições são hoje responsáveis pela maior parcela de formação em pós-graduação e pela pesquisa acadêmica no país.

Gostaríamos de pedir alguns minutos de sua atenção para responder este questionário. Nosso objetivo é levantar, junto aos interessados mais diretos das bibliotecas de universidades federais, bibliotecários e docentes, aspectos e temas para construção dessa agenda de discussão à luz das demandas informacionais da pós-graduação e da pesquisa acadêmica. Daí serem suas críticas e demandas fundamentais para esta pesquisa.

Não faremos identificações pessoais ou de bibliotecas específicas nos resultados da pesquisa.

Agradecemos sua colaboração!

Link de acesso ao questionário:

<http://pt.surveymonkey.com/s/agendabubibliotecarios>

Cordialmente,

Ana Carolina de Souza Caetano
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio)

Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro (PPGB/Unirio)

Eu

Para Eudenismar.nogueira@unifal-mg.edu.br eric.ferreira@unifal-mg.edu.br e 25 Mais...

29 de Jul

Prezado Docente, bom dia!

Sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio). Desenvolvo pesquisa que busca identificar aspectos para agenda pública em vista de transformações e adequação das bibliotecas de universidades federais às reais necessidades de suas

comunidades, tendo por guia que estas instituições são hoje responsáveis pela maior parcela de formação em pós-graduação e pela pesquisa acadêmica no país.

Gostaríamos de pedir alguns minutos de sua atenção para responder esse questionário. Nosso objetivo é levantar, junto aos interessados mais diretos das bibliotecas de universidades federais, docentes e bibliotecários, aspectos e temas para construção de desta agenda de discussão à luz das demandas informacionais da pós-graduação e da pesquisa acadêmica. Daí serem suas críticas e demandas fundamentais para esta pesquisa.

Não faremos identificações pessoais ou de programas específicos nos resultados da pesquisa.

Disponibilizo os endereços eletrônicos de minha orientadora e o institucional do Programa de Pós para quaisquer esclarecimentos:

Orientadora: Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes / geni@centroin.com.br

Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio) / ppgb@unirio.br

Agradecemos sua colaboração!

Link de acesso ao questionário: <http://pt.surveymonkey.com/s/agendabudocentes>

Cordialmente,

Ana Carolina de Souza Caetano

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio)

Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes (Orientadora)

Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio)

APÊNDICE G - Questionário enviado aos pesquisadores em formação

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais< estudo

1.

Caro(a) Discente,

Desenvolvemos uma pesquisa que busca identificar aspectos para agenda pública em vista de transformações e adequação das bibliotecas de universidades federais às reais necessidades de suas comunidades, tendo por guia que estas instituições são hoje responsáveis pela maior parcela de formação em pós-graduação e pela pesquisa acadêmica no país.

Gostaríamos de pedir alguns minutos de sua atenção para responder esse questionário. Nosso objetivo é levantar, junto aos interessados mais diretos das bibliotecas de universidades federais, discentes, docentes e bibliotecários, aspectos e temas para construção de desta agenda de discussão à luz das demandas informacionais da pós-graduação e da pesquisa acadêmica. Daí serem suas críticas e demandas fundamentais para esta pesquisa.

Não faremos identificações pessoais ou de programas específicos nos resultados da pesquisa.

Mais uma vez agradecemos sua colaboração!

Cordialmente,

Ana Carolina de Souza Caetano

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio)

Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes (Orientadora)

Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio)

IDENTIFICAÇÃO

*1. Grande área do conhecimento em que estuda e pesquisa:

- Ciências Agrárias
- Ciências da Saúde
- Ciências Sociais Aplicadas

*2. Universidade

3. Em que momento do seu curso de pós-graduação você está?

- Primeiro ou segundo semestre
- Já qualifiquei e estou modificando meu projeto conforme sugestões da banca
- Estou em fase adiantada da dissertação/tese
- Já defendi e estou modificando minha dissertação/tese conforme sugestões da banca

2.

SOBRE FONTES DE INFORMAÇÃO E SEU ACESSO

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais < estudo

*4. Quais dessas fontes você utiliza em suas pesquisas acadêmicas? (enumere por ordem de prioridade)

	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	7a.
Anais de eventos científicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bases de dados da minha área	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dados estatísticos de instituições públicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dados estatísticos de organismos internacionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Livros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Periódicos científicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outras. Especifique:

*5. Você tem acesso a essas fontes em sua universidade?

- Sim
- Não, mas quando eu preciso há profissionais que buscam em outras instituições
- Não sei informar

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais < estudo

*6. Com relação ao acesso a essas fontes:

	Tenho acesso por assinatura, aquisição ou disponibilização institucional	Tenho acesso, mas não sei se é por assinatura aquisição ou disponibilização institucional	Não necessito deste tipo de fonte de informação	Não tenho acesso a todos que preciso por assinatura aquisição ou disponibilização institucional	Não conheço	Não tenho acesso
Anais de eventos científicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bases de dados da minha área	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dados estatísticos produzidos e divulgados por instituições públicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dados estatísticos produzidos e divulgados por organismos internacionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Livros (impressos e eletrônicos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Periódicos científicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Especifique, se for o caso, o tipo de fonte de que necessita e que não foi listada acima:

*7. Você sabe se seu programa de pós-graduação é consultado pela biblioteca para indicar revistas que devem constar na base de Periódicos da Capes?

- Sim, é consultado
- Não é, nem foi consultado
- Não sei informar

*8. O repositório institucional é uma “[...] coleção, digital ou em papel, que capta e preserva a memória intelectual de uma comunidade ou organização [...]” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.322) . Sua universidade possui repositório institucional?

- Sim
- Ainda não, está em fase de planejamento/implantação
- Não
- Não sei informar

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais< estudo

***9. Levando em conta que os repositórios de universidades devem manter e disponibilizar a produção intelectual da instituição, você considera que repositórios de universidades contribuiriam para visibilidade e acesso à pesquisa no país?**

- Sim
- Não, porque já temos outros meios de acesso aos resultados de pesquisa
- Não sei informar

***10. Levando em conta que os repositórios de universidades devem manter e disponibilizar a produção intelectual da instituição, você considera que a biblioteca ou os bibliotecários deveriam gerir tais repositórios em vista do acesso rápido e organizado aos resultados de pesquisa no país?**

- Sim, porque são os profissionais mais aptos pra tal
- Não, acho que deveriam ser geridos por outros profissionais
- Não considero relevante repositórios institucionais
- Não tenho opinião sobre

***11. O instituto/faculdade em que você estuda possui biblioteca própria?**

- Sim, temos uma biblioteca setorial que utilizamos
- Sim, temos uma biblioteca setorial, mas também possuímos um acervo departamental próprio que atende à nossa pós-graduação e pesquisas
- Não, mas possuímos um acervo departamental próprio que atende à nossa pós-graduação e pesquisas
- Não, temos uma Biblioteca Central, que atende a todos os cursos e que utilizamos
- Não, temos uma Biblioteca Central, mas não a utilizamos.
- Não, temos uma Biblioteca Central que utilizamos, mas também possuímos um acervo departamental próprio que atende à nossa pós-graduação e pesquisas.
- Utilizo meu acervo pessoal e os recursos eletrônicos que posso acessar pela internet

REPOSITÓRIO institucional. In: CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Córdelia Robalinho de Oliveira. Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. p.322.

3.

SOBRE ATENDIMENTO

***12. Você encontra facilidade para realizar buscas em bases de dados de suas áreas de interesse?**

- Sim
- Sim, mas gostaria de ajuda para tal
- Não, mas gostaria de auxílio para tal
- Não e não preciso de ajuda

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais < estudo

*13. Você tem dificuldade para acessar os periódicos e bases de dados de sua área de interesse que não são gratuitos?

- Sim, os periódicos e bases de dados que preciso geralmente são pagos e não há possibilidade de assinar todas
- Sim, os periódicos e bases de dados que preciso geralmente são pagos, mas eu procuro assinar as principais que me interessem no momento
- Não, os periódicos e bases de dados que preciso geralmente são pagos, mas consigo acessá-los via assinatura institucional

14. Caso sim, você sabe qual setor da universidade deve encaminhar suas demandas para uma possível aquisição dessas bases?

- Sim
- Não
- Não sei informar

Qual setor?

*15. Durante o(s) seu(s) curso(s) de pós-graduação, você recebeu instruções acerca da identificação de fontes de informação da sua área?

- Sim
- Não
- Não me recordo
- Não sei informar

*16. São oferecidos, na sua instituição, treinamentos/cursos de capacitação com relação ao uso das fontes de informação de sua área de interesse?

- Sim, participo sempre que posso
- Sim, mas ainda não tive oportunidade de participar
- Não
- Não considero importante ou que vá me agregar algum conhecimento
- Não sei informar

*17. Como você avalia o atendimento (presencial, telefônico, virtual) recebido na biblioteca?

- Ótimo, consigo as informações que preciso ou então me indicam onde encontrá-las em tempo hábil
- Bom, consigo as informações que preciso ou então me indicam onde encontrá-las em tempo hábil
- Regular, a pessoa que me atende geralmente não compreende meus questionamentos
- Ruim, a pessoa que me atende geralmente não compreende meus questionamentos
- Nunca solicitei atendimento da biblioteca

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais< estudo

***18. O estudo de usuário é uma “[...] pesquisa para saber o que as pessoas necessitam em matéria de informação ou se essas pessoas estão satisfeitas e sendo atendidas adequadamente [...]” (CUNHA;CAVALCANTI, 2008, p.159).**

	Sim	Não	Não me recordo
Você já participou de algum estudo de usuários?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Esse estudo procurou saber das suas necessidades de informação?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Caso sim, quando foi o último?	<input type="text"/>		

ESTUDO de usuários. In: CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Córdelia Robalinho de Oliveira. Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. p.159.

4.

SOBRE PLANEJAMENTO

***19. A biblioteca já manifestou interesse em conhecer o(s) projeto(s) de pesquisa do (s) qual(is) você participa no seu programa de pós-graduação?**

- Sim
- É possível que sim, mas não há registros sobre
- Não
- Não sei informar

***20. A biblioteca já consultou o(s) grupo(s) de pesquisa do(s) qual(is) você participa em seu programa de pós-graduação para auxiliá-los na identificação e organização dos seus acervos?**

- Sim
- É possível que sim, mas não há registros sobre
- Não
- Não sei informar

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais < estudo

***21. Quais dessas opções você consideraria importantes para que a biblioteca exerça seu papel junto aos cursos de pós-graduação e seus pesquisadores? (enumere em ordem de prioridade)**

	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	7a.
Auxílio na filtragem, organização e seleção de informações, dados, documentos das minhas áreas de interesse	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atualização das novidades no acervo físico e digital sobre assuntos relacionados a minha pesquisa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Constituição e manutenção de repositório institucional que forneçam visibilidade e acesso às pesquisas desenvolvidas na Universidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilidade para acompanhar e adequar a prestação de serviços às necessidades das linhas de pesquisa que participo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilidade para acompanhar e adequar a prestação de serviços às necessidades dos grupos de pesquisa que participo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilidade para acompanhar e adequar a prestação de serviços às necessidades do meu programa de pós-graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacitação no uso de bases de dados de minhas áreas de interesse	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outras. Especifique:

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais< estudo

***22. Como você acha que a biblioteca universitária poderia auxiliar no desenvolvimento das suas atividades de pós-graduação e da pesquisa?**

- Considero que a biblioteca não pode auxiliar a estas atividades
- Considero que poderia auxiliar:

Comente

5.

SOBRE FORMAÇÃO DE AGENDA PARA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA À LUZ DA PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

***23. Você sabe que as bibliotecas universitárias constituem item de avaliação por parte do MEC em termos de aquisição e disponibilização de material didático indicado pelos docentes para os cursos de GRADUAÇÃO?**

- Sim
- Não

***24. Você considera que as bibliotecas universitárias deveriam estar submetidas a avaliações específicas que contemplassem o atendimento à pesquisa e à pós-graduação?**

- Sim
- Não
- Não tenho opinião sobre esse assunto

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais< estudo

***25. Quem seriam os grupos ou entidades potencialmente mais adequados para participar da elaboração deste instrumento de avaliação? (indique os cinco mais adequados, em sua opinião)**

	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.
Associações, Sociedades e Entidades de Pesquisa e Pós-graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Associações da classe bibliotecária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conselhos de classe dos bibliotecários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Grupos de pesquisa acadêmicos que estudem a biblioteca universitária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Representantes dos Cursos/Escolas de Biblioteconomia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SEsu/MEC)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais < estudo

***26. Em uma situação ideal de atendimento às necessidades de informação para pesquisa e pós-graduação (marque as duas opções que considere mais adequadas):**

	1a. mais adequada	2a. mais adequada
A biblioteca deveria atender às necessidades específicas de pesquisadores e pós-graduandos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A biblioteca deveria atender às necessidades específicas do programa de pós-graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cada pesquisador e estudante deveria contar com o acervo adequado na biblioteca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cada pesquisador e estudante deveria contar com o rastreamento e localização de recursos informacionais, mesmo fora do acervo da biblioteca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cada programa deveria contar com um bibliotecário especializado para identificar, localizar, acessar e organizar os recursos informacionais necessários ao programa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

27. Caso deseje, faça um comentário sobre o questionário ou tema da pesquisa:

APÊNDICE H - Questionário enviado aos docentes pesquisadores

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais

</h1>

1.

Caro(a) Docente,

Desenvolvemos uma pesquisa que busca identificar aspectos para agenda pública em vista de transformações e adequação das bibliotecas de universidades federais às reais necessidades de suas comunidades, tendo por guia que estas instituições são hoje responsáveis pela maior parcela de formação em pós-graduação e pela pesquisa acadêmica no país.

Gostaríamos de pedir alguns minutos de sua atenção para responder esse questionário. Nosso objetivo é levantar, junto aos interessados mais diretos das bibliotecas de universidades federais, docentes e bibliotecários, aspectos e temas para construção de desta agenda de discussão à luz das demandas informacionais da pós-graduação e da pesquisa acadêmica. Daí serem suas críticas e demandas fundamentais para esta pesquisa.

Não faremos identificações pessoais ou de programas específicos nos resultados da pesquisa.

Mais uma vez agradecemos sua colaboração!

Cordialmente,

Ana Carolina de Souza Caetano

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio)

Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes (Orientadora)

Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio)

IDENTIFICAÇÃO

*1. Grande área do conhecimento em que ensina e pesquisa:

- Ciências Agrárias
- Ciências da Saúde
- Ciências Sociais Aplicadas

*2. Universidade

*3. Sou ou já fui coordenador e/ou diretor de curso/programa de pós-graduação

- Sim
- Não

2.

SOBRE FONTES DE INFORMAÇÃO, ACERVO E POLÍTICAS

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais

<

*4. Quais dessas fontes você utiliza em suas atividades de ensino e pesquisa? (enumere por ordem de prioridade)

	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	7a.
Anais de eventos científicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bases de dados da minha área	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dados estatísticos de instituições públicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dados estatísticos de organismos internacionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Livros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Periódicos científicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outras. Especifique:

*5. Você tem acesso a essas fontes em sua universidade?

- Sim
- Não, mas quando eu preciso há profissionais que buscam em outras instituições
- Não sei informar

*6. Com relação ao acesso a anais de eventos científicos:

- Tenho acesso por assinatura, aquisição ou disponibilização institucional;
- Tenho acesso, mas não sei se é por assinatura aquisição ou disponibilização institucional
- Não necessito deste tipo de fonte de informação
- Não tenho acesso a todos que preciso
- Não tenho acesso

*7. Com relação ao acesso a bases de dados da minha área:

- Tenho acesso por assinatura, aquisição ou disponibilização institucional
- Tenho acesso, mas não sei se é por assinatura aquisição ou disponibilização institucional
- Não necessito deste tipo de fonte de informação
- Não tenho acesso a todos que preciso
- Não tenho acesso

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais

</h2>

***8. Com relação ao acesso a dados estatísticos produzidos e divulgados por instituições públicas:**

- Tenho acesso por assinatura, aquisição ou disponibilização institucional;
- Tenho acesso, mas não sei se é por assinatura aquisição ou disponibilização institucional
- Não necessito deste tipo de fonte de informação
- Não tenho acesso a todos que preciso
- Não tenho acesso

***9. Com relação ao acesso a dados estatísticos produzidos e divulgados por organismos internacionais:**

- Tenho acesso por assinatura, aquisição ou disponibilização institucional;
- Tenho acesso, mas não sei se é por assinatura aquisição ou disponibilização institucional
- Não necessito deste tipo de fonte de informação
- Não tenho acesso a todos que preciso
- Não tenho acesso

***10. Com relação ao acesso a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD):**

- Tenho acesso por assinatura, aquisição ou disponibilização institucional;
- Tenho acesso, mas não sei se é por assinatura aquisição ou disponibilização institucional
- Não necessito deste tipo de fonte de informação
- Não tenho acesso a todos que preciso
- Não tenho acesso

***11. Com relação ao acesso a livros (impressos ou eletrônicos):**

- Tenho acesso por assinatura, aquisição ou disponibilização institucional
- Tenho acesso, mas não sei se é por assinatura, aquisição ou disponibilização institucional
- Não necessito deste tipo de fonte de informação
- Não tenho acesso a todos que preciso por assinatura aquisição ou disponibilização institucional
- Não tenho acesso

*12. Com relação ao acesso a periódicos científicos:

- Tenho acesso por assinatura, aquisição ou disponibilização institucional;
- Tenho acesso, mas não sei se é por assinatura aquisição ou disponibilização institucional
- Não necessito deste tipo de fonte de informação
- Não tenho acesso a todos que preciso por assinatura aquisição ou disponibilização institucional
- Não tenho acesso

Especifique, se for o caso, o tipo de fonte de que necessita e que não foi listada acima:

*13. Você sabe se seu programa de pós-graduação é consultado pela biblioteca para indicar revistas que devem constar na base de Periódicos da Capes?

- Sim, é consultado
- Não é, nem foi consultado
- Não sei informar

*14. O repositório institucional é uma “[...] coleção, digital ou em papel, que capta e preserva a memória intelectual de uma comunidade ou organização [...]” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.322) . Sua universidade possui repositório institucional?

- Sim
- Ainda não, está em fase de planejamento/implantação
- Não
- Não sei informar

*15. Levando em conta que os repositórios de universidades devem manter e disponibilizar a produção intelectual da instituição, você considera que repositórios de universidades contribuiriam para visibilidade e acesso à pesquisa no país?

- Sim
- Não, porque já temos outros meios de acesso aos resultados de pesquisa
- Não sei informar

***16. Levando em conta que os repositórios de universidades devem manter e disponibilizar a produção intelectual da instituição, você considera que a biblioteca ou os bibliotecários deveriam gerir tais repositórios em vista do acesso rápido e organizado aos resultados de pesquisa no país?**

- Sim, porque são os profissionais mais aptos pra tal
- Não, acho que deveriam ser geridos por outros profissionais
- Não considero relevante repositórios institucionais
- Não tenho opinião sobre

***17. O instituto/faculdade em que você trabalha possui biblioteca própria?**

- Sim, temos uma biblioteca setorial que utilizamos
- Sim, temos uma biblioteca setorial, mas também possuímos um acervo departamental próprio que atende à nossa pós-graduação e pesquisas
- Não, mas possuímos um acervo departamental próprio que atende à nossa pós-graduação e pesquisas
- Não, temos uma Biblioteca Central, que atende a todos os cursos e que utilizamos
- Não, temos uma Biblioteca Central, mas não a utilizamos.
- Não, temos uma Biblioteca Central que utilizamos, mas também possuímos um acervo departamental próprio que atende à nossa pós-graduação e pesquisas.
- Utilizo meu acervo pessoal e os recursos eletrônicos que posso acessar pela internet

REPOSITÓRIO institucional. In: CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Córdelia Robalinho de Oliveira. Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. p.322.

3.

SOBRE ATENDIMENTO

***18. Você encontra facilidade para realizar buscas em bases de dados de suas áreas de interesse?**

- Sim
- Sim, mas gostaria de ajuda para tal
- Não, mas gostaria de auxílio para tal
- Não e não preciso de ajuda

***19. Você tem dificuldade para acessar os periódicos e bases de dados de sua área de interesse que não são gratuitos?**

- Sim, os periódicos e bases de dados que preciso geralmente são pagos e não há possibilidade de assinar todas
- Sim, os periódicos e bases de dados que preciso geralmente são pagos, mas eu procuro assinar as principais que me interessem no momento
- Não, os periódicos e bases de dados que preciso geralmente são pagos, mas consigo acessá-los via assinatura institucional

20. Caso sim, você sabe qual setor da universidade deve encaminhar suas demandas para uma possível aquisição dessas bases?

- Sim
- Não
- Não sei informar

Qual setor?

***21. Durante os seus cursos de pós-graduação, você recebeu instruções acerca da identificação de fontes de informação da sua área?**

- Sim
- Gostaria de ter tido tempo
- Não
- Não sei informar

***22. São oferecidos, na sua instituição, treinamentos/cursos de capacitação com relação ao uso das fontes de informação de sua área de atuação?**

- Sim, participo sempre que posso
- Sim, mas ainda não tive oportunidade de participar
- Não
- Não considero importante ou que vá me agregar algum conhecimento
- Não sei informar

***23. Como você avalia o atendimento (presencial, telefônico, virtual) ofertado pela biblioteca?**

- Ótimo, consigo as informações que preciso ou então me indicam onde encontrá-las em tempo hábil
- Bom, consigo as informações que preciso ou então me indicam onde encontrá-las em tempo hábil
- Regular, a pessoa que me atende geralmente não compreende meus questionamentos
- Ruim, a pessoa que me atende geralmente não compreende meus questionamentos
- Nunca solicitei atendimento da biblioteca

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais

</h2>

***24. O estudo de usuário é uma “[...] pesquisa para saber o que as pessoas necessitam em matéria de informação ou se essas pessoas estão satisfeitas e sendo atendidas adequadamente [...]” (CUNHA;CAVALCANTI, 2008, p.159).**

	Sim	Não	Não me recordo
Você já participou de algum estudo de usuários?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Esse estudo procurou saber das suas necessidades de informação?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Caso sim, quando foi o último?	<input type="text"/>		

ESTUDO de usuários. In: CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Córdelia Robalinho de Oliveira. Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. p.159.

4.

SOBRE PLANEJAMENTO

***25. A biblioteca já manifestou interesse em conhecer os projetos de pesquisa em andamento no programa de pós-graduação?**

- Sim
- É possível que sim, mas não há registros sobre
- Não
- Não sei informar

***26. A biblioteca já manifestou interesse em conhecer as ementas e programas das disciplinas ministradas nos cursos do seu programa de pós-graduação?**

- Sim
- É possível que sim, mas não há registros sobre
- Não
- Não sei informar

***27. A biblioteca já consultou os grupos de pesquisa do seu programa de pós-graduação para auxiliá-los na identificação e organização dos seus acervos?**

- Sim
- É possível que sim, mas não há registros sobre
- Não
- Não sei informar

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais

</h2>

***28. A biblioteca já consultou as estatísticas de uso das bases do Portal de Periódicos da CAPES junto ao seu programa de pós-graduação?**

- Sim
- É possível que sim, mas não há registros sobre
- Não
- Não sei informar

***29. A biblioteca levanta, sistematicamente, a necessidade de aquisição de novos títulos de periódicos para base Capes, junto ao seu programa de pós-graduação?**

- Sim
- Não, já propomos parceria nesse sentido mas não tivemos retorno
- Não
- Não sei informar

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais

<

*** 30. Qual(is) dessa(s) opção(ões) você consideraria importante(s) para que a biblioteca exerça seu papel junto aos cursos de pós-graduação e seus pesquisadores? (enumere em ordem de prioridade)**

	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	7a.
Auxílio na filtragem, organização e seleção de informações, dados, documentos das minhas áreas de interesse	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atualização das novidades no acervo físico e digital sobre assuntos relacionados a minha pesquisa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Constituição e manutenção de repositório institucional que forneçam visibilidade e acesso às pesquisas desenvolvidas na Universidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilidade para acompanhar e adequar a prestação de serviços às necessidades das linhas de pesquisa que participo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilidade para acompanhar e adequar a prestação de serviços às necessidades dos grupos de pesquisa que participo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilidade para acompanhar e adequar a prestação de serviços às necessidades do meu programa de pós-graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacitação no uso de bases de dados de minhas áreas de interesse	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outras. Especifique:

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais

</h2>

***31. Como você acha que a biblioteca universitária poderia auxiliar no desenvolvimento das suas atividades de pós-graduação e da pesquisa?**

- Considero que a biblioteca não pode auxiliar a estas atividades
- Considero que poderia auxiliar:

Comente

5.

SOBRE FORMAÇÃO DE AGENDA PARA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA À LUZ DA PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

***32. Você sabe que as bibliotecas universitárias constituem item de avaliação por parte do MEC em termos de aquisição e disponibilização de material didático indicado pelos docentes para os cursos de GRADUAÇÃO?**

- Sim
- Não

***33. Você considera que as bibliotecas universitárias deveriam estar submetidas a avaliações específicas que contemplassem o atendimento à pesquisa e à pós-graduação?**

- Sim
- Não
- Não tenho opinião sobre esse assunto

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais

</h2>

***34. Quem seria(m) o(s) grupo(s) ou entidade(s) potencialmente mais adequado(s) para participar da elaboração deste instrumento de avaliação? (indique os cinco mais adequados, em sua opinião)**

	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.
Associações, Sociedades e Entidades de Pesquisa e Pós-graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Associações da classe bibliotecária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conselhos de classe dos bibliotecários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Grupos de pesquisa acadêmicos que estudem a biblioteca universitária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Representantes dos Cursos/Escolas de Biblioteconomia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SEsu/MEC)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais

</h2>

*** 35. Em uma situação ideal de atendimento às necessidades de informação para pesquisa e pós-graduação (marque as duas opções que considere mais adequadas):**

	1a. mais adequada	2a. mais adequada
A biblioteca deveria atender às necessidades específicas de pesquisadores e pós-graduandos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A biblioteca deveria atender às necessidades específicas do programa de pós-graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cada pesquisador e estudante deveria contar com o acervo adequado na biblioteca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cada pesquisador e estudante deveria contar com o rastreamento e localização de recursos informacionais, mesmo fora do acervo da biblioteca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cada programa deveria contar com um bibliotecário especializado para identificar, localizar, acessar e organizar os recursos informacionais necessários ao programa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

36. Caso deseje, faça um comentário sobre o questionário ou tema da pesquisa:

APÊNDICE I – Questionário enviado aos bibliotecários

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais
<

1.

Caro(a) Bibliotecário,

Desenvolvemos uma pesquisa que busca identificar aspectos para agenda pública em vista de transformações e adequação das bibliotecas de universidades federais às reais necessidades de suas comunidades, tendo por guia que estas instituições são hoje responsáveis pela maior parcela de formação em pós-graduação e pela pesquisa acadêmica no país.

Gostaríamos de pedir alguns minutos de sua atenção para responder este questionário. Nosso objetivo é levantar, junto aos interessados mais diretos das bibliotecas de universidades federais, bibliotecários e docentes, aspectos e temas para construção dessa agenda de discussão à luz das demandas informacionais da pós-graduação e da pesquisa acadêmica. Daí serem suas críticas e demandas fundamentais para esta pesquisa.

Não faremos identificações pessoais ou de bibliotecas específicas nos resultados da pesquisa.

Mais uma vez agradecemos sua colaboração!

Cordialmente,

Ana Carolina de Souza Caetano

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio)

Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes (Orientadora)

Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio)

IDENTIFICAÇÃO

*1. Grande área do conhecimento de sua biblioteca:

- Ciências Agrárias
- Ciências da Saúde
- Ciências Exatas
- Ciências Humanas
- Ciências Sociais Aplicadas
- Ciências Sociais
- Engenharias
- Multidisciplinar (Biblioteca Central)

*2. Universidade

*3. Sou administrador/coordenador/chefe da biblioteca

- Sim
- Não

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais
<

*4. Setor da biblioteca que trabalha (caso seja preciso, marque mais de uma opção):

- Administração, coordenação, gerência
- Atendimento presencial
- Atendimento virtual
- Conservação, preservação e restauração de acervo físico
- Curadoria digital (preservação documentos/acervos digitais)
- Processamento técnico

Outro. Especifique:

2.

SOBRE FONTES DE INFORMAÇÃO, ACERVO E POLÍTICAS

*5. Quais dessas fontes científicas a biblioteca oferece às atividades de ensino e pesquisa?

- Anais de eventos científicos
- Bases de dados de diversas áreas do conhecimento
- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)
- Dados estatísticos de instituições públicas
- Dados estatísticos de organismos internacionais
- Livros
- Periódicos científicos

Outras. Especifique:

*6. A biblioteca possui política de desenvolvimento de coleções formalizada?

- Sim
- Não, mas está em fase de planejamento/implementação
- Não sei informar

7. Caso sim, esta política contempla as necessidades informacionais da pós-graduação e da pesquisa?

- Sim
- Não
- Não sei informar

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais
<

*8. A universidade possui repositório institucional?

- Sim
- Ainda não, está em fase de planejamento/implantação
- Não
- Não sei informar

9. Caso haja ou esteja em fase de planejamento um repositório institucional, que setores e profissionais da universidade são, ou deverão ser, responsáveis pelo gerenciamento e manutenção do repositório?

- A biblioteca, com bibliotecários dedicados a essa função
- A biblioteca, com servidores não-bibliotecários dedicados a essa função
- A biblioteca, mas sem uma equipe dedicada a essa função
- Um setor específico para esse fim, criado pela universidade do qual os bibliotecários participam
- Um setor específico para esse fim criado pela universidade, mas do qual os bibliotecários não participam

*10. A biblioteca mantém acervo (físico e/ou eletrônico) de anais de encontros científicos dos quais os pesquisadores e estudantes dos programas de pós-graduação participam, no país e no exterior?

- Sim, procuramos manter atualizados os acervos físico e eletrônico desses materiais
- Sim, apesar de possuímos poucos materiais dessa natureza que conseguimos via doação, pois não consideramos serem primordiais no acervo
- Sim, apesar de possuímos poucos materiais dessa natureza que conseguimos via doação, pois não são objeto de aquisição solicitado pelos programas de pós-graduação ou pela universidade
- Não, esses materiais não são prioridade em nosso acervo
- Não sei informar

3.

SOBRE ATENDIMENTO

11. A biblioteca identifica e conhece os grupos de usuários que ela atende?

- Sim
- Não
- Não sei informar

Caso a resposta seja "não", por quê?

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais
<

12. Caso sejam identificados, dentre os grupos abaixo, indique dois que a biblioteca reconhece como sendo seu público alvo no atendimento à pós-graduação e a pesquisa:

- Alunos de pós-graduação
- Docentes pesquisadores
- Linhas de pesquisa
- Grupos de pesquisa
- Programas de pós-graduação

***13. Os docentes da pós-graduação utilizam a biblioteca?**

- Sim, com frequência
- Sim, esporadicamente
- Sim, raramente
- Não
- Não sei informar

***14. Os alunos da pós-graduação frequentam a biblioteca?**

- Sim, com frequência
- Sim, esporadicamente
- Sim, raramente
- Não
- Não sei informar

15. Quais programas de pós-graduação a biblioteca atende?

- Atende aos seguintes programas:
- Não sei informar

Mencione:

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais
<

*16. Quando foi realizado o último estudo de usuários?

- 2013
- 2012
- 2011
- Não sei informar
- Não há registros sobre

Outro. Especifique:

*17. O atendimento é realizado com base em estudos de usuários?

- Sim
- Não, porque não fazemos estudos de usuários
- Não sei informar

Outro. Especifique:

*18. O atendimento é realizado por bibliotecário(a) especializado(a) na área de conhecimento que a biblioteca atende?

- Sim
- Não
- Não há incentivo da administração da universidade ou da biblioteca para isso
- Não considero que isso seja necessário
- Não sei informar

19. A biblioteca oferece treinamentos/cursos de capacitação com relação ao uso das fontes científicas das áreas do conhecimento dos programas de pós-graduação que ela atende e/ou da instituição?

- Sim
- Já oferecemos antes, mas atualmente isso não é possível
- Não, os treinamentos são padronizados sejam para graduação ou pós-graduação
- Não oferecemos treinamentos ou capacitações
- Não sei informar

Caso já tenha sido oferecido, relate porque atualmente não é viável:

*20. Além do atendimento pessoal feito pelo setor de referência, existem outros canais de comunicação entre as bibliotecas e seus usuários?

- Sim
- Já tivemos, mas atualmente não temos mais
- Não
- Não sei informar

Caso tenham tido antes, relate porque atualmente não é mais viável:

21. Caso sim, qual(is) deste(s)?

- Blog
- Chat
- E-mail
- Facebook
- Telefone
- Skype
- Twitter

Outro. Especifique:

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais
<

***22. A biblioteca recebe queixas sobre inadequação de seu funcionamento, serviços e produtos para com as necessidades de informação da pós-graduação e da pesquisa?**

- Sim, já recebemos e procuramos sanar as questões na medida no possível
- Sim, já recebemos, mas faltou-nos recursos financeiros para sanar as questões
- Sim, já recebemos, mas faltou-nos recursos humanos para sanar as questões
- É possível que sim, mas não tenho contato com o público
- Não, nunca houve essa demanda
- Não sei informar

***23. A biblioteca identifica e conhece os projetos de pesquisa em andamento no(s) curso(s) de pós-graduação que ela atende?**

- Sim, porque nos são enviados pelas coordenações destes cursos
- Sim, porque todo ano fazemos este levantamento junto às pós-graduações e a outros meios
- Não
- Não sei informar

24. Caso sim, as informações (temas, bases teóricas, metodologias, instrumentos de coleta e organização de dados) que constam nos projetos servem como base para estudos de necessidades de informação?

- Sim
- Não
- Não sei informar
- Não há registros sobre

***25. A biblioteca identifica e conhece as ementas e programas das disciplinas ministradas no(s) curso(s) de pós-graduação que ela atende?**

- Sim, porque fazemos este levantamento semestralmente junto ao cursos de pós-graduação
- Sim, porque os cursos de pós-graduação nos enviam semestralmente.
- É possível que sim, mas não há registros sobre
- Não
- Não sei informar

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais
<

26. Caso sim, as informações que constam nesses documentos servem como base para estudos de necessidades de informação?

- Sim
- É possível que sim, mas não há registros sobre
- Não
- Não sei informar

***27. A biblioteca consulta os grupos de pesquisa do(s) curso(s) de pós-graduação para auxiliá-los na identificação e organização dos seus acervos?**

- Sim
- Já propomos parceria nesse sentido, mas não tivemos retorno
- É possível que sim, mas não há registros sobre
- Não, porque a biblioteca não tem setores para atender a públicos específicos e considero que não seja necessário
- Não, mas considero que seria um bom meio de identificação de necessidades de informação e auxílio efetivo à pesquisa e pós-graduação.
- Não sei informar

***28. A biblioteca levanta, sistematicamente, a necessidade de aquisição de novos títulos de periódicos para base Capes, junto ao(s) programa(s) de pós-graduação ao(s) qual(is) ela atende?**

- Sim
- Sim, já propomos parceria nesse sentido, mas não tivemos retorno
- É possível que sim, mas não há registros sobre
- Não
- Não sei informar

29. Caso sim, como são utilizados?

- Para verificar se os docentes e alunos sabem realizar buscas no Portal ou se precisam de capacitação
- Para saber sobre a utilidade ou não de periódicos para as pesquisas em andamento
- Para alertar acerca da possibilidade de suspensão de aquisição de periódicos por baixa utilização
- Não utilizamos

Outro. Especifique:

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais
<

30. De um modo geral, os serviços e produtos da biblioteca foram concebidos pensando-se na diversidade das necessidades informacionais da comunidade acadêmica e contemplando as especificidades de cada grupo do tripé-universitário (graduação, pós-graduação e extensão)?

- Sim, nossos serviços e produtos atendem às variações do tripé-universitário
- Não, nossos serviços e produtos são voltados ao âmbito da graduação, em especial aos alunos
- Não sei informar

Comente, se achar necessário:

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais
<

***31. Quais dessas opções você considera importante para que a biblioteca exerça seu papel junto aos cursos de pós-graduação e seus pesquisadores? (enumere em ordem de prioridade)**

	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	7a.	8a.
Auxílio na filtragem, organização e seleção de informações, dados, documentos das diferentes áreas dos docentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atualização das novidades no acervo físico e digital sobre assuntos relacionados às pesquisa em andamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacitação no uso de bases de dados diferentes áreas dos docentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilidade para acompanhar e adequar a prestação de serviços às necessidades das linhas de pesquisa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilidade para acompanhar e adequar a prestação de serviços às necessidades dos grupos de pesquisa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilidade para acompanhar e adequar a prestação de serviços às necessidades dos programas de pós-graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Identificação de novas fontes de informação na área da pós-graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Organização e manutenção de repositório institucional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outro. Especifique:

32. Como você acha que a biblioteca universitária poderia contribuir no desenvolvimento das atividades de pós-graduação e da pesquisa?

4.

SOBRE PLANEJAMENTO

5.

SOBRE FORMAÇÃO DE AGENDA PARA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA À LUZ DA PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais
<

33. Você sabe se existe ou já existiu uma política pública direcionada às bibliotecas universitárias?

- Sim
- Não
- Não sei informar

Caso sim, qual?

***34. Você considera que o Estado deveria pensar em desenhar uma política pública para as bibliotecas universitárias federais?**

- Sim
- Não
- Não tenho opinião sobre

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais
<

***35. Quem seriam os grupos ou entidades potencialmente mais adequados para participar da elaboração deste instrumento de avaliação? (indique os cinco mais adequados, em sua opinião)**

	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.
Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Associações, Sociedades e Entidades de Pesquisa e Pós-graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Associações da classe bibliotecária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conselhos de classe dos bibliotecários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Grupos de pesquisa acadêmicos que estudem a biblioteca universitária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Representantes dos Cursos/Escolas de Biblioteconomia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SEsu/MEC)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Agenda de discussão para bibliotecas universitárias federais
<

implementação e
manutenção)

Redes de informação

Tecnologias da
informação e
comunicação

Papel da universidade na
geração de conhecimento

Virtualização de catálogos

Outros. Especifique:

37. Caso deseje, faça um comentário acerca do questionário ou do tema de nossa pesquisa:

APÊNDICE J - Comparação de respostas da 1ª. temática: fontes de informação e seu acesso

QUESITO	ALUNOS		DOCENTES		BIBLIOTECÁRIOS	
Tipos de fontes de informação mais acessadas	Mais utilizadas				Oferecidas	
	Periódicos, Livros e Bases de dados por via institucional		Desconhece que a BDTD seja via institucional 20,0%		Bases de dados, livros periódicos:	100,0%
					Bib Dig Teses e Dissert (BDTD):	77,2%
					Anais de eventos científicos:	59,0%
Anais de eventos e BDTD			Não têm acesso aos que precisam	34,2%	Não possuem ou não têm anais de evento em suas coleções	27,2%
Outras fontes complementares	Jornais, <i>Blogs</i> , Organizações privadas da sua área de atuação.		Jurisprudência, Dados do IBGE, Banco de patentes pagas e gratuitas, Google			
Repositório Institucional	Sabem que existe	47,5%	Não sabem se existe	41,9%	Possuem	36,3%
	Não sabem:	49,5%	Consideram importante	75,2%	Em implantação	40,9%
	Consideram importante	73,2%			Não possuem	18,1%
	Não são necessários	13,8%				
	Biblioteca ou os bibliotecários deveriam ser os gestores dos repositórios 86,1%		Biblioteca ou os bibliotecários deveriam ser os gestores dos repositórios 80%		Biblioteca ou os bibliotecários deveriam ser os gestores dos repositórios	62,5%
					Um setor específico do qual os bibliotecários participarão.	25,0%
Existência de política de desenvolvimento de coleções formalizada, documentada					Em fase de planejamento/implementação	68,1%
					Existe	27,2%
					Contempla pós-graduação e pesquisa	53,8%
					Não sabem informar	38,4%
Contribuição da biblioteca na atualização Portal de Periódicos da Capes	Não sabem	76,2%	Não sabem	41,9%	Não	60%
					Sim	20%

APÊNDICE K – Comparação de respostas da 2ª. temática: atendimento da biblioteca

QUESITOS	ALUNOS		DOCENTES		BIBLIOTECÁRIOS	
Auxílio para realizar buscas em bases eletrônicas	Gostariam	40,5%	Gostariam	22,1%		
Existem dificuldades de acesso a fontes pagas	Sim	42,5%	Sim	48,0%		
Setor da UF para encaminhar demandas de aquisição	Desconhecido pela maioria		Sabem	51,7%		
			Não conhecem	31,0%		
			Não sabem informar	17,2%		
Capacitação para acesso e uso de bases eletrônicas durante a pós-graduação	Não foram capacitados	30,6%	Não foram capacitados	32,6%	Há capacitação de usuários de pós-graduação	70%
	Há capacitação e participa ou tem vontade de participar	60%	Há capacitação e participa ou tem vontade de participar	66,2%	A capacitação é padronizada para os diversos níveis de ensino Não oferecem capacitação ou já ofereceram anteriormente não sendo possível na atualidade	10% 10%
Solicitação de atendimento e meios de acesso à biblioteca	Nunca solicitaram	10,0%	Nunca solicitaram	10,5%	Possuem canais, além do contato presencial Receberam críticas de inadequação dos serviços e produtos da biblioteca para a pós-graduação e a pesquisa e procuraram saná-los. Bibliotecário é especializado na área que a biblioteca atende Bibliotecário não é especializado na área que a biblioteca atende	90% 60% 45% 40%
Identificação e estudo de usuários	Estudo de usuários Nunca participaram 70,0%		Estudo de usuários Nunca participaram 69,9%		Afirmam conhecer e identifica os usuários que atendem	80,0%
					Usuários identificados Alunos da pós-graduação Docentes Programas de pós-graduação	94,1% 70,5% 47,0%
					Estudo de usuários São ou foram realizados Não há registros Não sabem informar	20,0% 45,0% 35,0%

			Justificativas Atendimento conforme as demandas presenciais ou virtuais, o quadro de pessoal é reduzido para realizar ações como esta ou foi feito um estudo há mais de quatro anos.
--	--	--	--

APÊNDICE L – Comparação de respostas da 3ª. temática: planejamento e ação da biblioteca

QUESITOS	ALUNOS		DOCENTES		BIBLIOTECÁRIOS	
Biblioteca conhece os projetos de pesquisa, ementas e programas das disciplinas da pós-graduação	Negativo	58,4%	Projetos de pesquisa		Desconhecem os projetos de pesquisa dos programas que atendem	75,0%
			Não sabem informar	49,4%		
			Não	34,4%	Desconhecem as ementas e programas das disciplinas ministradas nos programas de pós-graduação.	70,0%
			Ementas e programas das disciplinas	52,6%		
			Não sabe informar	32,2%		
			Não			
Auxílio na organização do(s) acervo(s) departamentais	Negativo	48,3%	Não sabem informar	45,1%		
			Não	41,9%		
Estatísticas de uso do Portal Capes junto ao programa de pós-graduação			Desconhecem	66,6%	Não verificam	60,0%
			Negam	18,2%		
Mapeamento demanda para aquisição novos títulos base Capes			Desconhecem	45,1%		
Serviços e produtos p/ o tripé-universitário			Negam	20,4%		
					Sim	85,0%
Possíveis ações da biblioteca para atender pós-graduação e pesquisa	Atualização das novidades no acervo físico e digital sobre assuntos relacionados à minha pesquisa	5,41	Atualização das novidades do acervo físico e digital sobre assuntos relacionados a minha pesquisa	4,59	Capacitação no uso de bases de dados diferentes áreas dos docentes	6,85
	Auxílio na filtragem, organização e seleção de informações, dados, documentos das minhas áreas de interesse	5,07	Constituição e manutenção de repositório institucional que forneçam visibilidade e acesso às pesquisas desenvolvidas na universidade	4,45	Atualização das novidades no acervo físico e digital sobre assuntos relacionados às pesquisa em andamento	6,55
	Capacitação no uso de bases de dados de	4,14	Auxílio na filtragem, organização e seleção de informações, dados e documentos das minhas áreas de interesse	4,14	Auxílio na filtragem, organização e seleção de informações, dados, documentos das diferentes áreas dos docentes	6,21

	minhas áreas de interesse				
	Comentários Maior proximidade entre o programa e a biblioteca, capacitação dos funcionários que trabalham atendimento, participação grupos de pesquisa, treinamentos, contribuir na divulgação das pesquisas realizadas	Comentários Manutenção de acervo histórico, capacitação dos funcionários que trabalham atendimento, treinamentos, maior proximidade entre o programa e a biblioteca, atendimento menos formal e mais flexível às necessidades informacionais, ter bibliotecários disponíveis ao atendimento, contribuir na divulgação das pesquisas realizadas.	Comentários Parceria com os programas de pós-graduação, personalização dos serviços, atendimento demandas apresentadas		
Verbos mais citados para ação da biblioteca junto à pós-graduação e pesquisa	Auxiliar	Acompanhar, adequar e facilitar.			

APÊNDICE M - Comparação de respostas da 4ª temática: formação de agenda

QUESITOS	ALUNOS		DOCENTES		BIBLIOTECÁRIOS	
Ciência que a biblioteca é um item na avaliação dos cursos graduação	Desconhecem que a biblioteca é um item na avaliação dos cursos graduação	37,6%	Conhecem que a biblioteca é um item na avaliação dos cursos graduação	85,3%		
Biblioteca deve ter avaliação específica	Sim	85,8%	Sim	91,0%		
Existência de política pública para bibliotecas universitárias					Não sabem informar Desconhecem.	47,3% 31,5%
					Consideram importante uma política específica para as bibliotecas univ.	84,2%
Grupos/instituições para participar da composição de um instrumento de avaliação	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	3,74	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	3,72	Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO)	4,0
	Associações, sociedades e entidades de pesquisa e pós graduação	3,51	Associações e entidades de pesquisa e pós-graduação	3,54	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	3,91
	Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC)	3,07	Associações da classe bibliotecária	2,90	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)	3,67
Situação ideal de atendimento para a pós-graduação (valor para cada 2)	Atendimento das necessidades específicas do programa	1,72	Atendimento às necessidades de cada pesquisador e aluno	1,65		
	Atendimento às necessidades de cada pesquisador e aluno	1,69	Rastreamento e localização de recursos inf, mesmo fora do acervo da	1,59		
	Rastreamento e localização de recursos informacionais, mesmo fora do acervo da biblioteca, para cada pesquisador e aluno	1,53	biblioteca, para cada pesquisador e aluno	1,48		
			Atendimento das necessidades específicas do programa			
Possíveis temas para agenda					Políticas administrativas, biblioteconômicas e jurídicas	8,0
					Acesso aberto às publicações científicas	7,63
					Acessibilidade física nas bibliotecas	7,4
					Competência informacional de docentes e alunos	7,33
					Direitos autorais	7,25
				Assuntos menos indicados	3,00	

		Repositórios institucionais (planejamento, implementação e manutenção) Preservação e conservação do acervo (físico e eletrônico).	2,25
--	--	--	------